



**Escola de Ciências Sociais e Humanas**  
Departamento de Economia Política

Programas de Autoconstrução Assistida como Mote para a  
Emancipação de um Habitat: Estudo de Caso do Bairro 25 de Abril,  
Linda-a-Velha.

Ana Bárbara Cardoso Fachada

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:  
Doutora Maria João Lopes Freitas, Investigadora Auxiliar,  
Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Janeiro, 2015

## Agradecimentos

*À Professora Maria João Freitas, que aceitou orientar-me neste trabalho, o meu agradecimento por me alimentar o espírito crítico e se mostrar sempre entusiasmada com os meus pequenos passos no decorrer deste trabalho.*

*À Isabel Cordovil por me dar a conhecer a sua experiência de vida, pela sua generosidade na partilha do seu conhecimento e pela sua capacidade humana de confiar nos outros. A todos os moradores e técnicos que entrevistei e que me deram a conhecer o sentido de uma luta plural e da conquista de uma utopia.*

*Ao Daniel por ser co-autor e apoiante incansável na autoconstrução da nossa ‘casa’. À Alice e ao Benjamim por criarem em mim a projecção de um futuro muito melhor. Aos meus pais por me terem alicerçado a ‘casa’ com os valores, os princípios e a casmurrice que me fazem mover pela incessante procura de outras possibilidades.*

## Resumo

Esta dissertação pretende reflectir sobre o conceito de ‘autoconstrução assistida’ como um processo emancipatório de um habitat e entendê-lo na sua dimensão social, política e técnica. Para compreender este conceito numa acção realizada e concreta foi escolhida a Operação do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) do Bairro 25 de Abril em Linda-a-Velha como objecto de estudo aprofundado, onde se reconhece a existência de uma construção colectiva e participada pelos seus moradores apoiada por uma equipa técnica no desenvolvimento local do bairro.

Este bairro surge no programa de erradicação de barracas – SAAL – que o II Governo Provisório promove logo após o 25 de Abril e que pretende promover o direito à habitação digna e o direito à cidade a pessoas que vivem em condições habitacionais precárias.

Neste trabalho é apresentada a construção do bairro não como produto final de resolução material de uma escassez física do território, mas como processo emancipatório de um habitat que, ao envolver os moradores na construção das suas casas promoveu outras relações, quer sociais quer com a cidade, contribuindo para a co-produção colectiva de uma identidade territorial.

Nas conclusões deste trabalho apresentam-se os pontos virtuosos deste processo que podem ter contribuído para um bem-estar societal e, por fim, argumenta-se sobre as oportunidades que a experiência da autoconstrução assistida - como abordagem integrada e de co-produção colectiva - pode oferecer para a melhoria do ambiente urbano e a integração societal dos seus habitats num novo contexto de ‘desintegração local’, de excesso de casas desabitadas a par de novas carências habitacionais nos meios urbanos.

**Palavras-chave:** co-produção colectiva, habitação social, autoconstrução, bem-estar societal, emancipação do habitat

*JEL Classification System: D71 (Social choice; Clubs; Committees; Associations); I31 (General Welfare; Basic needs; Living standards; Quality of life; Happiness)*

## Abstract

This paper intends to reflect on the concept of 'assisted self-construction' as an emancipatory process of a habitat and to understand it in its social, political and technical dimension. To understand this concept in a concrete and taken action the SAAL (Local Support Ambulatory Service) Operation from the residential district Bairro 25 de Abril, in Linda-a-Velha, was chosen as the subject of a thorough study, in which it's recognized the existence of a collective and participative construction by its inhabitants, supported by a technical team on the local development of the territory.

This district is part of the slums eradication program - SAAL - that the II Interim Government promoted right after the April 25th Revolution and intends to promote the right to decent housing and the right to be part of the city for people living in precarious housing conditions.

This paper presents the construction of the district not as an end product of a material resolution of the physical scarcity of the territory, but as an emancipatory process of a habitat that, by involving the locals in the construction of their houses, promoted other relations, both social and with the city, contributing for the collective co-production of a territorial identity.

In the conclusions of this study the virtuous aspects of this process that may have contributed to a societal well-being are presented and ultimately it is argued about the opportunities that the experience of assisted self-construction - as an integrated and collective co-production approach - can offer to improve the urban environment and a societal integration of its habitats in a new context of 'local disintegration', of excess of empty houses along with new housing needs in urban areas.

**Keywords:** collective co-production, social housing, self-construction, societal well being, habitat emancipation

JEL Classification System: D71 (Social choice; Clubs; Committees; Associations;), I31 (General Welfare; Basic needs; Living standards; Quality of life; Happiness)



# Índice.

I. Introdução	1
I.1. Âmbito do trabalho.	2
I.2. Justificação do tema.	2
I.3. Objectivo.	3
I.4. Estrutura do trabalho.	5
II. Enquadramento geral de conceitos	7
II.1. ‘Autoconstrução’ e ‘Autogestão’, do material ao imaterial.	7
II.2. ‘Utopias Realizáveis’ e ‘Inovação Social’: entre o sonho e a acção.	9
II.3. ‘Participação’ como promora de democracia.	11
II.4. ‘Associativismo’ e ‘Economia Solidária’, o valor do colectivo.	12
II.5. ‘Empowerment’ e ‘Emancipação’, um meio para atingir um fim?	14
II.6. O ‘Bem-estar’ para além da qualidade de vida.	15
III. Contextos e práticas de autoconstrução assistida na América do Sul.	17
III.1. Londrina, Brasil 1997: ‘Programa Onde Moras’.	18
III.2. Argentina 1992: ‘Programa de Protección contra las Inundaciones’.	21
IV. Metodologia.	23
IV.1. Escolha do estudo de caso.	25
IV.2. Quadro de análise.	25
IV.3. Instrumentos.	27
V. Estudo de caso: o processo de autoconstrução assistida do Bairro 25 de Abril de Linda-a-Velha	29
V.1. Maio de 1968 e as ‘Operações SAAL’: contexto, premissas e condições existentes em Portugal.	29
V.1.1. Intensões e o planeamento do SAAL de Nuno Portas.	31
V.1.2. A extinção do SAAL passado dois anos.	33
V.2. Processo fundador:	34

–

V.2.1. Abordagem aos moradores e constituição da equipa técnica.	35
V.2.2. Os lugares de reunião e o nascimento da Associação.	37
V.2.3. A escolha do território.	38
V.2.4. Participação: dos projectos à obra.	39
V.2.1. A construção dos fogos.	41
V.2.2. As festas e as entregas das casas.	43
V.3. Pós-SAAL:	45
V.3.1. A construção dos equipamentos sociais.	46
V.3.2. O Bairro 25 de Abril de hoje.	48
VI. Análise dos dados.	51
VI.1. Dimensão social: objectivos imateriais e bem-estar.	51
VI.2. Dimensão política: participação, regulação e animação.	56
VI.3. Dimensão técnica: capacidades e equilíbrios.	61
VII. Conclusão e reflexão crítica.	65
VIII. Referências	79
IX. Anexos.	83
IX.1. A - Grelha analítica: guiões de entrevistas e categorias de entrevistados.	84
IX.2. B - Quadro: Distribuição etária da população do Bairro 25 de Abril em 1981. Estudo sócio-económico (Cordovil et al, 1981)	89
IX.3. C - Entrevistas:	90
IX.3.1. ‘Liderança’	90
IX.3.2. ‘Processo’	99
IX.3.3. ‘Dinâmica’	112
IX.3.4. ‘Transmissão de Memória’	116
IX.3.5. ‘Olhar Externo’	120

## Índice de figuras.

Figura 1 - “*Le sujet de cet essai est l'utopie réalisable.*” (Friedman, 1974)

Figuras 2, 3, 4 e 5 – Processos de autoconstrução assistida no Brasil.

Figura 6 – Programa ‘Onde Moras’

Figuras 7 e 8 - Autoconstrução assistida ‘*Programa de Protección contra las Inundaciones*’

Figura 9 – Esquema sobre a metodologia deste trabalho.

Figuras 10 e 11 - Fotos das barracas nos núcleos habitacionais degradados. \*

Figuras 12 e 13 – Foto da equipa técnica e directores da Associação. \*

Figuras 14 e 15 – Foto da 1ª Sede da Associação e foto da Sede no estaleiro de obra. \*

Figuras 16 e 17 - Fotos da ‘conquista’ do terreno. \*

Figura 18 - Foto dos sócios a trabalhar na obra. \*

Figuras 19 e 20 - Fotos das casas terminadas e da entrega das primeiras chaves. \*

Figura 21 - Planta do bairro com a distribuição das tipologias.

Figuras 22 e 23 - Fotos da festa das entregas de casas. \*

Figura 24 - Cartaz da 4ª entrega de casas.

Figura 25 - Demolições das barracas feitas pelos moradores. \*

Figuras 26 e 27 - Fotos da Associação 25 de Abril na manifestação contra o fim do SAAL. \*

Figura 28 - Quadro dos investimentos e obras realizadas no Bairro 25 de Abril.

Figura 29 - Elemento escultórico de indicação do Bairro.

Figuras 30 e 31 - Moradores à porta das suas casas e jogos intergeracionais no polidesportivo.

Figura 32 - Esquema contribuições do conceito de ‘autoconstrução assistida’.

\* fotos gentilmente cedidas por Isabel Cordovil.

## Glossário de siglas.

ATL – Espaço de Atelier de Tempos Livres

COHAB – Companhia de Habitação

FFH – Fundo Fomento da Habitação

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MAI – Ministério da Administração Interna

MHUC – Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção

PBQP-H – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat

PREC - Processo Revolucionário em Curso

SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local

## *I. Introdução*

Perante os últimos acontecimentos de violência, que parecem derivar de rupturas culturais e sociais dos indivíduos para com os habitats que os deveriam acolher, emergentes problemas surgem em contextos de grandes complexos habitacionais em zonas urbanas em ‘crise’. Vivemos hoje a urgência de repensar outras formas de planeamento e reintegração das pessoas com o lugar. Os desafios que hoje se colocam em zonas urbanas desintegradas tornam premente repensar as dicotomias entre o território e a sua identidade, entre o ‘estar’ e o ‘viver’, entre o ‘local’ e a ‘morada’, entre a ‘construção’ e o ‘habitar’.

“O que é habitar? Em que medida pertence ao habitar um construir? Parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta. (...)

Mas será que as habitações trazem nelas mesmas a garantia de que aí acontece um ‘habitar’? (...) Construir não é, em sentido próprio, apenas o meio para uma habitação.

Construir já é em si mesmo habitar. (...) A antiga palavra *bauen* (construir) diz que o homem é à medida que *habita*, porém, significa ao mesmo tempo: proteger e cultivar (...) construir significa cuidar do crescimento que, por si mesmo, dá tempo aos seus frutos.”

(Heidegger, 2002:125-127)

As ambiguidades do tempo e das cidades em que vivemos apresentam-nos paradigmas complexos que quando observados com diferentes ‘óculos’ nos apontam pistas para explorarmos oportunidades até então inconcebíveis. A agudizante crise social e política que vivemos apresenta-nos um caminho contrário ao da tão aclamada ‘coesão social’, mostrando-nos graves iniquidades e desconfiança social sobre as capacidades humanas.

As respostas que hoje a maioria das organizações, que alegam perseguir a dita ‘coesão social’, estatais ou do terceiro sector apresentam para colmatar e intervir para minorar problemas sociais deambulam entre a assistência e o paternalismo, continuando a segmentar a população entre os que assistem e os que são assistidos, entre os que capacitam e os que são capacitados, entre os que estimulam e os que têm de ser estimulados, estando esta balança quase sempre desequilibrada e a pender para o mesmo lado.

Este trabalho pretende desmistificar que a procura pela coesão social e pelo bem-estar sustentável não é matéria exclusiva de determinados sectores do estado ou do sector social, é

seguramente um objectivo comum a todos mas deve incorporar todos “colocando as pessoas no centro da ação”<sup>1</sup> e que processos que criam oportunidades de acesso à informação, inclusão dos interessados e relações de entajuda e reciprocidade constroem satisfação, sentimento de pertença dos envolvidos em relação ao seu lugar – habitat, bairro, casa, comunidade – reforçando a identidade territorial e as utopias do ser colectivo.

### I.1. Âmbito do trabalho.

No âmbito do Mestrado de Economia Social e Solidária surge este trabalho que pretende reconhecer e repensar o papel da autoconstrução assistida como processo emancipatório de um habitat e de um aumento de bem-estar societal.

Este trabalho pretende contribuir para a reflexão sobre as capacidades humanas e sobre a confiança que existe, ou não, para que o caminho de uma construção sustentável de bem-estar exista e seja produzido no colectivo, no lugar, hoje a pensar no amanhã, e que isso paralelamente determine objectivos de emancipação de um habitat e o crescimento no percurso individual de cada um.

A definição do tema proposto surge após dez anos de experiência profissional da autora desta dissertação como arquitecta e no momento em que se começa por explorar o actual contexto do Brasil no que concerne às recentes políticas públicas de autoconstrução assistida. Pelas heranças ideológicas que tem na sua formação como ‘cidadã filha do PREC’, entende que, mais do que apenas explorar a questão do nível de participação num processo de autoconstrução, interessa aqui saber de que forma um processo destes contribui para um movimento colectivo, promoção de valores democráticos, uma maior autoconfiança, aumento de possibilidades, de fortalecimento individual e comunitário, de autonomia e de emancipação social e de integração com as várias dimensões do território.

### I.2. Justificação do tema.

Reflectir sobre o conceito de ‘autoconstruir’ é neste trabalho entendido como forma de repensar o direito à ação, não como promoção da ilegalidade do que é construído, nem como modelo anarquista ou situacionista, mas como protesto ao paternalismo, ao ‘estímulo’

---

<sup>1</sup> Expressão frequentemente utilizada na metodologia de design centrada no utilizador - ‘*Human-Centered Design*’.

–  
constante, ao ‘apoio’ ilimitado, ao controle burocrático e de uma sociedade constituída por especialistas. Atribuir confiança e construir a partir das capacidades individuais de cada um é o que o conceito de ‘autoconstrução assistida’ consegue abraçar para além dos seus resultados físicos, porque, por um lado, acredita nas capacidades que o prefixo ‘auto’ confere e, por outro, apoia à construção, coloca à disposição os meios e o conhecimento mais especializado de outros ao dispor de todos.

Se o 25 de Abril trouxe ao país reflexões profundas sobre direitos e lutas a travar esta não foi uma época curta de oportunidades, de experiências e consequentemente de inovações sociais. ‘Revolucionar’ foi sem dúvida o mote para provocar a mudança, para precipitar ações e caminhar sobre ‘mares nunca antes navegados’. A reflexão aqui apresentada estuda um processo que se elegeu como inspirador numa abordagem societal integrada e que nasce como ‘estilhaço’ de um conjunto de vontades individuais de mudança e com uma brecha política que possibilitou a emergência de novas organizações cívicas. Uma dessas brechas foi a implementação de uma medida de política pública, que surge logo após a Revolução dos Cravos – o Programas de Serviço Ambulatório de Apoio Local – em Agosto de 1974, e que pretende dar o direito à habitação e o direito à cidade a quem vive em zonas degradadas e em carências habitacionais profundas. As operações SAAL apresentavam-se um pouco por todo o país, como uma abordagem directa com o território, promovendo e estimulando a organização social daqueles que pretendiam aderir ao programa colaborando directamente na construção da sua futura morada.

Neste contexto, e tendo a experiência do programa SAAL no Bairro 25 de Abril de Linda-a-Velha, o que se pretende com este trabalho é produzir uma reflexão que permita compreender, por um lado, a forma como foi sentido todo o processo por diferentes intervenientes e se ele foi impulsionador de emancipação societal, e por outro, de que forma o ordenamento do território, o planeamento e a arquitectura devem ser entendidos num processo de autoconstrução, como serviço envolvido com a comunidade, na criação de oportunidades, na co-produção de soluções, no apoio das decisões e das opções técnicas, sem que sejam entendidos como serviços ‘*outsourcing*’ ou ‘chave-na-mão’.

### I.3. Objectivo.

A capacidade de conceber tecnicamente e traduzir em matéria espaços humanizados não é estanque nem imutável à cultura e à acelerada mudança de hábitos e costumes. Pretende-se

com isto questionar a possibilidade de uma verdadeira incursão por métodos antropológicos: quem decide hoje planear um território deverá conhecer o utilizador em profundidade e incorporá-lo na construção desse futuro lugar? Questionar este processo desde a sua concepção está intimamente relacionado com a observação da sua execução – na sua materialidade – e principalmente com o seu uso e relação com os seus fruidores. A utilização, manutenção e até mesmo o afecto das pessoas para com os espaços que usam será a mesma quando os seus utilizadores se vêem como co-autores ou participantes destes? E a ação de participar num feito e ter domínio sobre ele também provoca mudanças e desenvolvimento pessoal e social e influi na percepção do território, da identidade e da apropriação do mesmo?

***De que forma um processo de autoconstrução assistida contribui para a ‘emancipação de um habitat’, no sentido de um aumento do bem-estar societal?*** é a pergunta de partida eleita para este estudo.

Este trabalho de dissertação pretende, por um lado, questionar a forma como se tem vindo a intervir na habitação social e no desenvolvimento comunitário e, por outro, apontar pistas para que as disciplinas de arquitectura e planeamento territorial sejam não um fim, mas um meio, que se façam acompanhar de métodos e de mecanismos para moderar e incorporar no processo a participação activa dos seus utilizadores, como forma de iniciar uma relação mais próxima e sustentável do uso de espaços e de cidade, contribuindo efectivamente para o bem-estar de um habitat em múltiplas dimensões.

Pretende-se estudar o caso do Serviço de Apoio Ambulatório Local no Bairro 25 de Abril, em Linda-a-Velha, com o intuito de conhecer o potencial da participação no processo de construção do bairro. É um caso em que houve participação dos moradores do bairro na concepção do mesmo, mas que para além disso houve autogestão de equipamentos colectivos e a participação de alguns dos moradores na construção das suas casas.

Com este estudo de caso, pretende-se conhecer as circunstâncias em que todo o processo se deu, saber como se conseguiu mobilizar uma força colectiva e de que forma esta foi emancipatória e produtora de bem-estar.

Interessa ainda entender não só o resultado de um processo de autoconstrução assistida, mas que provocações foram feitas no decorrer do processo e que pressupostos existiam de base? de que forma estas são passíveis de serem estendidas a outros problemas e contextos actuais?



#### I.4. Estrutura do trabalho.

O presente trabalho está estruturado em sete capítulos.

No primeiro capítulo, introdutório, apresentou-se o âmbito do trabalho, a justificação e interesse da eleição do tema e os seus objectivos.

No segundo capítulo, expõe-se um enquadramento teórico no qual se pretende situar as questões e contextos em que emerge a autoconstrução e a autogestão como acções utópicas que podem ser entendidas como inovadoras socialmente, por um lado, o que comporta a ‘participação’ como meio de promoção de democracia, o que se define como ‘economia solidária’ e movimento associativo, o enquadramento sobre o que é entendido como ‘emancipatório’ num habitat, e por último o que se caracteriza como ‘bem-estar’ e qualidade de vida.

No terceiro capítulo, apresenta-se dois contextos inspiradores de práticas de autoconstrução assistida que tiveram lugar no Brasil e na Argentina no fim do século XX.

No quarto capítulo, expõe-se o método e os instrumentos utilizados para o estudo que se apresenta.

No quinto capítulo, apresenta-se o caso de estudo do processo SAAL no Bairro 25 de Abril, o contexto social e político que lhe dá enquadramento, o seu desenrolar em subcapítulos temáticos, o fim do programa político e o bairro hoje.

No sexto capítulo, expõem-se as análises do estudo de caso segundo três dimensões: social, política e técnica.

E por último, no sétimo capítulo, apresentam-se conclusões relativas à pergunta de partida deste estudo - *De que forma um processo de autoconstrução assistida contribui para a ‘emancipação de um habitat’, no sentido de um aumento do bem-estar societal?* – apresentam-se as premissas que apontam para o potencial virtuoso deste estudo de caso; aprendam-se reflexões sobre a vontade técnica e a vontade política de abraçar outras formas de planeamento territorial e esboçam-se condições de possibilidade e os contributos que este trabalho pode apresentar para outras práticas e iniciativas públicas de acção territorial.

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

—

## II. *Enquadramento geral de conceitos*

Para o trabalho que aqui se expõe opta-se por um enquadramento teórico de conceitos em pares, com o intuito de apresentar as bases exploradas mas também de as relacionar entre si. Desta forma apresentam-se o conceito de ‘Autoconstrução’ apoiado no conceito de ‘Autogestão’, sendo que por vezes os dois se encontram nas práticas que os absorvem; o conceito de ‘Utopias Realizáveis’ a par da definição de ‘Inovação Social’; a Participação com enfoque na sua dimensão política de promoção da democracia; os princípios da Economia Solidária e o conceito de ‘Associativismo’ como expressão de vontades colectivas; o conceito de ‘Emancipação’ e o processo de Empowerment como forma de a alcançar; e por fim o conceito de ‘Bem-Estar’ na dimensão imaterial do que se entende como qualidade de vida.

### II.1. ‘Autoconstrução’ e ‘Autogestão’, do material ao imaterial.

Desde sempre que o homem sente necessidade de se abrigar quer por razões climáticas e de proteção, quer por razões socioculturais. As comunidades primitivas uniam as suas forças e construíam *todos para todos*. As construções eram semelhantes e as variações reduzidas. Deste modo as comunidades mantinham a sua identidade através da autoconstrução.

A partir do século XX a autoconstrução surge como resposta das populações para sobrevivência numa sociedade capitalista e não apenas como meio de se protegerem das condições climáticas ou de predadores, ou por simples razões socioculturais e económicas.

Se no início da espécie humana o homem sempre procurou a (auto)construção do seu abrigo e por esse motivo ser completamente autónomo nessa decisão e nessa acção, por outro lado, na era moderna, com a evolução da urbe e da regulação da vontade colectiva essa iniciativa perde-se e essa acção de autoconstrução passa a ser mal conotada, vedada pelos regulamentos e a acção da construção restrita a especialistas.

“No dia em que a legislação venezuelana determinou para cada cidadão um direito ‘habitacional’ concebido como mercadoria, três quartas partes das famílias acharam que as casinhas levantadas com as suas próprias mãos ficavam rebaixadas ao nível de telheiros. Além disso, e isto era o mais importante, existia já um preconceito contra a autoconstrução (...) O homem que tentava levantar a sua própria ‘morada’ era agora olhado como um transviado (...)”

—  
promulgaram-se inumeráveis regulamentos que acoimaram sua ingenuidade de ilegal e até de deleituosa. O desemprego útil dos inativos se sacrifica à expansão do mercado de trabalho. A construção da casa, como actividade escolhida por alguém, converte-se no privilégio de alguns ricos, ociosos e extravagantes.” (Ivan Illich, 1979:19)

Apoiando-me nas definições e na história do termo ‘autogestão’ de Daniel Mothé, não se pretende abordar o conceito na sua carga política associada pela sua génese aos revolucionários marxistas que apelavam a uma democracia radical, mas sim nos ditos ‘adeptos alternativos’: “profissionais que tentam materializar espaços de autogestão limitados e circunscritos, na produção, no consumo, na cultura, na educação, na inserção, nos bairros, na habitação, etc...” citando Daniel Mothé (Cattani et al, 2009:27). Deste contributo torna-se premente sublinhar que em tempo de desencanto dos cidadãos com os seus representantes políticos.

“a perenidade dos métodos participativos em cidades brasileiras mostra que o engajamento dos eleitores no processo inicial das decisões facilita a exequibilidade de projectos. Não há somente antecipações técnicas detalhadas por parte dos futuros executantes, mas estes envolvem o sentimento de que são co-autores da decisão e das restrições que devem aceitar. (...) as ideias autogestionadas e suas práticas dispersas, em temas e terrenos, ganharam credibilidade e foram concretizadas, não da maneira fulgurante que os revolucionários esperavam, mas, pouco a pouco, tanto mediante a ação política, como por meio de iniciativas práticas.”  
(Daniel Mothe em Cattani et al, 2009: 29)

O conceito de ‘autoconstrução’ interessa aqui analisar, não como objecto de génese ilegal ou autoconstrução de bairros de lata, mas enquanto processo autogerido: no envolvimento dos participantes desde o início das decisões. Não somente nas antecipações técnicas detalhadas por parte dos futuros executantes, mas no envolvimento e sentimento de apropriação de que são co-autores das decisões.

Em Portugal, o conceito sempre foi marginalizado e remetido para as praticas de construção ilegal e só com nos pressupostos iniciais de Nuno Portas no programa SAAL em 1974 é que se contempla um reconhecimento das capacidades de fomento ao poder popular para autoconstruir condignamente as suas casas.

## II.2. ‘Utopias Realizáveis’ e ‘Inovação Social’: entre o sonho e a acção.

Num contexto social tão complexo em que vivemos este trabalho pretende questionar o conceito de ‘autoconstrução assistida’ como parte de uma verdadeira utopia. Entenda-se aqui que esta utopia, tal como a define Antonio David Cattani, se constitui na “visão crítica do presente e dos seus limites e na proposta para transformá-lo positivamente”.

Entendendo o SAAL como um programa político disruptivo para a época, pretende-se por um lado, analisar a sua concepção no âmbito das ‘Utopias Realizáveis’ (Yona Friedman, 1976), e por outro, enquadrar a sua realização como uma acção socialmente inovadora, tendo por base a definição de Howaldt e Schwarz (2010) para a ‘Inovação Social’ como produto de um processo que começou por ser meramente instrumental.

Yona Friedman: “as verdadeiras utopias são aquelas que são realizáveis”. A utopia realizável situa-se entre o projecto - acção individual - e a utopia - acção colectiva - mas afasta-se bastante do ‘sonho’, do *wishful thinking*.

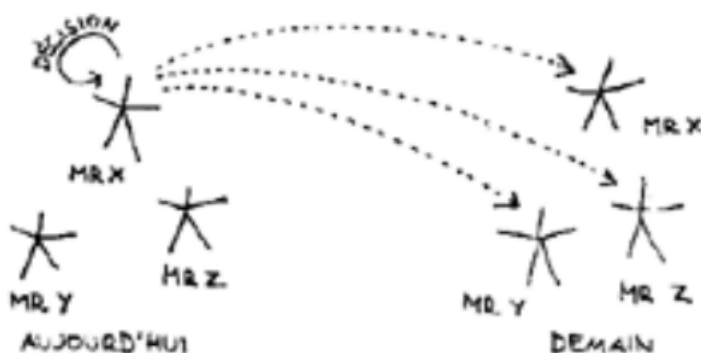


fig.1: “Le sujet de cet essai est l'utopie réalisable.” (Yona Friedman, 1974)

O autor é bastante incisivo quando por um lado alerta para a vontade de agir e por outro para os constrangimentos, morais, éticos ou de contexto externo, que tornam impossível ou indesejável a mudança. Em relação à teoria das utopias, (i) elas nascem da constatação de uma insatisfação colectiva, do reconhecimento da problemática, (ii) só nascem quando já existe uma solução conhecida que pode resolver essa insatisfação e (iii) só são realizáveis se existir um consentimento colectivo, ou seja, a solução tem de ser reconhecida e colectivamente aceite.

O mais relevante para este trabalho relativo à noção de utopia de Friedman é o incentivo à acção, contrariando a resignação e limitando aquilo que ele designou de utopias não realizáveis.

O segundo conceito que se apresenta a par das ‘Utopias Realizáveis’ é o de ‘Inovação Social’ no sentido em que ambos partilham, por um lado de uma noção de risco para algo que é desconhecido e, por outro, para a realização ou a vontade de uma mudança.

Segundo o Centro para Inovação Social do Canadá, “a Inovação Social refere-se às novas ideias que possam mudar os rumos sociais, económicos e ambientais, trazendo benefícios para as pessoas e para o planeta, ideias que rompem com as estruturas actuais, acreditando que a verdadeira inovação social é transformadora de sistemas”.

A inovação social, de acordo com Stanford Social Innovation Review (2008), dá-se quando uma nova solução é encontrada para os problemas sociais, que é mais eficaz, eficiente e sustentável, ou que apenas seja melhor que as já existentes, cujo valor seja revertido para o bem de toda a sociedade e não apenas de particulares. A inovação social pode dar-se através de novos produtos, serviços ou de novas tecnologias, como também alterações a uma lei, uma nova ideia, uma intervenção ou na combinação destas acções que conduzam à melhoria da qualidade de vida dos beneficiados. Nesta última definição não se sente verdadeiramente uma mudança de paradigma no ‘sistema de inovação’, não é percebida a verdadeira mudança entre inovação tecnológica e social, sendo apenas o adjectivo ‘social’ uma forma de identificação de um público alvo e de um objectivo dessa inovação. Por outro lado, em muitos outros contextos, o termo Inovação Social é aplicado de forma generalista e em certa medida redutora, usado recorrentemente num contexto metafórico de ‘mudança social’.

A definição que aqui se adopta é a de Jürgen Howaldt e Michael Schwarz: “A inovação social é uma nova combinação e/ou nova configuração de práticas sociais em determinadas áreas de acção provocadas por determinados atores de forma intencional, direccionados com o objetivo de satisfazer ou atender a necessidades e problemas melhor do que é possível com base em práticas estabelecidas.” A Inovação Social é aqui interpretada como um processo de criação coletiva na qual os membros de uma determinada unidade coletiva aprendem, inventam e expõem novas regras para o jogo social de colaboração e de conflito, ou seja, uma nova prática social em que, nesse processo, eles adquirem as habilidades cognitivas, racionais e organizativas necessárias. (Howaldt, 2010:16-17)

O termo inovação social refere-se então a mudanças no modo como um conjunto de indivíduos ou comunidades agem para resolver os seus problemas ou criar novas oportunidades e são guiadas mais por mudanças de comportamento do que por mudanças tecnológicas ou de mercado, geralmente emergindo através de processos organizacionais ‘de baixo para cima’ em vez dos habituais programas políticos ‘de cima para baixo’.

Pode-se então concluir que: a ignição daquilo que se pode consumir como algo inovador socialmente pode-lhe ter precedido uma utopia que se vislumbrou como realizável.

### II.3. ‘Participação’ como promora de democracia.

Tendo como base que “a autogestão é um projecto de organização democrática que privilegia a democracia directa.” (Cattani et al, 2009:26) e que o prefixo ‘auto’ pressupõe a participação dos envolvidos no seu nível máximo, é abordado no campo teórico a relação entre democracia e participação como premissas necessárias à análise da dimensão política e técnica de uma acção territorial que se presume ser integrada e inclusiva.

Por participação comunitária entende-se o envolvimento das comunidades nas tomadas de decisão que lhes dizem respeito ou que afetam o seu desenvolvimento futuro. O objetivo da participação comunitária é “conferir a todos os membros de uma comunidade a oportunidade de, em igualdade de circunstâncias e num ambiente democrático, ter uma voz ativa e tomar parte nas tomadas de decisão que afetam essa comunidade e a sua qualidade de vida.” (LNEC, 2013)

No presente trabalho em que abordamos práticas de autoconstrução assistida interessa apontar para o nível máximo de participação, segundo a classificação de Deshler and Stock (1985) que um processo de autoconstrução implica no que concerne à sua “genuína participação de cooperação e de controlo cidadão”. Contudo, segundo a escala de Wates (2000) teremos quatro níveis de participação: nível 1, de informação pública, onde os participantes apenas são receptores; nível 2, de consulta pública, em que os interessados são chamados a debater e a tomar uma decisão sobre a informação prestada; nível 3, de parceria, os participantes envolvem-se no processo como parceiros na decisão das temáticas a abordar, na sua implementação e na sua monitorização; e por fim o nível 4, de autoajuda, aqui os participantes executam todas as etapas sozinhos, planificando, implementando e monitorizando o processo de forma autónoma.

É possível observar hoje no panorama nacional um número crescente de comunidades que se organizam em torno de causas comuns e na resolução de problemas que diretamente as afetam, como demonstram as mobilizações em áreas sectoriais como o ambiente, a segurança ou o planeamento à escala do bairro, contudo não é prática comum entidades de serviço público recorrerem à participação cidadã como forma de potenciarem relações mais virtuosas e frutíferas com os seus utilizadores.

Da possibilidade que um elevado nível de participação oferece a um processo interessa destacar, para além dos resultados nos indivíduos, os seus resultados na comunidade: (i) o fortalecimento do sentimento de comunidade e de pertença, que pode eliminar ou reduzir os conflitos internos e promover a cooperação, (ii) a obtenção de resultados mais adequados às especificidades da comunidade, (iii) garantir o apoio, generalizado e a longo prazo, aos processos de transformação e consequentemente promover a sustentabilidade e independência dos resultados para além do período de funcionamento dos processos. (LNEC, 2013)

Para além da promoção da independência e do incentivo à acção, a Participação apresenta-se como um mecanismo fundamental para a promoção de ‘auto-soluções’, tendo um papel fundamental na educação para a cidadania, na integração e inclusão dos utilizadores como co-autores de soluções que lhes dizem respeito, e na autorregulação de práticas democráticas em microterritórios.

#### II.4. ‘Associativismo’ e ‘Economia Solidária’, o valor do colectivo.

No pressuposto de que uma prática de autoconstrução assistida é um processo, colectivo, colaborativo, de reciprocidade e que nasce de uma vontade colectiva, é analisado o enquadramento teórico do ‘Associativismo’ por Laville e Chaniel (Cattani et al, 2009) e os princípios inerentes à ‘Economia Solidária’ (Roque Amaro, 2011).

O conceito de Economia Solidária possui sentidos diversos que estão diretamente associados à ideia de solidariedade colaborativa em contraposição ao individualismo utilitarista no comportamento económico predominante nas sociedades capitalistas. O conceito de Economia Solidária aqui abordado explora-se na sua corrente teórica da Macarronésia, por ter sido um conceito que foi construído e aferido colectivamente em resultado de projectos e dinâmicas nos últimos dez anos. Esta definição de Economia Solidária apresenta-se em oito dimensões (Amaro, 2011):



1. É um projecto económico, abrange um conjunto de actividades produtivas, responde a necessidades, gera emprego – dimensão económica.
2. É promotor de coesão social, promove a igualdade de oportunidades, luta contra a pobreza, contribui para o combate ao desemprego ou para a integração intergeracional – dimensão social.
3. É um projecto egocêntrico, respeita e valoriza a diversidade ambiental, assegurando que as gerações futuras terão acesso aos recursos naturais, numa nova relação de respeito com a natureza como parceira e não apenas como subordinada ao sistema económico – dimensão ambiental.
4. É um projecto cultural, respeita e valoriza a pluralidade cultural, procurando valorizar as culturas locais em detrimento da globalização ou uniformização cultural – dimensão cultural.
5. É promotor de coesão territorial, na reativação das zonas rurais abandonadas, na presença em ‘ghettos’ urbanos de pobreza e exclusão social e na dinamização de zonas ribeirinhas insulares, em articulação com os objectivos e as dinâmicas do ‘Desenvolvimento Local, valorizando o património, os recursos e a cultura local – dimensão territorial.
6. É um projecto de reconhecimento e mobilização do conhecimento de base indutiva – percebido e construído pelos actores, a partir das suas vivências e das suas experiências – assente na capacidade crítica de acompanhar os desafios actuais na construção de um futuro e de uma permanente aprendizagem – dimensão do conhecimento.
7. É um projecto que procura ter uma gestão autónoma eficiente, criando e desenvolvendo novos modelos e instrumentos de gestão, ancorada territorialmente e promotora do desenvolvimento local – dimensão da gestão.
8. Valoriza a governança partilhada como regulação integrada, promove a gestão democrática, dinamiza a participação e as relações de parceria com o Estado ou com as Empresas na regulação dos problemas da sociedade – dimensão política.

A sua concepção de solidária assenta em valores de reciprocidade e de partilha, e não de filantropia ou de valores instrumentais de custo-benefício ou de maximização de lucros.

Uma das expressões formais da Economia Solidária é muitas das vezes o Associativismo, sendo que o contrario, a formação de uma Associação, nem sempre segue os princípios ou se aproxima dos valores da economia solidária.

Pretende-se aqui abordar o conceito do Associativismo não como uma formalização institucional de uma organização social ou nas suas formas jurídicas mas como um movimento.

Segundo Chanial e Laville a criação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a acção colectiva. A associação é um espaço em que, graças a um encontro interpessoal, se relacionam redes de socialidades entre esferas privada e pública. Para além da adesão a um bem comum o associativismo pressupõe uma série de princípios, de valores e de uma moral de cooperação, em que os sentimentos altruístas se sobrepõem aos egoístas. Apresenta novas definições da cidadania no que concerne à legitimidade, à representação e à soberania, redesenhando práticas democráticas em pequenas escalas e gerando propriedade social. “A propriedade social, não é somente uma propriedade comum, compartilhada, e, por essa razão, ‘propriedade dos sem-propriedade’; ela é também uma propriedade cívica, ‘poder dos sem-poder’.” (Cattani et al, 2009:25) Pela propriedade social concretiza-se tanto o ideal de justiça social, quanto o imperativo de liberdade e de cidadania social, supondo uma extensão da democracia quando assegura a participação directa dos associados ao poder económico.

## II.5. ‘Empowerment’ e ‘Emancipação’, um meio para atingir um fim?

Por último, no contexto da análise sobre a dimensão social e política e dos ecos que um processo de autoconstrução deixa no habitat pretende-se aprofundar os conceitos de ‘Emancipação’ (Cattani et al, 2009) e de ‘Empowerment’ (Friedmann, 1992) no sentido da sua contribuição para a qualidade de vida e bem-estar sustentável.

Uma das formas de melhor definir Emancipação é entender as concepções opostas. Retomando às tradições mais antigas e conservadoras, o pensamento elitista aponta continuamente a incapacidade congénita do povo de ter iniciativas autónomas e de se manifestar e de defender os seus próprios interesses, nesta lógica este pensamento justifica a concentração do poder e da riqueza nas mãos dos mais ‘capazes’, categorizando o homem-massa como abúlico, homem-mediocre, ao qual nada mais lhe resta do que se submeter à condução dos líderes.

Por contraponto, o conceito de Emancipação apresenta-se aqui como um processo de libertação que ao se livrar do poder exercido por outros, conquista, ao mesmo tempo, plena capacidade civil e cidadã. “Emancipar-se denota o acesso à maioria de consciência,

entendendo-se, por isso, a capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais independentemente de critérios externos impostos ou equivocadamente apresentados como naturais” (Cattani et al, 2009: 175)

A Emancipação está directamente relacionada com o conceito de autonomia, no sentido em que é livre de processos repressivos, tutelares ou paternalísticos, e por outro lado com o conceito de auto-capacitado. É neste sentido que se coloca aqui a par da ‘Emancipação’ o conceito de ‘Empowerment’.

O conceito de ‘Empowerment’ é relativamente recente, surgindo a par de conceitos de desenvolvimento ‘alternativos’ a partir de 1990. John Friedmann é o autor que reconhecidamente apresenta em profundidade este conceito colocando ênfase nas dimensões sociais e políticas do desenvolvimento. O ‘Empowerment’ aqui não será reduzido à acção de ‘transferência de poder’ ou à sua acção ‘capacitante’, muito pelo contrário, nestas duas acepções está implícita uma percepção paternal de incapacidade de reconhecer capacidades e poder nos que se tornam alvo do empowerment enquanto processo, não se adoptando aqui nenhuma tradução à expressão importada por se entender que não surgiu ainda o melhor vocábulo que seja justo à concepção de Friedmann.

Empowerment ao contrário do conceito de Emancipação não é um estágio mas surge assim como um processo de conquista e de reconhecimento de capacidades. Friedmann apresenta-o como promotor de autonomia, participação, democracia e aprendizagem para o desenvolvimento individual e comunitário. Será portanto desejável que um processo de empowerment conduza à emancipação, seja ela de um indivíduo, de uma comunidade ou de um habitat.

## II.6. O ‘Bem-estar’ para além da qualidade de vida.

Os conceitos de ‘Qualidade de vida’ e de ‘Bem-Estar’ tendem a surgir em par mas é na sua acepção imaterial que se pretende aqui valorizar os seus significados, deixando de lado a ideia de Qualidade de vida relacionada com a riqueza, os rendimentos ou os bens materiais do objecto em análise.

O Bem-Estar que neste trabalho se analisa refere-se à sua delimitação ‘local’ de habitat e não na sua componente individualizada de cada um dos seus moradores. Contudo é através de cada um deles e de forma subjectiva que se irá conhecer a existência de bem-estar colectivo e territorializado.

Se o Iluminista nos trás novos objectivos para a polis um deles é a sua capacidade de proporcionar aos seus cidadãos uma ‘vida boa’ a par da satisfação das suas necessidades. A procura pela felicidade surge como um novo objectivo a ser integrado a par das questões instrumentais sobre a vida urbana. A qualidade de vida passa a ser entendida como mais próxima da condição e realização humana do que no bem-estar material.

Neste trabalho entende-se o conceito de ‘bem-estar’ como um estado afectivo duradouro e não como um momento individual e singular de felicidade ou de emoções passageiras Sirgy (2002) (citado por Galinha e Ribeiro, 2005) composto por três componentes: (i) a satisfação global com a vida, em vários domínios, (ii) afecto positivo, relacionado com a alegria, afeição, orgulho e (iii) baixos níveis de afecto negativo, composto por tristeza, culpa, vergonha.

“O Bem-Estar Subjectivo é um conceito de importância crescente num mundo democrático, em que se espera que as pessoas vivam as suas vidas de modo a que elas próprias se sintam preenchidas, segundo os seus critérios.” (Galinha e Ribeiro, 2005) O Bem-Estar, como conceito, é aqui definido em termos de experiências internas não se propondo avaliações externas, ou seja, este é medido a partir da perspectiva dos indivíduos.

### *III. Contextos e práticas de autoconstrução assistida na América do Sul.*

Há processos de aprendizagem que só advêm da prática, sucessos de inovação social chegam-nos todos os dias do laboratório social em que a América do Sul se tem apresentado. Apoiar políticas territoriais a práticas de sucesso poderá ser um caminho de aprendizagem desta nova Velha Europa?

Tal como reflecte ainda na década de setenta John Turner “as habitações clandestinas revelam as capacidades de entreajuda e autoconstrução popular, contrariamente às classes burguesas para quem a construção, a propriedade e a arquitectura é meramente produto de mercado e de status” (Bandeirinha, 2007: 44). Turner colaborou em diversos projectos-piloto, nomeadamente no Peru, entre 1950 e 1963, de onde tirou algumas conclusões e lições que defende serem de extrema importância também para o mundo por muitos designado de desenvolvido. Turner subverte o ‘paternalismo’ dos países desenvolvidos que enviam *know-how* técnico para ‘auxiliar’ os países subdesenvolvidos, argumentando que estes é que têm conteúdo para ‘capacitar’ os países desenvolvidos, como nas *barriadas* ou *pueblos jóvenes* no Peru, com as experiências de autoconstrução e as relações de entreajuda das populações das comunidades na compreensão construtiva e organizativa dos seus territórios.

As conclusões deste autor em comunidades peruanas, onde estiveram patentes práticas de autoconstrução, apresentam a figura do arquitecto como o profissional que deve intervir como assistente técnico e conselheiro dos construtores-utilizadores, capacitador que deve ter a responsabilidade de dar ferramentas e ao mesmo tempo espaço para aprender como vivem ou querem viver os futuros moradores. J. Turner “achava que a própria dinâmica, entreajuda e racionalidade dos *squatters* latino-americanos poderia constituir uma lição e um ponto de partida para outras libertações, para outras emancipações não directamente envolvidas com a habitação.” (Bandeirinha, 2007: 46).

“O morador, que agora autoconstrói, fá-lo segundo a sua intuição, experiência e necessidades, mas não sabe como resolver questões técnicas essenciais, como estrutura construtiva e abastecimento de água, esgoto ou electricidade, pondo muitas vezes, e ainda que sem consciência, a família em risco.” (Araujo, 2010) J. Turner resume o arquitecto ao papel

do assistente técnico e o processo a um processo construtivo, que apenas responde e presta auxílio nas necessidades e dificuldades técnicas dos construtores, contudo este deve ter a capacidade de zelar pela liberdade individual dos moradores sempre que esta não colida com a liberdade colectiva, da cidade, tendo um papel fundamental como informador-educador-capacitador não intrusivo de soluções inovadoras, eficientes e/ou sustentáveis.

### III.1. Londrina, Brasil 1997: ‘Programa Onde Moras’.

Um dos grandes desafios mundiais da habitação social ainda é viabilizar construções a quem carece de habitação pelo sistema de ajuda mútua e esforço próprio ou pela autoconstrução assistida. No Brasil, uma das recentes práticas adoptadas pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H) é a autoconstrução assistida, mas que, segundo o brasileiro Edvaldo Corrêa, quase não aparece nos meios de comunicação nem é devidamente documentada.

A ‘Autoconstrução assistida’ trata-se de um processo pelo qual as os moradores participam da ampliação, reabilitação, construção ou manutenção de espaços habitacionais, utilizando a sua própria capacidade de gestão. Isto pode ocorrer desde a aquisição do solo, na adjudicação da obra a uma construtora ou escolha da mão-de-obra, na obtenção de financiamento, na elaboração de um orçamento ou na escolha e compra de materiais. “Algumas instituições técnicas representativas dão suporte e assessoria a estas construções e famílias. Daí a significativa melhoria nos padrões de qualidade e durabilidade das edificações e na própria regularização dos lotes de terrenos” (Corrêa 2010) <sup>2</sup>.

Como aqui também acontece, sabe-se que em nos empreendimentos de habitação social comuns há um esforço dos projectistas e das empresas construtoras em diminuir o custo destas habitações ditas populares (sociais), seja pelos materiais adoptados, pelos sistemas de construção, pelas tipologias do projecto arquitectónico ou pela negociação com os fornecedores, para adequar a oferta à procura e ainda enquadrar-se nos regulamentos programáticos. Uma das condicionantes é o preço elevado do solo, entre outros estão a logística de comercialização de materiais de construção e a oferta de serviços em construção civil em geral. Por tudo isto, Edvaldo Corrêa (2010) argumenta que parte da população de

---

<sup>2</sup> Artigo de opinião de Edvaldo Corrêa onde ele argumenta as vantagens da autoconstrução assistida para executar habitações sociais no Brasil.

baixos rendimentos “elegu de forma autónoma a autoconstrução, muitas vezes sem qualquer apoio técnico na área de engenharia. A própria família constrói no ritmo permitido pelo seu tempo e pelo seu dinheiro.”



Fig. 2, 3, 4 e 5: processos de autoconstrução assistida no Brasil.

Contudo existem outras práticas e casos de real sucesso que advêm da autoconstrução assistida e não do recurso aos empreendimentos de habitação social. Um deles é o ‘*Programa Onde Moras*’ que tem como objectivo proporcionar habitação digna a famílias com baixos rendimentos, por um custo até 50% mais baixo do que as habitações sociais promovidas por consórcios publico-privados. Colaborativamente a comunidade conjuntamente com organismos públicos, a iniciativa privada, a igreja, o Ministério das Cidades, a Caixa Económica Federal, Companhia de Habitação (COHAB), o Rotary Internacional, a Receita Federal, entre outros parceiros, conseguem proporcionar às famílias mais carentes condições de habitação digna, “o que é determinante no resgate da identidade social do cidadão, iniciando um processo de crescimento pessoal, social e moral.” (Corrêa, 2010)



Fig. 6: Programa ‘Onde Moras’ >

Para além de contribuir para saciar a necessidade habitacional numa dimensão física do território e social da procura de morada, esta prática é justificada também numa dimensão ambiental de minimizar a degradação ambiental através do reaproveitamento de materiais de construção, conseguindo ainda, através das parcerias, reduzir o custo da construção das casas – dimensão económica – por meio de doações de materiais novos ou usados, da utilização de mão-de-obra das famílias beneficiadas e de voluntários. “A prioridade é atender idosos, famílias com maior número de filhos, portadores de necessidades especiais e mulheres chefes de famílias.” Esta metodologia foi aplicada no município de Londrina, estado do Paraná, em 1997 com enorme sucesso e está a ser replicada noutros municípios.

Esta prática transforma-se recentemente numa política pública pelo PBQP-H que consiste na assistência técnica e gratuita de engenheiros e arquitectos, criada no Brasil em 24 de Dezembro de 2008, pela Lei nº 11.888, que é assumidamente um instrumento de desenvolvimento urbano e social<sup>3</sup>. Os recursos para estes serviços são disponibilizados pelo Ministério das Cidades e consubstanciam-se no acompanhamento técnico e na contratação de mão-de-obra especializada para de obras de melhoria, conclusão ou construção de unidades habitacionais, executadas por famílias de baixos rendimentos, em regime de cooperativa, autoconstrução ou autogestão. Sendo oferecidos além do trabalho de técnicos projectistas, os serviços de mestres de obras, pedreiros, electricistas, canalizadores, consumando-se o que se define por ‘autoconstrução assistida’.

---

<sup>3</sup> Esta lei assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005 no Brasil.



### III.2. Argentina 1992: ‘Programa de Protección contra las Inundaciones’.

Na Argentina também surgiram interessantes iniciativas e políticas públicas de habitação social: o ‘*Subprograma de Viviendas*’, implementado pelo *Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios*. Identificada como uma das melhores práticas no sector da habitação social em todo o mundo<sup>4</sup>, este programa mobilizou o governo, nos seus diversos sectores e algumas organizações internacionais numa acção integrada.



Fig. 7 e 8: Autoconstrução assistida ‘Programa de Protección contra las Inundaciones’<sup>4</sup>

Com as enchentes que ocorreram em Junho de 1992 vários projectos para apoiar as famílias atingidas foram feitos. Foi neste contexto que surgiu o ‘*Programa de Rehabilitación por Inundación*’, o objectivo do programa era reconstruir as casas destruídas ou danificadas em seis províncias afectadas pelas cheias. As casas foram construídas através do esforço individual e da ajuda mútua. O programa previa o fornecimento de maquinaria pesada para a autoconstrução de 5.100 casas destinados aos habitantes com recursos limitados afectados pelas inundações. Cada beneficiário fornecia o seu trabalho e recebia através de um sistema de vales o usufruto das maquinarias, materiais de construção e apoio técnico, como forma de retribuição do esforço empreendido.

Os beneficiários, cerca de 30.600 pessoas, participaram neste programa construindo ou reconstruindo as suas casas com o seu próprio esforço sendo-lhes proporcionando ajuda mútua. Para terem acesso ao programa as famílias necessitavam de reunir os seguintes requisitos:

1. Terem sido atingidas pelas cheias;

---

<sup>4</sup> “Buenas prácticas latino-americanas e del Caribe” seleccionadas em Habitat II.

2. Poderem construir, ter condições de fornecer força necessária para o trabalho de construção;
3. Serem proprietárias ou ocupantes das casas danificadas ou destruídas;
4. Comprovarem que os seus rendimentos não são suficientes para reparar ou reconstruir a sua casa;
5. Comprovaram que não têm condições financeiras necessárias para recorrerem ao crédito para a reconstrução da casa;

Os beneficiários contribuíram com a força de trabalho, o *BIRD (Banco mundial)* financiou 70% do custo adicional e o estado os restantes 30%. Com esta iniciativa foram capacitadas para o trabalho e foram incorporadas no sistema produtivo cerca de 10.200 pessoas marginalizadas.

Este programa obteve resultados muito positivos, não só cumpriu o seu objectivo específico, como também, graças à sua metodologia de trabalho, conseguiu outros benefícios complementares que reforçaram a sua natureza sustentável:

- Consegue-se o acesso ao solo, à habitação e às infraestruturas;
- Regula a emergência de habitação espontânea;
- Reduz a contaminação ambiental, melhorando a saúde das populações;
- Aumenta a quantidade de água potável, o sistema de distribuição energética e os serviços básicos de reabilitação;
- Diminui o risco e melhora a capacidade de resposta em caso de futuros sinistros;
- Melhora as oportunidades para o emprego e para a integração social de toda a família, no sentido em que as possibilidades de trabalho aumentam com os ofícios aprendidos e surgem políticas de fomento de cooperativas de trabalho.

Estes são exemplos de mobilização social e de trabalho em parceria com a engenharia e a arquitetura, que contribuíram para abrir novos espaços de discussão sobre a prática da autoconstrução assistida.

## *IV. Metodologia.*

Tendo presente a questão de partida deste estudo – *De que forma um processo de autoconstrução assistida contribui para a ‘emancipação de um habitat’, no sentido de um aumento do bem-estar societal?* – propõe-se a sua aproximação através de uma abordagem compreensiva.

Numa primeira fase desenvolveu-se um estudo do enquadramento teórico sobre os conceitos de ‘autoconstrução’, ‘autogestão’ e ‘utopia’ e um estudo exploratório sobre experiências e práticas de processos de ‘autoconstrução assistida’.

Num segundo momento, e de forma a enquadrar o estudo que se pretendia iniciar, procedeu-se a uma revisita de experiências recentes de autoconstrução assistida encontrando-se dois casos na América Latina, um na Argentina de 1992 e um outro no Brasil de 1997, e um estudo sobre conceitos relacionados com as práticas encontradas e as técnicas envolvidas nesses processos: ‘participação’, ‘associativismo’, ‘empowerment’, ‘emancipação’ e ‘bem-estar’.

Num terceiro momento procurou-se um caso que contenha práticas de autoconstrução assistida e que fosse próximo para ser analisado em profundidade as consequências desse processo num medio-longo prazo. Neste sentido procurou-se eleger um objecto de estudo onde fosse possível reconhecer que houve acção directa dos participantes na construção dos seus habitats e onde se pode conhecer e analisar as suas experiências no âmbito dos conceitos do que se entende como ‘emancipação de um habitat’. Encontra-se no estudo de caso o método mais propício para uma análise qualitativa de conteúdos subjectivos.

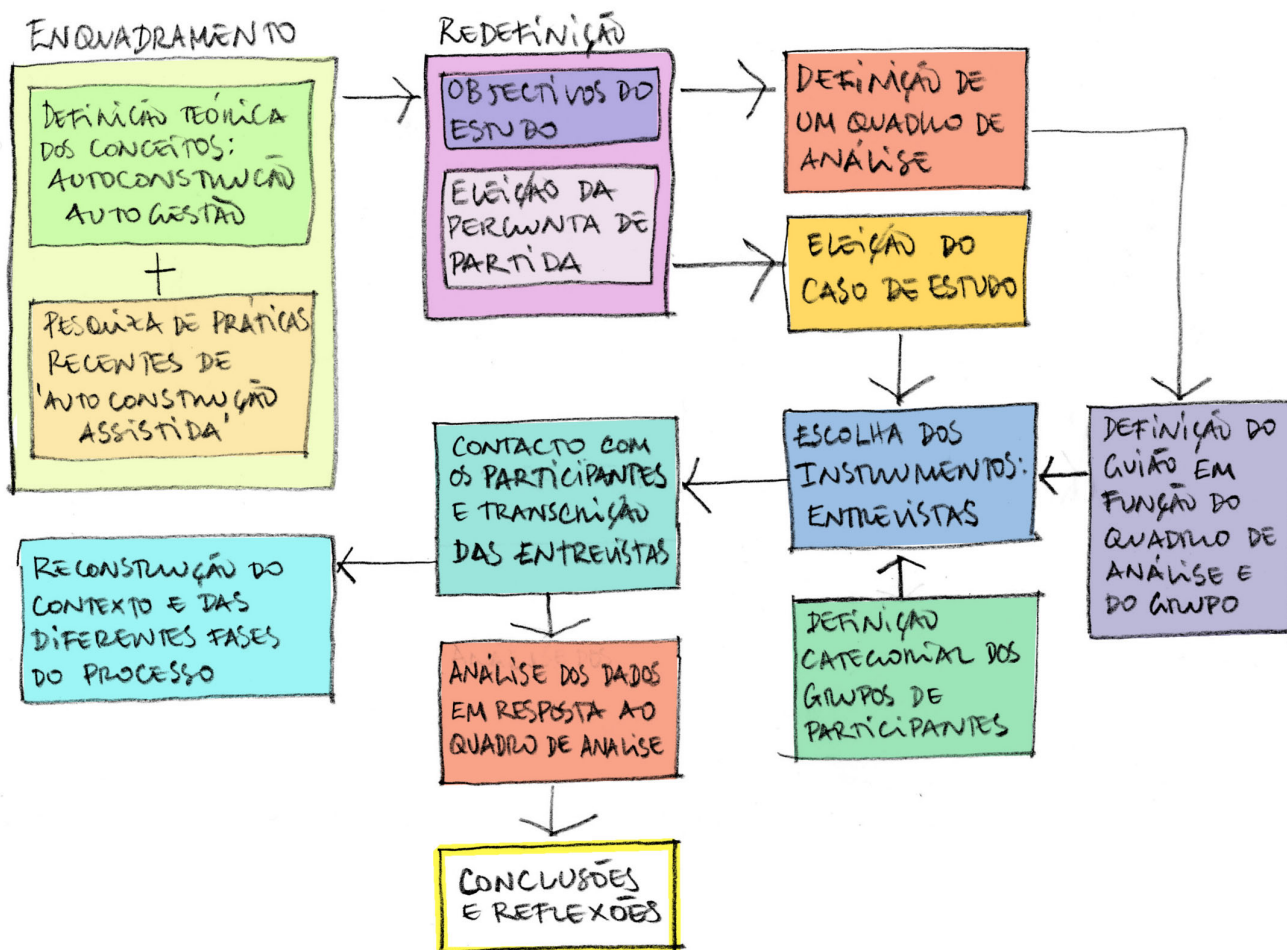


Fig. 9: Esquema sobre a metodologia deste trabalho.

#### IV.1. Escolha do estudo de caso.

Este trabalho começou com um estudo exploratório de contextos de práticas recentes de autoconstrução assistida na América do Sul, que surgem na transição do milénio, e que possibilitaram entender as intensões de um processo e as suas características.

Num segundo momento, centrou-se a análise num passado recente português de uma Operação SAAL. O SAAL foi um programa de política pública, no âmbito da habitação social, apresentado pela administração central que se desenvolve a partir e com a capacidade de uma organização de base local liderar o processo e que surge associado a teorias e práticas de ‘autoconstrução assistida’ nos anos 1974-76. Porque se escolhe estudar uma Operação SAAL? Porque dentro dos programas políticos é um processo atípico na liderança da acção, rico em experiências, porque há um distanciamento temporal significativo e ao mesmo tempo o testemunho vivo dos seus participantes. Porquê um estudo do caso Bairro SAAL 25 de Abril em Linda-a-Velha? Explorou-se diversos cenários e operações SAAL similares mas elege-se este bairro por se verificar que:

iii) houve no processo a participação efectiva dos moradores na construção do seu bairro e que ainda há testemunhos vivos que se apresentam valiosos e pertinentes para a investigação aqui proposta;

ii) encontrou-se uma possibilidade de análise inspiradora do processo;

i) há acesso facilitado à informação e uma série de testemunhos de intervenientes no processo desde o seu momento inicial.

Para o trabalho realizado no âmbito do tema proposto optou-se por uma abordagem compreensiva de aproximação ao contexto e aos actores do processo, encontrando nas experiências pessoais e subjectivas um conjunto de realidades e perspectivas diversificadas. A interpretação teórica aqui apresentada dessa realidade empírica assenta na autenticidade dos testemunhos e na noção de transferibilidade de contextos – prática-teoria-prática.

#### IV.2. Quadro de análise.

Tendo por base a questão de partida desenvolve-se o trabalho na análise do estudo de caso em três dimensões. Pretende-se encontrar definições teóricas que contribuam para enquadrar questões críticas no seguinte quadro de análise:

(i) Na dimensão social:

- a) Quais as condições sociais existentes, as intensões, as vontades e as capacidades que possam apontar para o potencial virtuoso deste processo?
- b) Qual a relação entre objectivos materiais – casas - e objectivos imateriais – bem estar social? Evoluiu ao longo do tempo?
- c) Sendo um processo de mudança, de que forma se relacionaram as vontades individuais e as vontades colectivas? Que relações de cooperação se revelaram benéficas? Que elos de reciprocidade se estabeleceram?

(ii) Na dimensão política :

- d) Que grau de confiança e que nível de participação é/foi benéfico para equilibrar/regular as vontades individuais e as diversas vontades colectivas?
- e) De que forma a acção destas micro-iniciativas territoriais contribuíram para o bem-estar urbano num território mais alargado, numa dimensão multiescalar?
- f) Não tendo sido um *grassroot planning* em que medida foi desenvolvido, enriquecido e sustentado pelas bases? Qual a relação entre a promoção e a liderança da acção?
- g) Este processo dá-nos pistas de como ‘animar’ um território para uma economia solidária? Qual a sua robustez e durabilidade?

(iii) Na dimensão técnica:

- 1. Que relações se deram no sentido de uma aprendizagem mútua entre técnicos e moradores?
- 2. Houve empowerment de uma comunidade? Que capacidades técnicas se revelam necessárias, para além das especializações temáticas dos técnicos envolvidos, para a promoção de autonomia, democracia, participação e aprendizagem das pessoas envolvidas?
- 3. Onde está o ponto de equilíbrio entre a assistência e a autonomia da autoconstrução?

#### IV.3. Instrumentos.

Recorrendo a instrumentos de pesquisa qualitativa, utilizam-se entrevistas semi-directivas junto de 10 participantes que compreende uma amostra por conveniência. Os entrevistados foram escolhidos previamente com o apoio de um dos participantes que mais contacto teve com os envolvidos no processo, para representarem 5 grupos identificados como relevantes para o confronto de visões em função do papel desempenhado neste processo: a ‘Liderança’, o ‘Processo’, a ‘Dinâmica’, a ‘Transmissão de Memória’ e o ‘Olhar Externo’.

No primeiro grupo – ‘Liderança’ – foram entrevistados dois líderes do arranque da organização social, em que um deles teve participação material na construção da obra e lidera e fiscaliza todos os trabalhos no estaleiro. Pretendeu-se analisar de que forma emerge o processo, de que forma este é conduzido e como é levado a cabo.

No segundo grupo – ‘Processo’ – foram entrevistados dois técnicos da equipa SAAL, uma psicóloga que liderou a equipa e iniciou o processo e um engenheiro civil. Pretendeu-se conhecer de que forma foi o processo promovido, conduzido e gerido.

No terceiro grupo – ‘Dinâmica’ – foram entrevistados dois actores do processo que primaram por terem tido um papel fundamental na dinâmica da acção. Pretendeu-se entender que estímulos e que contexto foi propício ao desenrolar da acção e qual as suas características e capacidades individuais e relação com o movimento associativo.

No quarto grupo – ‘Transmissão de Memória’ – foram entrevistados dois ‘filhos do bairro’, ou seja uma geração que não participou no arranque do processo mas que viveu o resultado dessa acção. Pretendeu-se saber de que forma este processo foi transmitido à geração subsequente, ou seja, de pais para filhos, e como ela é percebida ou adoptada pelos mais novos.

No quinto e último grupo – ‘Olhar Externo’ – foram entrevistadas duas pessoas que em algum momento tiveram contacto com o território, uma visitante regular do bairro que se desloca até aí essencialmente porque frequenta um centro de yoga e uma ex-técnica que trabalhou no arranque do centro de tempos livres do bairro. Pretendeu-se compreender como é visto o território por pessoas externas a ele, de que forma ele se relaciona com outras pessoas não residentes, mas que em algum momento foram visitantes assíduos e observadores externos privilegiados.

Em todos os grupos de entrevistas foram formuladas (i) questões transversais, sobre a sua relação com o território e sobre os seus conhecimentos no que concerne ao processo de construção do bairro, (ii) questões particulares relativas à temática e ao posicionamento pelo qual são entrevistados e, por último, (iii) questões de capacidade preditiva sobre o futuro e sobre a continuidade ou termino do processo que aqui se estuda.

Na selecção dos entrevistados apenas foi tido em conta o facto de não serem pessoas da mesma família para poder contar com visões diversificadas dos acontecimentos por diversos contextos familiares. As entrevistas presenciais foram gravadas e posteriormente transcritas servindo para, por um lado, reconstituir os processos da acção e as experiências passadas e, por outro, analisar o sentido que os entrevistados atribuíam ao seu papel e verificar hipóteses. A identidade de um dos entrevistados não é divulgada a pedido do mesmo.

Os diversos guiões das entrevistas foram previamente elaborados tendo em vista responder ao ‘Quadro de Análise’ supra citado. As entrevistas contêm no total 55 questões que se apresentam no Anexo A deste trabalho, sendo distribuídas as questões em função do grupo ao qual pertence cada entrevistado. Depois de transcritas as entrevistas procedeu-se à sua análise de conteúdo categorial.

Na análise dos dados, apesar de “um fenómeno social não ser replicável como um fenómeno de laboratório onde se pode controlar todas as variáveis” (Corbin, 1998), quando se encontra um conjunto de condições de possibilidade aplica-se uma compreensão teórica de equivalência, ou seja, é o que se apresenta como possibilidade de previsão dos fenómenos sociais, podendo significar ‘capacidade preditiva’ e não uma generalização linear dos resultados.



## *V. Estudo de caso: o processo de autoconstrução assistida do Bairro 25 de Abril de Linda-a-Velha*

### V.1. Maio de 1968 e as ‘Operações SAAL’: contexto, premissas e condições existentes em Portugal.

Na década de 60 uma nova corrente ideológica apela para a necessidade de ter em conta o contexto e os indivíduos na construção das suas cidades, por um lado, e à colaboração operativa entre diversas disciplinas e actores – sociólogos, antropólogos, arquitectos e urbanistas – por outro, como forma de assegurar um melhor entendimento da influência do meio urbano na estruturação social e no desenvolvimento. Chombart de Lauwe, sociólogo urbano que se dedicou a estudar as populações na metrópole de Paris no que concerne às suas condições de vida, propõe que o ordenamento do território em vez de ser pensado ‘para eles’ fosse pensado ‘com eles’ e ‘por eles’. Bandeirinha (2007:30) reforça esta ideia afirmando que “era o primeiro passo para construir uma sociedade e um espaço que permitissem aos homens de todas as classes aproveitar verdadeiramente as vantagens materiais e culturais que advinham do desenvolvimento da produção”.

Em Maio de 1968, jovens arquitectos de Paris levantam acções de protesto para a renovação dos centros urbanos. “Com o pretexto da salubridade, da valorização do território ou da descentralização (...) para serem novamente ocupados com novas populações e com novos serviços, considerados mais dignos para o centro urbano” (Bandeirinha, 2007:36). Também, nas chamadas *bidonvilles*, zonas periféricas da cidade, ia crescendo a luta por melhores condições de vida por parte de muitos habitantes com poucos recursos, que vivendo em miseráveis habitações criavam um movimento de ocupação dos novos bairros vazios.

Neste ambiente, arquitectos, urbanistas, sociólogos e antropólogos, propõem uma sociedade repensada onde o espaço urbano permita vantagens iguais a todos e consiga esbater e minorar as desigualdades sociais e económicas. Nas suas tertúlias defendem que as disciplinas da arquitectura e do urbanismo tenham em conta o contexto cultural e socioeconómico da população a que se destinam, ao contrário das práticas do movimento moderno na exaltação Corbusiana do ‘homem moderno’, dos seus manifestos funcionalistas e

dos grandes complexos residenciais realizados nos anos 50<sup>5</sup>. Desta forma, a participação dos interessados na construção do espaço arquitectónico torna-se fundamental, visto serem eles que o vivem ou que o usam.

Em Portugal, a população ‘expulsa’ dos centros das cidades, juntamente com aquela que procurava melhores condições de vida no processo do êxodo rural, na década de cinquenta e sessenta, multiplicava-se nas periferias. Nos arrabaldes das cidades, nos solos desprezados pelo sector privado, a população começou a construir as suas próprias casas à medida dos seus próprios recursos físicos e financeiros. A autoconstrução em núcleos na periferia foi o meio que essas pessoas encontraram para colmatar as suas necessidades de tecto e abrigo que o sistema vigente não conseguia resolver. Nasceram assim novas comunidades em parcas condições habitacionais, de infraestruturas e de salubridade, os chamados ‘bairros de lata’.

Na segunda metade da década de sessenta o regime apresenta uma mudança no seu planeamento económico e o novo ‘Plano Intercalar de Fomento’ apela a um dinamismo industrial renovado e a um desenvolvimento urbano capaz de lhe responder, “integrando capítulos relativos a bens de incidência social como a saúde e a habitação” (Portas et al, coord., 2013:63).

Em 1969, por iniciativa do Ministério das Obras Públicas, realiza-se o ‘Colóquio sobre Política da Habitação’ que envolve vários técnicos de diversas entidades que tutelavam as questões relacionadas com a habitação. Pela importância deste colóquio para o que se pretende apresentar nesta dissertação elege-se algumas reflexões do seu texto de base importantes para o que mais tarde se viria a configurar com o SAAL. Nesse documento nas análises feitas sobre a habitação a população é dividida em três estratos segundo os rendimentos, referindo-se ao mais baixo como “aqueles que não dispõem de rendimentos regulares ou os que possuem apenas um nível de subsistência, que não permite desviar para o alojamento o pagamento de um aluguer mínimo (possuem, contudo, capacidade inaproveitada

---

<sup>5</sup> redigida por Le Corbusier em 1957 a ‘Carta de Atenas’ integra o tema da habitação no pensamento arquitectónico e urbanístico, definindo um conjunto de princípios e parâmetros do movimento moderno. Os projectos dos grandes complexos habitacionais de inspiração modernista realizados para as cidades do pós-segunda guerra mundial nos anos cinquenta e sessenta fixavam-se na ideia do ‘homem moderno’ e nos axiomas universais do movimento moderno e dos seus manifestos funcionalistas.

de trabalho)”<sup>6</sup>. Esta separação e esta preocupação sobre a incapacidade de alguns terem acesso ao mercado habitacional fazendo a ressalva para a capacidade inaproveitada de trabalho aponta para uma possibilidade de tornar a “capacidade inaproveitada de trabalho” como uma oportunidade de uma ‘auto-solução’. Este colóquio juntamente com as reflexões que um grupo de pessoas vinham há alguns anos a debater no LNEC e nas escolas de Arquitectura equacionavam o que poderiam ser formas alternativas de desbloqueio da produção de habitação social. No entanto, estas críticas e reflexões não tiveram tradução prática antes de 1974 por se entender que não existiam condições políticas para despoletar a vontade dos interessados – as populações – de aceitarem um ‘negócio’ com o aparelho de Estado (Portas, 1986: 636).

#### V.1.1. Intensões e o planeamento do SAAL de Nuno Portas.

Em Portugal, após o 25 de Abril de 1974, assistiu-se à emergência de uma grande mobilização popular, com apoio público, para garantir o direito à habitação e à cidade a famílias mais carenciadas. O arquitecto Nuno Portas, Secretário de Estado para a habitação e o urbanismo nomeado para o II Governo Provisório, apresentava então novas políticas públicas vindas directamente do poder central, que eram fruto das suas reflexões e teorias sociais. Foi o tempo das Operações SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local – com as suas brigadas técnicas constituídas por iniciativa do então ‘Fundo de Fomento da Habitação’. Estas operações situavam-se na reorganização que o FFH apresentava em Julho de 1974 relativamente às suas acções prioritárias para os “estratos mais insolventes da população, mas com organização interna que permita o seu imediato envolvimento em ‘auto-soluções’, com apoio estatal em terreno, intra-estrutura, técnica e financiamento”<sup>7</sup>.

Constituídas por equipas técnicas multidisciplinares de arquitectos, engenheiros, psicólogos e/ou sociólogos, as brigadas SAAL operacionalizavam e planeavam o objectivo último de dar o direito à habitação condigna e acabar com as barracas que se espalhavam de norte a sul, pelas cidades do país. “*Casas, sim! Barracas, não!*” foi o lema deste programa e o fruto de várias discussões e manifestações um pouco por todo o país. Estas brigadas serviam como instrumento de ligação entre as populações por um lado e as Câmaras e o FFH por

---

<sup>6</sup> Texto de base do ‘Colóquio sobre Política da Habitação’ citado por Portas et al (2013)

<sup>7</sup> Despacho do Fundo Fomento Habitação “Programa de Acções Prioritárias a Considerar pelos Serviços do Fundo Fomento da Habitação”, 24 de Julho de 1974 (SAAL, 1976:61)

—  
outro. Desempenhavam tarefas tais como “realização de inquéritos; levantamentos; ligações de carácter técnico com entidades ou serviços públicos; elaboração de projectos, especificações e orçamentos; organização de estaleiros, direcção e fiscalização de obras; assessoria técnica relacionada com apreciação de projectos, constituição de cooperativas de moradores, aquisição de materiais, adjudicação de empreitadas, gestão financeira, etc.”<sup>8</sup>

Este programa arquitectado por Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira e outros críticos ao sistema anterior apoiava-se na importante herança que J. Turner (1976: 102-103) deixava para a reflexão sobre produção habitacional:

iii) primeiro, o que interessa na questão do alojamento não é aquilo que ‘é’, mas aquilo que ‘faz’ pelas pessoas, o que leva ao princípio da auto-governança da produção habitacional;

ii) em segundo, que a economia da habitação é um assunto que diz respeito aos recursos pessoais e locais, no princípio da adequação das tecnologias ao contexto;

i) por último, “que a autoridade sobre a questão pertence aos próprios interessados, que conduz aos princípios da separação das escalas, entre *planning* e *design*, baseado na constatação de que só os moradores, no contexto do seu bairro, têm a última palavra acerca dos seus próprios recursos e investimentos” (Turner citado por Bandeirinha, 2007: 47).

“Nas minhas funções nos serviços de habitação fui levado a discutir com as organizações populares de uma pequena aldeia operária, e apercebi-me de que, contrariamente à Municipalidade, estas pessoas tinham uma visão muito real das necessidades e aspirações em matéria de melhoramento da cidade, os representantes disseram-nos o que queriam: essas pessoas sabiam exactamente o que tinha uma rua e uma praça e evitavam todas as discussões académicas sobre os tipos de habitação.” Opinião do arquitecto Manuel Vicente numa mesa-redonda em 1976 sobre o SAAL. (Portas et al, 1976:81)

O que era revolucionário era a possibilidade de, pela primeira vez uma política pública, incluir os utilizadores na resolução do seu problema apresentando, por um lado, uma equipa técnica com uma multiplicidade de capacidades de apoio local à população e, por outro, uma proposta de organização social que apelava à iniciativa de mobilização e à capacidade dos moradores de se dedicarem a resolver colectivamente o problema que os agregava.

---

<sup>8</sup> Despacho do Fundo Fomento Habitação “Estudo Interpretativo dos Objectivos a prosseguir Através do SAAL” de 24 de Julho de 1974 (SAAL, 1976:63).

Deste programa surge, conseqüentemente, um avassalador crescimento do número de cooperativas ou associações de moradores um pouco por todo o país e a construção de bairros, algumas vezes associado à autoconstrução pelos próprios moradores.

Pelas palavras do arquitecto Filipe Lopes que esteve envolvido nas operações SAAL: “O SAAL teve a grande vantagem de não vir responder a uma solicitação da população mas de a ter provocado. Ele foi o catalisador para uma organização popular face a uma administração herdada do fascismo.” (Portas et al, 1976:78)

Como política pública o programa SAAL foi uma medida experimental e em certa medida retrodutiva, foi lançada em Julho e decretado logo no mês seguinte com um documento pouco aprofundado sobre como deveria acontecer ou ser o seu procedimento passo-a-passo, não se apresentava como um programa totalmente definido, mas sim como que um programa que se fortalecia e regulava à medida das práticas, aprendendo com as experiências de campo.

“pois é, não está definido porque vamos definindo os aspectos legais necessários à medida que vamos experimentando. (...) Pareceu-me importante lembrar aqui esta opção inicial porque é uma típica questão de todas as fases de transição: a de saber por onde se começa. Se começa pelos decretos e pelas leis, ou se se começa por processos que alterem as condições e as relações de força, para que as leis sejam já a recolha dessas experiências e a sua necessária consolidação, no caso de serem boas e de a relação de forças ser favorável.” (Portas, 1986:637)

#### V.1.2. A extinção do SAAL passado dois anos.

Apesar da crescente manifestação de interesse e de adesão a este programa por centenas de associações e cooperativas de moradores criadas um pouco por todo o país, em 28 de Outubro de 1976, por Despacho Ministerial do então Ministro Manuel Costa Brás e o Eduardo Ribeiro Pereira dos MAI e MHUC, é extinto o SAAL.

Justifica-se este desfecho com muitas dúvidas sobre a capacidade técnica de actuação do SAAL principalmente na resolução ineficiente do problema crescente de habitação e que a “construção clandestina que, sobretudo depois do 25 de Abril de 1974, progride de forma assustadora, tem criado com a sua anarquia generalizada novos bairros degradados, sendo o número destes superior”<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> “Despacho Ministerial” de extinção do SAAL no Diário da República de 28 –10 – 1976 (SAAL, 1976:452)

Apesar de se extinguir o SAAL como serviço técnico autónomo o seu programa deu frutos e em muitos locais foi continuado “melhor ou pior, pelas autarquias, o que era lógico que acontecesse, coisa que muita gente ligada ao SAAL não aceitava porque não acreditavam no poder local como uma realidade potencialmente positiva e movimentadora” (Portas, 1986:644).

#### V.2. Processo fundador:

O Bairro 25 de Abril, objecto de estudo eleito para conhecer e reflectir sobre o conceito de autoconstrução assistida, situa-se na zona norte de Linda-a-Velha perto de uma actual zona residencial e comercial.

As pessoas que foram contactadas com o intuito de começar uma Operação SAAL para a construção do Bairro 25 de Abril eram oriundas de várias partes do país, sobretudo do Alentejo e Minho, tinham vindo para Lisboa nas décadas de cinquenta e sessenta à procura de um modo de vida melhor e, como tantos outros, em Lisboa encontraram trabalho mas não conseguiram ter acesso a uma casa. Com o objectivo de colmatar essa necessidade viram-se forçados a autoconstruírem a sua ‘casa’ com os poucos recursos que tinham a materiais e nos terrenos baldios que conseguiram ocupar na zona de Linda-a-Velha. Esses abrigos pelas suas inexistentes ou condições mínimas de habitabilidade ou salubridade eram apelidados de barracas, vivendo nelas famílias sem água canalizada, sem esgotos, poucas com luz eléctrica e todas em condições de sobrelotação.

As famílias alvo deste processo viviam em nove núcleos de barracas ou casas abarracadas, contabilizando à época cerca de 680 pessoas distribuídas por mais de 190 famílias. Caracterizavam-se por ser uma população com um elevado número de crianças e de jovens-adultos, 60% da população tinha menos de 30 anos, uma taxa de 63% de ‘população activa’<sup>10</sup> e uma taxa de analfabetismo de cerca de 40% em pessoas com mais de 30 anos. A maioria da população activa trabalhava no sector da construção civil ou em indústrias transformadoras como operários não especializados (Cordovil et al, 1981).

---

<sup>10</sup> Dados relativos ao estudo socio-económico efectuado com dados recolhidos entre 1974-1980 enquadraram o grupo de ‘população activa’ entre os 15 e os 64 anos.



Fig. 10 e 11: Fotos das barracas nos núcleos habitacionais degradados.

### V.2.1. Abordagem aos moradores e constituição da equipa técnica.

O processo de construção do Bairro 25 de Abril teve início quando uma jovem licenciada em Psicologia com experiência em cursos de alfabetização de adultos, Isabel Cordovil, foi convidada pelo arquitecto Santa-Rita em 1974 para dar início a uma operação SAAL em Linda-a-Velha.

“A 1ª pessoa que me falou deste programa foi o meu irmão João, que já tinha tido experiência de viver em barracas, dois dos meus irmãos viveram em bairros de barracas, os dois economistas, que também tinham uma série de contactos com o Teotónio Pereira, Nuno Portas e uma série de arquitectos que estiveram na origem do SAAL. Eu fui contactada pelo meu irmão João para ir ter uma entrevista com o arquitecto Santa-Rita, porque também já tinha tido experiência na Curraleira na experiência de cursos de adultos de alfabetização e tinha o curso de psicologia.”

(entrevista ‘Processo’1, #1)

Como decretado por Nuno Portas sempre que uma operação SAAL começava tinha de se assegurar dois factores: primeiro, a organização das famílias implicadas numa colectividade e, segundo, a constituição de uma equipa técnica multidisciplinar que apoiasse essa organização no processo de construção da sua nova morada. A técnica convidada para promover este processo passa a ter então a incumbência de começar a contactar directamente as famílias dos nove núcleos degradados para lhes apresentar a proposta do SAAL e saber se estas estavam dispostas para a mudança que se preconizava, organizando um movimento para a criação de um novo bairro.

“Olhando para trás, como era possível uma pessoa de 22 anos ser ouvida por uma assembleia de pessoas que viviam em barracas, que na altura eram mesmo muito pobres? ...e tudo isto acontecer de maneira a que as pessoas confiassem? Claro que isto foi acompanhado por notícias

do jornal, o processo SAAL era público, mas era impressionante a confiança que podia ser transmitida por uma pessoa jovem licenciada... ainda não tinha na altura o arquitecto ou o engenheiro, estava apenas o presidente da junta de freguesia (de Carnaxide), eu nem me apresentei como Psicóloga, as pessoas nem sabiam o que era, deviam pensar que era para tratar do sofrimento...” (entrevista ‘Processo’1, #2)

Esta técnica apresentou-se, assim, às famílias como representante do Fundo Fomento Habitação, porta-voz do programa do governo o SAAL, explicando que este só era viável se as pessoas se organizassem. Contudo, Isabel Cordovil reconhece na entrevista que lhe foi feita que o ambiente político não poderia ter sido mais favorável “O que estava no decreto era perfeitamente compreensível” estando lá um técnico para esclarecer. Mas ainda não consegue explicar “como foi possível chegar a uma comunidade que não usa a escrita, que vive só da cultura oral, que sabe tudo sobre carências habitacionais, mas que tem imensas competências ao nível da vizinhança, e ser credível!”.

A ideia de construção da associação dos futuros moradores estava contida no decreto lei, do SAAL, para além dos princípios utópicos revolucionários do direito à cidade e do direito à autoria, acreditava-se que “a pessoa que procura resolver o problema é também autora do caminho, mas não é autor individualizado, é em comunidade” relembra Isabel Cordovil na sua entrevista. A base era uma organização local, haver apoio autárquico e depois identificarem-se os recursos necessários, identificar o terreno próximo das pessoas e que as suas vidas fossem respeitadas.

“A base era a sua capacidade [da comunidade] de acreditar numa ideia e fazer um enorme esforço de partilha do tempo, de todos os recursos que pudessem ter para reunir e conhecerem as suas situações. Por exemplo, os inquéritos eram feitos pelas pessoas, que nos apresentavam aos seus vizinhos, que se faziam nos bairros eram feitos com residentes desse núcleo na presença de dois técnicos, era uma conversa sobre as condições em que cada família estava a viver ali. *Os técnicos não surgiam como detentores do conhecimento, mas sim como detentores de procedimentos.* A base associativa era identitária” (entrevista ‘Processo’1, #3)

Os restantes membros da equipa técnica SAAL, um engenheiro e um arquitecto, foram convidados por Isabel Cordovil para integrar esta operação. Um dos técnicos foi Nuno Vasconcelos, na altura um estudante de engenharia civil com 21 anos.

“Tive conhecimento deste projecto através da Isabel Cordovil, que foi a chefe de equipe, talvez a única (nas várias equipas SAAL) que não era nem arquitecta ou engenheira, ao início só sabia que era para acabar com as barracas, que haveria uma intervenção com as populações e



que havia dinheiro disponível.” (...) “Eu fiz um pouco uma ligação entre projecto e dinamização cultural. Os projectos iniciais não foram feitos por mim. Era uma ponte entre o sector social e o sector técnico e mais tarde assumi-me mesmo como engenheiro, primeiro como fiscal e depois como director da obra.” (entrevista ‘Processo’2, #1, #6)

Outro técnico convidado no arranque da operação foi o arquitecto José Silva Carvalho que foi o responsável pelos projectos de arquitectura e de urbanização mas que saiu da equipa no primeiro semestre de 1978, data em que regressou aos serviços da câmara municipal de Lisboa, mantendo alguma colaboração pontual no acompanhamento dos projectos de sua autoria: projecto urbanístico, das habitações, da sede da Associação de Moradores, do centro infantil. Depois deste técnico outros arquitectos colaboraram com a equipa técnica, entre eles, o arquitecto Manuel Madruga e a arquitecta Gisela Duarte.



Fig. 12 e 13: Fotos da equipa técnica e directores da Associação.

### V.2.2. Os lugares de reunião e o nascimento da Associação.

A ‘Academia Recreativa de Linda-a-Velha’ foi o lugar onde inicialmente os moradores se encontraram para ouvir as propostas da operação SAAL e que acolheu as consequentes reuniões sobre as suas condições, adesão ao programa e formalização da ‘Associação de Moradores do Bairro 25 de Abril’ entre Novembro de 1974 e Abril de 1975.

No dia 11 de Abril de 1975 nasce a Associação e os moradores ocupam uma casa – a Quinta dos Cravos em Linda-a-Velha – como sede da mesma, centro da vida colectiva e espaço de trabalho da equipa técnica do SAAL. “Nesta sede a Associação aprendeu a fazer reuniões, a organizar os moradores, aprendeu a tomar decisões colectivas e a lutar para que o Bairro 25 de Abril fosse uma realidade.” (Cordovil, 1988)



Fig. 14 e 15: Foto da 1ª Sede da Associação e foto da Sede no estaleiro de obra.

Por motivo de despejo, em Novembro de 1978, a Associação passou a funcionar no estaleiro da obra do bairro e foi aí que se passaram a realizar todas as assembleias, festas e bailes. “Ao longo da vida da Associação, as provas desportivas têm acompanhado todos os momentos de festa e estas actividades são as mais mobilizadoras dos sócios.” (Cordovil, 1988)

As reuniões de Assembleia Geral de Sócios eram feitas quase todos os meses, prestando-se esclarecimentos e decidindo tudo o que dizia respeito à vida da Associação, como por exemplo: a escolha do terreno, as opções de base do projecto, a aprovação dos pedidos de financiamentos, a aprovação de sócios ou os critérios de atribuição progressiva das casas.

Só em Dezembro de 1980, no dia da quinta entrega de casas, é que foi por fim inaugurada a sede definitiva da Associação junto da zona habitacional, no centro do bairro.

### V.2.3. A escolha do território.

“as pessoas daquela zona sabiam exactamente quais eram os terrenos disponíveis, eram pessoas que nos ajudaram muito nesse campo, não fomos nós que fomos procurar os terrenos disponíveis, foram os moradores que nos disseram que há um terreno ali ou acolá e vamos lá ver quais são as melhores hipóteses, aqui houve um papel muito importante dos moradores.”

(entrevista ‘Processo’2, #3)

Em 1974 o governo central, nas competências do núcleo que encabeçava o programa SAAL, define que na zona de Linda-a-Velha há uns nove núcleos de barracas que precisam de ser apoiadas no seu realojamento, mas é a Associação de Moradores agora constituída que

propõe o terreno e a localização do futuro bairro. Entre quatro possibilidades, a Associação opta em Maio de 1975 por um terreno localizado a Norte de Linda-a-Velha, com uma área total de 5,7 hectares, suficiente para acolher os 192 fogos que se previam construir. Essa escolha, que se formalizava com um processo de expropriação, foi celebrada com uma festa de ocupação do terreno, simbolizando a ‘conquista’ de um passo fundamental do processo de mudança.



Fig. 16 e 17: Fotos do dia da ‘conquista’ do terreno.

#### V.2.4. Participação: dos projectos à obra.

Escolhido o terreno, ainda na sede ocupada na Quinta dos Cravos, a equipa técnica dava início aos projectos de urbanização. As obras de infraestruturas, a cargo de uma empresa privada e da responsabilidade da Câmara, começavam em 1976, dando-se início à execução dos arruamentos, redes de água e esgotos.

Os moradores, aconselhados pela equipa técnica, tinham assembleias onde discutiam e optavam pelas tipologias que melhor se adaptavam a cada um dos agregados e por uma estrutura habitacional do bairro em moradias geminadas dúplex. Todos os fogos têm a sua entrada independente, à qual lhe antecede um pequeno pátio privado.

Em Novembro de 1976, a obra foi adjudicada a uma empresa privada, a construtora J. Pimenta, que tinha como encargo a construção dos 192 fogos com tipologias diversificadas de T1 a T4. Contudo, após alguns meses de obra a empresa parou os trabalhos devido a problemas internos que derivaram na sua falência. Com a obra parada a Associação acaba por rescindir o contracto com a construtora e com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras toma a ‘Posse Administrativa da Obra’ em Setembro de 1978. A partir dessa data a Associação de Moradores é a entidade responsável pela obra que passa a ser dirigida por ‘Administração Directa’.



Com este novo modelo de gestão interna o arranque da construção recomeça. É designada pela Associação de Moradores uma equipa de Direcção de Obra, constituída pelo engenheiro e a psicóloga da equipa SAAL e um elemento da Associação, ficando esta equipa com a responsabilidade do acompanhamento directo e pleno da obra.

Recomeçam com apenas um pedreiro e um servente em obra, mas passado um mês já se contavam dezanove operários, chegando mais tarde a ter noventa trabalhadores na construção do bairro. O recrutamento da mão-de-obra foi feito pela Associação de Moradores apoiada pela Direcção de Obra recorrendo a alguns trabalhadores da ex-empresa J. Pimenta que tinham ficado desempregados e que já tinham estado no arranque da obra e a sócios e seus familiares interessados em trabalhar na construção do Bairro que eram contratados para esse efeito.



Fig.18: Foto dos sócios a trabalhar na obra.

A Associação de Moradores tornava-se assim uma pequena empresa de construção civil, que geria a obra e dava emprego a alguns futuros moradores do bairro. É neste constrangimento, da falência da construtora e da consequente Administração Directa, que se dá um processo de autoconstrução assistida, os futuros moradores não só participam na organização social e na dinamização da mesma, como ficam responsáveis pela materialização das suas futuras casas.

“quem já construiu uma casa sabe até que ponto nos identificamos quando o fazemos com as nossas mãos. As obras são um trabalho extraordinário porque nós podemos ver o que fazemos, do ponto de vista material, não é só saber que contribuímos para uma determinada coisa, não, nós fisicamente estamos incorporados no tijolo, na argamassa, nos pilares. Falando por mim ou pelas outras pessoas, o processo de enchimento das lajes é uma experiência inesquecível, todas as pessoas que viram desde a fase do buraco, da fundação, olham para a casa de outra maneira, a casa não é aquilo que parece, é orgânica.” (entrevista ‘Processo’1, #22)

### V.2.1. A construção dos fogos.

O financiamento a fundo perdido obtido por parte do Fundo Fomento Habitação foi o que deu oportunidade de arranque desta operação SAAL – na altura significava cerca de 60 contos por fogo – o que constituía um bom apoio para o início das obras. Posteriormente foram feitos outros empréstimos à Associação, alguns com elevadas taxas de juro, que eram amortizados pelas cotas dos sócios e pela capacidade da Associação angariar fundos.

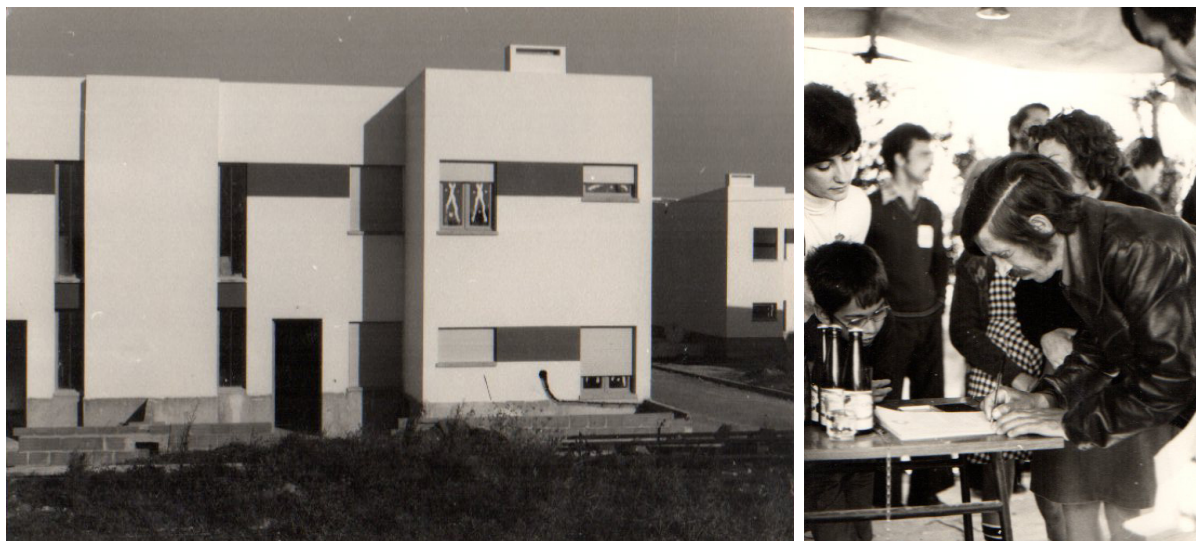


Fig. 19 e 20: Fotos das casas terminadas e da entrega das primeiras chaves.

Com a Administração Directa da Obra reorganizou-se o estaleiro e o pessoal recrutado. De início “não houve qualquer planeamento rigoroso, nem isso na altura constituiu um impasse, pois o que interessava era arrancar com a obra, criando uma nova esperança nos futuros moradores que já há mais de um ano viam as obras paradas” (Cordovil, 1988) Contudo, à medida que se ia admitindo pessoal, começou-se a sentir a necessidade de um maior planeamento que orientasse as diversas frentes de trabalhos e de cronogramas que definissem os tempos e as prioridades. Isabel Cordovil conclui acerca da eficiência em obra que “de um modo geral, os trabalhos propostos foram executados nos tempos previstos, sendo de salientar que nalguns casos os tempos foram antecipados.” Foi com esta dinâmica e empenho que se conseguiu definir as entregas sucessivas das casas e a construção total do Bairro e decorrido menos de um ano de Administração Directa foram entregues as primeiras casas.

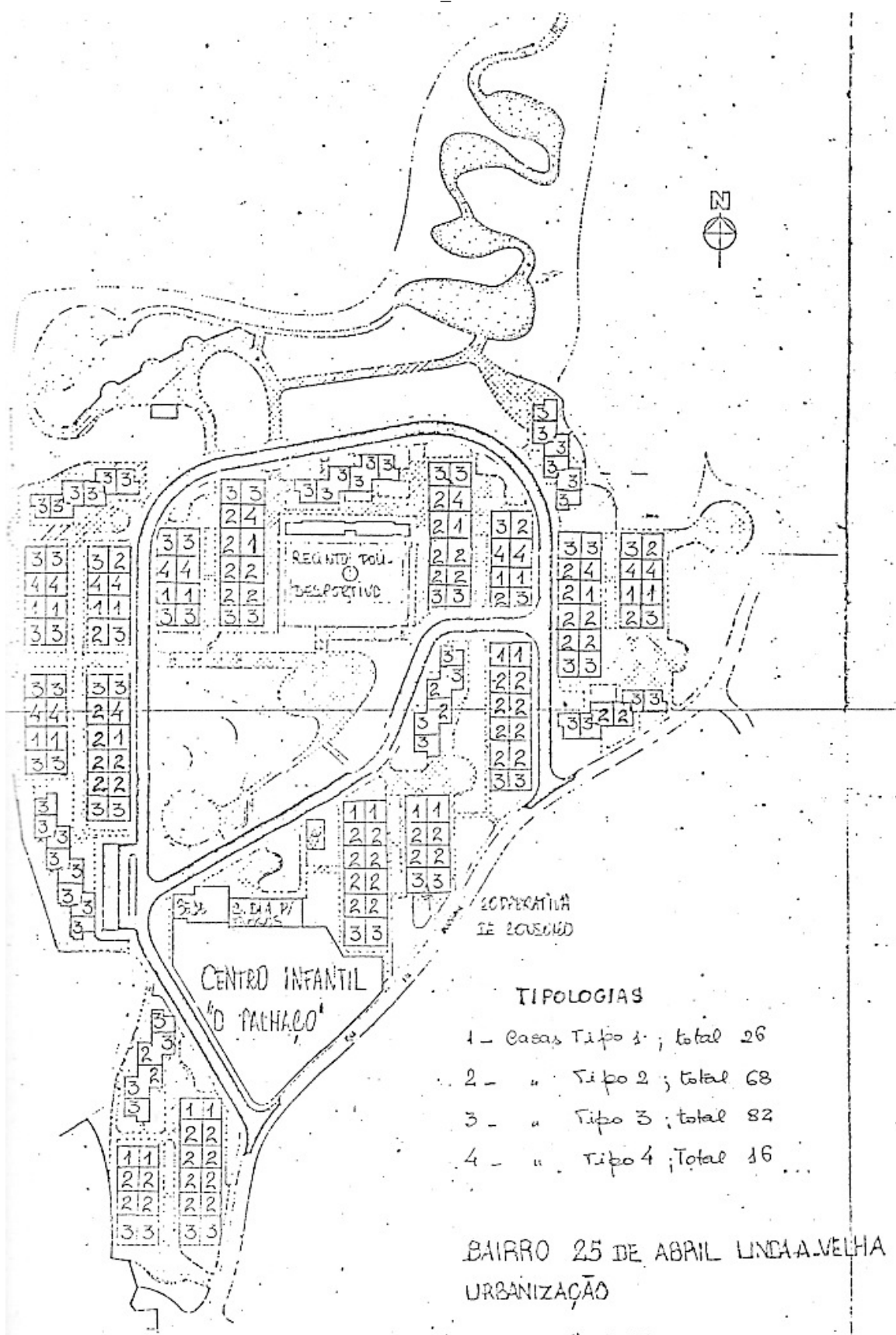


Fig. 21: Planta do bairro com a distribuição das tipologias.



V.2.2. As festas e as entregas das casas.

À medida que a obra crescia impunha-se aprovar os critérios de atribuição das casas, ou seja: quem tinha prioridade sobre os restantes sócios para ficar no primeiro lote de 36 fogos que estavam prestes a serem terminados? A Associação de Moradores em assembleia geral renunciava atribuir as casas por sorteio ou por ‘obra do acaso’, não se tratava aqui de ter ou não sorte, queriam-se premiar outros factores. Foi com este argumentário que decidiram aplicar ‘algum factor de justiça’ na atribuição das casas, analisando todos os casos e a situação concreta de cada família. Estabeleceram um processo complexo de ponderação das condições de habitação em que as famílias viviam nas barracas, dando-se prioridade a quem vivia em piores condições, e por outro lado, do contributo dado pelo sócio na dinamização e construção quotidiana da Associação. Este processo decorria por avaliação interna entre os sócios e por apresentação de lista ordenada para a atribuição das primeiras casas em assembleia geral de sócios.

“A mobilização era diferenciada...Aliás os critérios de atribuição das casas tiveram muito em conta o que as pessoas tinham feito para atingir o seu fim. *Não foi sorteado mas foi por mérito, quem lutou tinha prioridade.* Houve uma decisão tomada por eles, com todo o nosso apoio, que foi quem é que de facto apoiou este projecto e merece ir primeiro.” (entrevista ‘Processo’2, #13)



Fig. 22 e 23: Fotos das festas nas entregas de casas.

A primeira entrega das 36 casas foi a 25 de Abril de 1979. Foram entregues as chaves, celebrados os contractos de utilização dos fogos e foi celebrado este feito com uma festa. “No início da cerimónia cantou-se o ‘Grandola’, seguiram-se as intervenções da direcção da Associação e convidados, nomeadamente representantes da autarquia e organizações populares.” (Cordovil, 1988) A segunda entrega foi a 5 de Outubro do mesmo ano com mais 28 casas terminadas, a terceira de 26 casas a 15 de Março de 1980, a quarta foi a 2 de Agosto com mais 42 casas, a quinta entrega de 32 casas realizou-se a 13 de Dezembro desse mesmo ano e por fim, a sexta e última entrega de 28 casas a 25 de Abril de 1981, data de celebração do cumprimento da operação SAAL e do 6º aniversário da Associação de Moradores.

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES**  
25 DE ABRIL  
LINDA-A-VELHA

# 4ª ENTREGA DE CASAS

BAIRRO 25 DE ABRIL LINDA-A-VELHA

## 42 FOGOS

### FESTA 2 - AGOSTO 80

**PROGRAMA**

- 7.00 ALVORADA com foguetes e soar de Bandeirinhas
- 9.00-11.00-PROVAS DE ATLETISMO
- 11.00-12.30-GINCANA DE ARCOS PARA CRIANÇAS
- HALTEROFILISMO "HUMORÍSTICO"
- 12.00-14.00-ALMOÇO VOLANTE no Bº 25 de Abril
- 14.00-16.00-RANCHO FOLCLÓRICO E PALHAÇOS
- 16.00-19.00-CERIMÓNIA DE ENTREGA DAS CHAVES AOS 42 SÓCIOS
- 19.00-20.30-ESPECTÁCULO DE VARIEDADES COM Adriano Correia de Oliveira e o seu grupo, Afonso Dias, Grupo Coral Alentejano
- 21.30-24.00-PEÇA DE TEATRO OU FILME

MANIFESTAÇÃO PÚBLICA

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINDA-A-VELHA  
LUTA PELA REALIZAÇÃO DE OBRAS PARA O Bº 25 DE ABRIL  
CASAS PARA O POVO  
PELOS CISTOS LUTAR  
OBRAS PARA O POVO  
UNIR ORGANIZAR LUTAR

ASPECTO PARCIAL DO BAIRRO

TRABALHO DE OBRAS

ASPECTO PARCIAL DO BAIRRO

TRABALHO DE OBRAS

ASPECTO PARCIAL DO BAIRRO

TRABALHO DE OBRAS

ASPECTO PARCIAL DO BAIRRO

TRABALHO DE OBRAS

Fig. 24: Cartaz da 4ª entrega de casas.

A mudança de casa acarretava muitos ganhos na qualidade de vida e um contributo para começar a sonhar com outras dimensões relativas ao bem-estar da sua família. Contudo aqui os moradores não só tiveram uma participação efectiva na construção do bairro como, depois de fazerem as mudanças, eram os próprios que procediam à demolição da sua barraca.





Fig. 25: Demolição das barracas feita pelos moradores.

### V.3. Pós-SAAL:

Em Outubro de 1976 é suspenso o programa SAAL, por despacho dos ministros Manuel da Costa Brás e Eduardo Ribeiro Pereira da Administração Interna e da Habitação respectivamente, alegando, entre outros factores, a fraca eficiência das operações na erradicação dos bairros de barracas. Nessa data, por todo o país, haviam manifestações de protesto contra esta medida, o que se tinha conseguido em dois anos não eram números significativos de habitação construída mas sim uma enorme mobilização e adesão popular por parte de quem quer mudar de vida e se vê com disponibilidade e responsabilidade para se entregar a esse desafio.



Fig. 26 e 27: Fotos da Associação 25 de Abril na manifestação contra o fim do SAAL.

Apesar do descontentamento e revolta das associações de moradores e das cooperativas criadas no âmbito do SAAL o rumo político não se alterou. Muitas colectividades foram abandonadas e muitos projectos foram abandonados, contudo a Associação do Bairro 25 de Abril continuou, apoiada pelo município, focada nos objectivos traçados, tendo apenas a equipa técnica SAAL outro vinculo contratual e passando a fazer parte da autarquia, mas continuando a trabalhar no terreno.

### V.3.1. A construção dos equipamentos sociais.

Em paralelo com a construção do Bairro surgiu a necessidade de dar uma verdadeira ‘casa’ à Associação de Moradores 25 de Abril. A funcionar no estaleiro da obra desde 1978, só em Abril de 1980 se tomou a iniciativa de construir a Sede da Associação, com um salão multifuncional para reuniões, festas, bailes, salas de escritórios e o Bar da Associação.

Na construção deste bairro, à medida do envolvimento dos futuros moradores nas actividades da colectividade, iam-se construindo possibilidades de futuro. Para além das habitações surgiam outras necessidades sociais complementares às casas que poderiam ser colmatadas com a construção de novos equipamentos no bairro: uma creche, um polidesportivo, os espaços exteriores, um centro-de-dia e um centro de tempos livres.

Em 1976, surge a iniciativa de se construir uma creche no bairro com o intuito de apoiar as jovens famílias no cuidado à primeira infância quando os pais estavam a trabalhar. A construção do centro infantil ‘O Palhaço’ foi iniciada em Novembro de 1978 mas só inaugurou em Agosto de 1980, quando já moravam no bairro mais de uma centena de famílias. A valência de creche destinava-se a 25 crianças dos 0 aos 3 anos e a valência de jardim infantil a 100 crianças dos 3 aos 6 anos. No arranque do equipamento foram empregadas cinco sócias da Associação de Moradores e beneficiaram imediatamente 70 crianças filhas dos sócios.

Desde o início da Associação que eram organizados regularmente eventos desportivos: atletismo entre adultos, corridas entre crianças, jogos tradicionais, corridas em sacos. Inicialmente decorriam na rua junto da antiga sede no centro de Linda-a-Velha e eram eventos de grande mobilização popular. O polidesportivo foi outro dos equipamentos sociais que se decidiu construir na zona central do Bairro com apoio e financiamento municipal. É constituído pelo recinto de jogos descoberto, balneários, bancadas e anexos, possibilitando uma ‘casa’ para todos os eventos desportivos que se faziam no Bairro. Foi inaugurado em Setembro de 1982 com um jogo de futebol entre equipas de atletas em cadeiras de rodas.

Os espaços exteriores - percursos pedonais, zona central de convívio com muretes, canteiros, mobiliário urbano, parque infantil, forno comunitário e coreto - foram projectados com o apoio do Arquitecto Manuel Madruga, que colaborou na equipa de Administração Direta da obra desde 1981 a 1983. Os percursos pedonais entre os lotes foram traçados e construídos sobre os caminhos mais percorridos em obra e desde as primeiras ocupações de

casas. Os muros, desenhados no chão pelo arquitecto com a equipa de direcção de obra, foram construídos em pedra. Na zona central foram ainda construídos: um forno comunitário inaugurado em 30 de Junho de 1982 onde se cozeu pão para todos e um coreto inaugurado na festa de 25 de abril 1982 com a actuação musical de uma banda.

O Centro-de-dia surge como necessidade de apoio à velhice de alguns moradores ou de seus pais e é também, a par do Polidesportivo, executado em Administração Directa e inaugurado na mesma data em 1982. Contou com o financiamento municipal, tem capacidade para 50 utentes/dia e é gerido pela Associação de Moradores.

O ATL, Atelier de Tempos Livres, aparece para dar apoio às crianças no horário pós-escolar e proporcionar um acompanhamento das crianças com outras actividades como a natação, expressões plásticas ou simplesmente o apoio ao estudo. Este novo espaço é inaugurado em Maio de 1983, possibilitando o acolhimento de 80 crianças/dia divididas em dois turnos e o acompanhamento destas crianças enquanto os seus pais estão no trabalho.

REALIZADAS	AMBITO	DATA CONCLUSÃO	CUSTO	ENTIDADE FINANCIADORA	OBSERVAÇÕES
Terrano expropriado	4,7 Hectares	Expropriação D.N. 8/8/75	6.768 contos *	Câmara Municipal de Oeiras	* Recurso dos Proprietários em Tribunal
Infraestruturas	-ruas, águas, esgotos, rede e tapete betuminoso.	MAIO/83	7.000 contos	C.M.O.	- 3 fases; - 3 empreitadas;
Arranjos Exteriores	-zonas pedes; zona central de convívio com mobiliário urbano: parque infantil, forno, coreto, pérgulas, canteiros e jardim.	JUNHO/83	25.000 contos	C.M.O.	-construído em Administração Directa
1. Habitação Social	-192 fogos + 2 caves 26 T <sub>1</sub> -64 m <sup>2</sup> 68 T <sub>2</sub> -84 m <sup>2</sup> 82 T <sub>3</sub> -84 m <sup>2</sup> 16 T <sub>4</sub> -104 m <sup>2</sup>	25/ABRIL/81	101.160 contos (525 " fogo/má-din) 6.250\$00/m <sup>2</sup>	Fundo de Fomento da Habitação F.F.H.	-construído em Administração Directa da Setembro/78 a Abril/81 -Gestão Colectiva pela Assoc. Morad.
2. Autoconstrução	- 14 Lotes	(em projecto)	-----	-----	-Aprovado pela C.M.O. em Novembro 1982.
Equipamentos					
1. Sede da Associação	-Centro Colectivo	DEZEMBRO/80	3.645 contos	C.M.O. - 40% D.G.C.R.U.- 60%	-Gestão da Assoc. Moradores
2. Centro Infantil	-Creche (35 crianças) Jardim Infantil (90 " )	AGOSTO/80	10.000 contos	Comissão de Equipamentos Colectivos do M.A.S.	-Gestão pela Junta de freguesia
3. Polidesportivo	-Recinto de jogos, balneários, bancadas, anexos	SETEMBRO/82	12.216 contos	C.M.O. - 40% D.G.C.R.U.- 60%	-Gestão da Assoc. Moradores
4. Centro de Dia do Idosos	- 50 utentes/dia	SETEMBRO/82	8.500 contos	C.M.O.	-Gestão da Assoc. Moradores
5. Centro de Actividades de Tempos Livres para Crianças	- 80 utentes/dia (2 turnos)	MAIO/83	4.000 contos	C.M.O.	-Gestão da Associação Moradores
6. Cooperativa de Consumo		ABRIL/81	incluído na obra fogos	-----	-cooperativa a organizar
7. Armazém	-para material e equipamento	AGOSTO/80	" " " "	-----	-da Associação Moradores

Fig. 28: Quadro dos investimentos e obras realizadas no Bairro 25 de Abril.

### V.3.2. O Bairro 25 de Abril de hoje.

O Bairro 25 de Abril hoje está em plena utilização, continua com as casas habitadas pelas famílias que o construíram ou pelos seu filhos e netos.

A Associação de Moradores ainda existe, com uma mobilização dos sócios bastante mais reduzida, hoje vê regressar os líderes que estiveram no início da Associação e depara-se com outros contextos e problemas, tais como:

- a) a gestão de alguns equipamentos a seu cargo e
- b) a dificuldade de mobilização dos moradores.

Os equipamentos sociais continuam a ser uma referencia para o bairro mas nem todos vivem com o vigor de outrora.

O Bar da Associação continua a ser o ponto de encontro do bairro com uma pequena explanada cá fora e é gerido por concessão a um microempresário.

A Creche continua em funcionamento, é um dos equipamentos mais procurado por pessoas externas ao bairro e é um dos motivos pelos quais há grande afluência para ir levar e buscar as crianças.



Fig. 29: Elemento escultórico de indicação do Bairro.

O Polidesportivo é um dos equipamentos que está muito parado, sendo raras as vezes que é utilizado, talvez porque a população envelheceu, porque surgiram entretanto outros



equipamentos concorrentes em Linda-a-Velha com melhores condições ou porque não está adaptado ou actualizado para novas modalidades desportivas.



Fig. 30 e 31: Moradores à porta das suas casas e jogos intergeracionais no polidesportivo.

O espaço do ATL está fechado, a modalidade de centro de tempos livres foi abandonada e não lhe foi dado ainda novo uso.

A lavandaria associada ao Centro-de-Dia continua a funcionar, mas hoje com poucas encomendas ficando desaproveitadas as máquinas e os equipamentos que noutra altura possibilitavam a resposta de serviços volumosos de lavagem e secagem de roupas.

O Centro-de-Dia está aberto, ainda que hoje sirva apenas almoços solidários e de espaço de convívio pontual entre idosos. O contrato que existia entre a Associação e a Segurança-Social terminou e hoje a Associação luta para voltar a dar apoio e protecção aos cidadãos na velhice, encontrar outra forma de subsistir financeiramente e voltar a formalizar-se como instituição social com a valência de Centro-de-Dia. Apesar de tudo, a Associação de Moradores continua a ser reconhecida como organização de utilidade pública e permanece juridicamente inscrita como Instituição Particular de Solidariedade Social.

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

–

## VI. *Análise dos dados.*

Neste capítulo são analisados os depoimentos dos dez entrevistados nas questões colocadas no quadro de análise supracitado no capítulo referente à metodologia (III.2) nas três dimensões: social, política e técnica. Para cada uma das questões são apresentadas as convergências, divergências e subjectividades presentes nas conversas com cada participante e em função do grupo em que se inserem: ‘Liderança’, ‘Processo’, ‘Dinâmica’, ‘Olhar externo’ e ‘Transmissão de memória’.

VI.1. Dimensão social: objectivos imateriais e bem-estar.

a) *Quais as condições sociais existentes, as intensões, as vontades e as capacidades que possam apontar para o potencial virtuoso deste processo?*

Para responder a esta questão encontram-se seis pontos significativos/ relevantes:

1. Uma **elevada participação dos moradores** na fase de construção da Associação, da construção do bairro e a sua valorização como critério de avaliação interna;

“Se isto teve sucesso foi derivado da participação das pessoas, este projecto sem a participação das pessoas não seria o que foi. (...) A Associação 25 de Abril é a que eu conheço que se mantém a gerir o bairro a fazer muitas vezes a fazer a função que deveria ser da câmara, em termos de bairros sociais. E isso tem a ver com a participação, as pessoas sentem que criaram alguma coisa... deram o litro, *tiveram muitas noites a trabalhar naquilo e portanto não o querem perder...* agarraram-se aquilo: é nosso, fomos nós que construímos e queremos ficar com isto!” (entrevista ‘Processo’2 #16)

“O nível de participação não foi de auscultação, ou serem envolvidos por nós, quem se envolveu uns aos outros foram os moradores (...) houve de facto muitos sócios a trabalharem na empresa que se constituiu para construir o bairro. Isso é um *nível de participação material importantíssimo*” (entrevista ‘Processo’1 #16)

Nas entregas progressivas de casas, em que houve a necessidade de estabelecer prioridades sobre quem tinha acesso aos lotes de casas terminadas e disponíveis, foram os moradores que tiveram a capacidade de autogerir os critérios, propor métodos de organização social da procura e autoavaliarem as suas carências e a sua participação. Claro que todos concordaram

que houve apoio à organização por parte da equipa técnica, mas foi por parte dos moradores que surgiu a necessidade de criar o indicador de participação e envolvimento com a Associação e que esse tinha um peso importante a par da parca condição habitacional na organização social da procura à casa.

“a atribuição dos fogos era feita em assembleia geral... foi feita uma proposta de critérios, a equipa é que orientava isto, as pessoas entravam para as casas conforme *a colaboração que tinham com a associação*, a contribuição, o acompanhamento, o numero de sócio e as condições habitacionais, essa era uma das questões principais, aqueles que tinham piores condições tinham prioridade, mas aqueles que colaboravam. Acabaram por vir todos, mas pesava aqueles que colaboravam. Assim se fez o bairro.” (entrevista ‘Liderança’2 #6)

2. Um reconhecimento unânime de que **‘sozinho não conseguia’**, ou seja que a formação de um conjunto de vontades no colectivo resulta numa capacidade fundamental para a existência da acção, mesmo que essa tenha um valor instrumental;
3. Uma **vontade de querer melhorar o seu estado de vida** e de atribuir ao factor ‘casa digna’ um indicador fundamental para a realização desse ‘sonho’.

“Sonhava em ter uma casa em *ter uma casa como devia ser, para sair da barraca...* Sonhava em *ter uma vida melhor*, enfim, a gente tem sempre os nossos sonho, não é?!” (entrevista ‘Dinâmica’1, #5)

“O meu sonho foi sempre o *não só lutar por uma casa para mim* mas também lutar por uma casa para acabar com os bairros de barracas aqui em Linda-a-Velha, que eram muitos e toda a gente vivia muito mal, infelizmente...” (entrevista ‘Liderança’1, #5)

4. Uma **militância por causas sociais** e a **crença no poder popular** alheio a questões partidárias.

“[era uma] Associação de moradores muito forte que participou muito connosco... que tinha uma vantagem, relativamente a muitas outras, não estava partidarizada, portanto não havia influencia dos partidos e isso foi muito importante. A seguir do 25 de Abril toda a gente queria 'arrebancar' para o seu partido o A o B ou o C. A nossa equipa tinha essa vantagem, a Isabel podia ser militante do MES, mas eu era mais *militante de causas do que outra coisa* e o arquitecto também não era militante de nada e isso foi bastante importante.” (entrevista ‘Processo’2 #1)

“Todos nós nos tornámos aprendizes do que era preciso fazer, mergulhamos todos, eu senti-me arquitecta, o meu colega sentiu capaz de entrevistar em profundidade (...) tudo



—  
muito partilhado. Agora, com a nossa gramática de agora diríamos "isso era muito voluntarista, não especializado", se calhar, mas isso é agora, na altura as nossas palavras eram outras, *eramos militantes do poder popular.*" (entrevista 'Processo' 1 #9)

5. A **idade dos participantes no arranque do processo**. É curioso registar que os participantes envolvidos no início da Operação SAAL eram todos bastante jovens, entre os 20 e os 30 anos, excepto uma das mulheres que aqui se classifica de 'dinamizadora' e em que os líderes carinhosamente apelidam por "velhota" e que no arranque do processo tinha cerca de 40 anos.
6. Uma atribuição de **virtuosismo e respeito mútuo** por parte da equipa técnica às capacidades dos líderes e por parte dos líderes às capacidades dos membros da equipa técnica.

"tivemos uma grande sorte, veio para aqui uma equipa SAAL, que foi uma coisa excepcional, tivemos aqui uma pequena chamada Isabel Cordovil, e depois atrás dela veio um rapaz engenheiro que era o Nuno Vasconcelos, que foram uma mais-valia, que se não fosse com o apoio deles, por muita vontade que nós tivéssemos política, que nós politicamente eramos um bocado apagados... mas pronto, fomos espertos para a questão, (...) fomos evoluindo, acabámos por perceber que isto era uma luta e *nós é que os tínhamos de apoiar a eles para que eles nos pudessem apoiar a nós*. Então foi uma luta um bocado difícil, mas conseguimos." (entrevista 'Liderança' 1, #5)

b) *Qual a relação entre objectivos materiais – casas - e objectivos imateriais – bem estar social? Evoluiu ao longo do tempo?*

Na questão colocada aos participantes *Que sonhos tinha na altura?* a maioria responde "sair da barraca e ter a minha casinha", evidenciando que o objectivo principal do SAAL estava cumprido, todos têm hoje a sua casa conforme foi prometido.

Para além da casa, objectivo material eleito, foram emergindo outros objectivos secundários, as hortas, os equipamentos sociais. Nas entrevistas feitas é difícil entender outros objectivos imateriais de bem-estar social, mas subentende-se que o acesso aos cuidados na infância e na velhice são identificados e que as reuniões lúdicas como os bailes contribuíam para a animação e aproximação dos moradores e de abertura a outros moradores externos ao bairro.

É curioso registar uma crescente manifestação de bem-estar social a par de acontecimentos sociais. Começaram por ser reuniões entre futuros moradores, depois manifestações, encontros, festas, jogos, bailes, que foram emergindo ‘espontaneamente’ ao longo do tempo, tendo o seu pico máximo nas várias festas de entregas de casas. Outros acontecimentos sociais surgiram por forma a celebrar conquistas, por exemplo “Festa de inauguração da Creche”, “Festa de inauguração do Polidesportivo”, para celebrar as uniões associativas “Festa do 10º aniversário da Associação de Moradores” ou “Festa de natal para os filhos dos sócios da associação”, ou outras festas, bailes com carácter filantrópico para a realização de alguma acção concreta.

Contudo, à medida que foram colmatadas as necessidades físicas do território com a finalização das casas, com a construção dos equipamentos sociais, etc, os moradores foram perdendo o referencial material que os mobilizava e foram atribuindo cada vez menos valor ao seu poder como colectivo.

“Fazíamos bailes ao fim-de-semana para angariarmos dinheiro, uma levava um bolo para leiloar, outra trabalhava no bar... Todas as semanas havia um divertimento para a rapaziada se divertir e estarmos todos aqui. Era até de manhã, estes bailes estavam sempre cheios! Quem viu a nossa associação e quem vê agora não acredita! Porque antigamente quando não tinham casa era tudo um mar de rosas andava tudo por aí, mas depois apanharam-se com a casa e já só estão ali meia-dúzia de pessoas...” (entrevista ‘Dinâmica’1, #13)

“A Associação promovia desporto, futebol, as festas de aniversário da Associação... corridas de sacos... Atletismo... aquelas brincadeiras com a bolacha na farinha... Aquelas brincadeira da aldeia, está a ver? Jogar à malha, matraca, para os miúdos jogarem... isto era importantíssimo! Hoje é uma pena que a juventude, os miúdos... eles brincavam por aí, jogavam à bola... faziam travessuras...era diferente...era uma comunidade diferente...” (entrevista ‘Liderança’1, #13)

c) *Sendo um processo de mudança, de que forma se relacionaram as vontades individuais e as vontades colectivas? Que relações de cooperação se revelaram benéficas? Que elos de reciprocidade se estabeleceram?*

Não se poderá falar em vontade colectiva, mas sim na simultaneidade de vontades individuais e daquilo que já foi aqui referido: um reconhecimento unânime de que “sozinho não conseguia”, ou seja que a formação de um conjunto de vontades individuais resulta numa capacidade fundamental para a existência da acção e que essa união é instrumental, funcional.

Contudo é de salientar que o que se torna virtuoso aqui é a confluência do recíproco reconhecimento da **competência dos líderes** com o reconhecimento de uma enorme dinâmica de um grupo significativo de **‘seguidoras’, mulheres**, que com alguma experiência de vida tiveram a **capacidade de dinamizar e mobilizar outros moradores**. Este reconhecimento mútuo é patente por se encontrar capacidade de trabalho em equipa e de cooperação e de um enorme respeito entre líderes e dinamizadoras.

“Havia umas velhotas que eram muito giras, eram pessoas espetaculares, *estavam sempre a meu lado*, sempre a apoiar-me, essas mulheres nunca faltaram a uma reunião, se não houvesse transporte elas até não se importavam de ir a pé, *eram umas lutadoras incansáveis* por este bairro, nunca me poderei esquecer, nunca.” (entrevista ‘Liderança’ 1 #14)

Relativamente aos líderes uma dinamizadora responde:

“Eram amigos de trabalhar e amigos de ajudar e *andavam sempre na frente*, quando um dizia "tal dia vamos para tal sítio" tudo se ajudava ali tudo ia! ...o senhor Carlos dizia assim "Silvina, tal dia temos uma reunião na câmara precisamos disto assinado" e eu "vamos embora!" *íamos todos logo* estava tudo logo em fila, éramos mais unidos que agora.”  
(entrevista ‘Dinâmica’ 1 #18)

Em várias entrevistas é notório que a relação que se estabelece com os vizinhos da sua rua é tida como de grande solidariedade e reciprocidade acabando por transmitir uma noção de confiança e segurança entre vizinhos próximos e consequentemente bem-estar.

“*Ali na minha rua há um ambiente espetacular...* Não há um vizinho que se dê mal com o outro. Aliás, o meu vizinho da frente tem a minha chave e eu tenho a dele, tá a ver a confiança, isto já não se usa hoje... A velhota que vive ao lado bate-me na parede quando se sentia mal...” (entrevista A1#22)

“Aqui, nunca tive problemas com os vizinhos. Os vizinhos têm de ser bons para haver boa vizinhança. Eu dou-me bem com todos *mas dou-me bem é mesmo com os da minha rua.*”  
(entrevista ‘Liderança’ 2 #22)

“*como vê as minhas vizinhas dão-se bem comigo* e se há alguma aflição acudo quando posso... Esta vizinha está farta de dizer: se se sentir aflita de noite bata-me na parede que eu vou!” (entrevista ‘Dinâmica’ 1 #22)

VI.2. Dimensão política: participação, regulação e animação.

d) *Que grau de confiança e que nível de participação é/foi benéfico para equilibrar/regular as vontades individuais e as diversas vontades colectivas?*

A obrigatoriedade das operações SAAL começarem com a necessidade de se estabelecer uma organização social da procura em Associação de Moradores funcionou como regulador e de focalização do ‘ónus’ de se encontrarem consensos na comunidade. O arquitecto Gonçalo Byrne argumenta, logo em 1976, numa mesa-redonda sobre a sua experiência no programa: “Eu penso que o SAAL foi igualmente um instrumento de controle dos movimentos de massas. O SAAL serviu para fixar as populações nos locais e nos bairros onde residiam antes do 25 de Abril: os bairros de lata.” (Portas et al, 1976:79)

Conseguir organizar e conduzir as vontades individuais para uma luta plural eficaz foi:

a) conseguido com a ideia de ‘Poder Popular’, com a crença de que, primeiro, há competências internas – no povo, no que é popular – e;

b) em segundo lugar, que a consciência de de co-criação, co-produção, de (auto) construção de uma ‘nova’ cidadania é a única forma de se conquistar qualquer resultado, patente na celebre máxima: “O povo unido jamais será vencido!”.

O que é relevante aqui é também o facto de essa organização social se conseguir sempre mover segundo os seus padrões morais e éticos, não vacilando no assédio de nenhuma força política institucional, que ao prometerem apoio às suas acções podiam ao mesmo tempo desresponsabilizar os seus actores.

Numa das entrevistas a um dos líderes surge um exemplo notório do grau de participação aliado à regulação urbanística, no que concerne a vontade individual de acção sobre a casa e a regulação de um bem-comum alargado – o bairro:

“No início as pessoas vieram de um bairro de barracas e queriam fazer das casas uma barraca, as pessoas queriam fazer casotas grandes, mas eu como era da fiscalização eu era o ‘mau da fita’ pois, seguia o que estava nos estatutos, dizia-lhes ‘*tens de partir*’ e os gajos começaram a tomar-me de ponta...” (entrevista ‘Liderança’2 #22)

Numa outra entrevista surge um outro exemplo incomum relativo ao grau de participação aliado à preservação e manutenção do espaço público do bairro:

“Antes era a câmara que tinha daquelas firmas que vinham tratar dos jardins, mas agora não têm vindo... Mas aqui na minha rua, é o meu vizinho que trata das rosas, que as poda...”

mesmo quando vinha a empresa da câmara ele dizia: "aqui não mexam, deixem que das rosas trato eu!" (entrevista 'Dinâmica'2 #24)

Estes episódios denotam que, pela apropriação e pelos afectos positivos que o processo de participação na construção do bairro proporcionou, os seus moradores vêm-se como cidadãos activos e defensores acérrimos do seu território, seja pela via da regulação interna como da preservação do que é de todos.

e) *De que forma a acção destas micro-iniciativas territoriais contribuíram para o bem-estar urbano num território mais alargado, numa dimensão multiescalar?*

Nas questões em que se pretende entender a relação dos moradores com outras pessoas externas ao bairro e com os bairros vizinhos há respostas interessantes que revelam que inicialmente havia algum desconforto com a ideia do realojamento de pessoas oriundas de núcleos de barracas, mas que hoje a ideia é completamente diferente. O bairro não se tornou um gueto, muito pelo contrário, havendo várias pessoas externas a frequentá-lo quer por relações de amizade com os moradores, quer por estrita relação funcional com os equipamentos sociais do bairro, a Creche, o Centro-de-Dia, o Polidesportivo, etc.

“é um *bairro aberto* pois é visitado por todas as pessoas que vêm utilizar os equipamentos sociais, nunca foi considerado um gueto, foi muito utilizado por outras pessoas de Linda-a-Velha.”  
(entrevista 'Processo'1 #26)

“Talvez numa determinada altura não fossem muito bem vistos mas acho que agora não, é um *bairro integrado*, perfeitamente normal disse-me uma contadora de histórias que trabalha lá no Palhaço [Jardim de Infância] há pouco tempo” (entrevista 'Olhar externo'1 #25)

“Quem conhece este bairro *toda a gente quer cá morar...* A primeira coisa é se há casas! Nós acolhemos as pessoas mesmo que não sejam daqui... E depois acabam por se ambientar a isto e querem vir para aqui. Nós temos miúdos que fazem distúrbios noutros bairros mas quando cá veem é porque têm cá amigos e não fazem nada. *Os de fora que vêm é porque gostam de estar aqui.*”  
(entrevista 'Transmissão de memória'1 #25)

“O nosso bairro é um *bairro muito, muito sossegadinho, não é como aqueles bairros que se vêm na televisão... selvagens... em que escrevem em tudo, andam em brigas...* Às vezes quando vinha do hospital do meu marido de taxi o taxista dizia: "sabe que eu gosto de ir a esse bairro! eu noto nesse bairro, noto uma coisa assim muito calma, *tenho cá vindo deixar muita gente e noto que é muito tranquilo.*" As pessoas falam-se muito bem umas com as outras.” (entrevista 'Dinâmica'2 #23)

Outro ponto interessante no desenvolvimento da construção do bairro foi o papel dos eventos lúdicos, as festas, os bailes, os jogos, que não só mobilizavam os futuros moradores do bairro como eram pontos de encontro e de lazer com outras pessoas de Linda-a-Velha externas à construção do mesmo.

“Os acontecimentos eram todos abertos à população! Aliás nós convidávamos todas as associações de moradores, cooperativas, aqui mais perto tínhamos muitas... tínhamos sempre orgulho em convidar” (entrevista ‘Liderança’ 1 #13)

f) *Não tendo sido um ‘grassroot planning’ em que medida foi desenvolvido, enriquecido e sustentado pelas bases? Qual a relação entre a promoção e a liderança da acção?*

Apesar de as Operações SAAL serem um programa promovido pelo poder central não poderão ser entendidas como um típico programa ‘top-down’. A análise da gramática utilizada para nomear o programa é bastante coerente e explícita quando faz o recrutamento de uma equipa multidisciplinar e lhe atribui a incumbência de ser o ‘Serviço Ambulatório de Apoio Local’, podendo pressupor-se:

- ‘Serviço’, no sentido de estar ao dispor, de ser utilizado, de ser público;
- ‘Ambulatório’, pressupõe que não está sediado, não têm a pretensão de criar raízes de se estabelecer como autoridade territorial ou de se tornar assistencialista;
- ‘Apoio’, no próprio sentido de apoiar reconhecendo as competências endógenas e não assistir como se elas não existissem;
- e por último ‘Local’, no sentido de contribuir para a identidade territorial e de estar completamente imerso nas questões de um contexto delimitado, próprio.

Há portanto uma micro-equipa multidisciplinar SAAL que medeia o poder central – ‘top’ - com a comunidade e que é chamada ao território com a incumbência de apresentar e promover a acção e de identificar elementos locais que a liderem.

No bairro 25 de Abril é patente e demarcada a diferença entre a acção dos líderes, a acção de promoção e apoio dos técnicos do SAAL e a dinamização por um punhado de acérrimas e entusiastas ‘seguidoras’, sendo completamente negada qualquer possibilidade de a acção da equipa SAAL ser assistencialista, paternalista ou protagonista em relação aos actores principais do processo, os moradores. Nas entrevistas está patente de que o processo SAAL que houve não foi uma proposta ‘top-down’ opressora, mas sim uma proposta que ‘está ao serviço de’.

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

–  
“as regras era que *todos tinham o poder de discutir*, tudo era levado em consideração, e era sempre com votação democrática (...) *A equipa aconselhava-nos, nunca nos impôs nada!* Pelo contrário, tudo era discutido.” (entrevista ‘Liderança’1 #10)

“...claro que para fazermos a obra precisámos de apoio técnico, nós éramos analfabetos ou semianalfabetos e tudo gente das barracas. (...) *Tudo o que fazíamos era aprovado em assembleia geral, não era a equipa SAAL que decidia nada*, nem por nenhum director individualmente, eu na altura era presidente da direcção e fiquei a tomar conta da obra”  
(entrevista ‘Liderança’2 #6)

“a liderança, foi uma *liderança dos residentes que confiaram totalmente nos técnicos que trabalharam com eles*” (entrevista ‘Processo’1 #16)

g) *Este processo dá-nos pistas de como ‘animar’ um território para uma economia solidária? Qual a sua robustez e durabilidade?*

Esta é uma das questões mais difíceis de responder tendo por base apenas as entrevistas que foram feitas, contudo estas dão-nos algumas pistas sobre o que pode ter promovido alguns dos princípios da economia solidária, a que Roque Amaro apelida de “uma nova economia social”, assentes em vínculos sociais de reciprocidade como fundamento de relações de cooperação (Cattani et al, 2009:162). Alguns dos critérios ou princípios propostos pela economia solidária são aqui identificados: a pluralidade de princípios económicos, a autonomia institucional, a democratização dos processos de decisão, a valorização do conhecimento dos actores, a sociabilidade comunitária-pública. (Amaro, 2011) e entre as oito dimensões, anteriormente apresentadas da definição mais actualizada do conceito, referido à Macaronésia, apenas não se reconhece a dimensão ambiental como valor explícito neste projecto.

<i>Dimensões da Economia Solidária</i>	<i>Objectivos e princípios detectados no projecto da Associação de Moradores 25 de Abril</i>
Dimensão económica	<input checked="" type="checkbox"/> Produz e comercializa serviços (na criação de emprego na construção do bairro e na gestão dos equipamentos sociais); gera poupanças mútuas através da cotização colectiva, realiza investimentos articulando uma pluralidade de outros princípios económicos: o princípio da reciprocidade não mercantil, o princípio da dádiva e da ajuda mútua.

Dimensão social	<input checked="" type="checkbox"/> É um projecto inclusivo, dando prioridade a quem vive em piores condições habitacionais, contribuindo para a luta contra a exclusão e promovendo a igualdade de direitos.
Dimensão ambiental	<input type="checkbox"/> Não se encontram preocupações ambientais explícitas. Existem afectos positivos relativos à existência de hortas e de espaços verdes entre os lotes habitacionais, mas esse facto não aponta para uma preocupação de respeito ou preservação ambiental.
Dimensão cultural	<input checked="" type="checkbox"/> Promove dinâmicas de animação cultural através de bailes, concertos musicais, jogos tradicionais, sessões de cinema, passagem de filmes promovendo momentos lúdicos de sociabilização comunitária e pública.
Dimensão territorial	<input checked="" type="checkbox"/> Promove a coesão territorial no sentido de acolher e integrar nas suas actividades as capacidades internas das pessoas oriundas dos nove núcleos de barracas para o desenvolvimento local.
Dimensão do conhecimento	<input checked="" type="checkbox"/> A mobilização do conhecimento é de base indutiva, percebido e construído pelas pessoas, tendo por base as suas experiências de vida. Na entrega progressiva das casas, na autoavaliação das condições habitacionais, foram os moradores que estabeleceram as regras e conduziram o processo, apresentando sempre uma capacidade crítica e uma abertura total para a aprendizagem na gestão deste processo.
Dimensão da gestão	<input checked="" type="checkbox"/> Apesar de haver bastante autonomia na gestão do processo de construção do bairro e mais tarde na gestão de alguns equipamentos sociais, não se pode dizer que tenham ocorrido modelos alternativos de gestão desta organização. Contudo é de destacar a gestão das pessoas na condução dos processos e a capacidade interna de se avaliarem e de se revezarem nos seus papéis.
Dimensão da política	<input checked="" type="checkbox"/> Esta dimensão é a que é mais fácil reconhecer no sentido em que esta organização valoriza a governança partilhada, aplicando desde a sua criação o princípio da gestão democrática interna e a dinamização da democracia participativa externa (com outras organizações estatais e outras associações nacionais).

Na Associação 25 de Abril é clara a importância política que esta assume como projecto no que concerne à importância da democracia participativa e à recusa de ser um projecto social assistencialista ou filantrópico, por estes motivos distancia-se das respostas comuns da



economia social aproximando-se de um projecto mais próximo daquilo a que aqui se define como economia solidária.

Relativo às relações de ajuda mútua, é notório que o papel instrumental da co-construção e o objectivo material de ‘ter uma casa’ estimulou essa cooperação, o trabalho em equipa e no dia-a-dia relações de confiança que se desenrolaram num microterritório que é a comunidade da sua rua. É notório que entre a maioria dos entrevistados há uma identidade comum e um orgulho em pertencer ao Bairro, mas é junto dos seus vizinhos mais próximos que as acções de reciprocidade são mais evidentes.

“Antes quase ninguém tinha carro e quando a minha filha nasceu eu arranjei um empréstimo e comprei um carrito para levar a miúda... *o meu carro era a ambulância do bairro*, descia aqui uma pessoa ‘Ô Carlos, precisamos de ir p'ró hospital!’ ...e lá ia o Carlos... ou então ia o de outra pessoa que tivesse carro. Havia aqui uma solidariedade que não existe hoje. (...) Mas na minha rua não, ainda há solidariedade e apoiamo-nos muito uns aos outros, *na minha rua da frente e na da parte de trás ainda há muita solidariedade*” (entrevista ‘Liderança’1 #22)

### VI.3. Dimensão técnica: capacidades e equilíbrios.

#### 1. *Que relações se deram no sentido de uma aprendizagem mútua entre técnicos e moradores?*

A questão da aprendizagem mútua foi um dos pontos unanimemente escolhido como uma das conquistas do processo, tanto pelos entrevistados no grupo ‘Liderança’ como nos do grupo ‘Processo’.

“Esta experiência foi muito interessante porque não foi o engenheiro a fazer a obra ou a psicóloga a tratar dos coitadinhos ou o arquitecto a fazer o projecto, *houve uma equipa técnica que discutia e trabalhava com os moradores, numa aprendizagem mútua*, em que recolhíamos os pareceres, dávamos a nossa opinião, e com isto tudo *fomos todos crescendo*, os moradores também foram crescendo, consciência cívica, política, consciência dos seus direitos...” (entrevista ‘Processo’2 #37)

A existência de uma relação de confiança foi expressa pelos entrevistados, mas também foi sentida nas suas expressões uma certa admiração entre sujeitos, líderes e técnicos.

Dessa aprendizagem houve consequências muito positivas, estes dois grupos revelam que **essa aprendizagem mútua contribuiu fortemente para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.**

“aprendi aqui muito na obra, com os engenheiros, os arquitectos, e também não era parvo nenhum... Depois quando acabei a obra nunca mais fui trabalhar para a pintura... depois comecei a trabalhar por minha conta, aprendi aqui muita coisa neste bairro... aliás, isto foi a melhor coisa que me aconteceu na vida” (entrevista ‘Liderança’2 #21)

“são muito boas recordações e depois porque, se a minha vida profissional é o que foi, muito a eles devo, aprendi muito com aquilo e orientou-me para a vida.” (entrevista ‘Processo’2 #26)

Contudo, não é patente que tenha existido esta relação com os outros moradores fora dos grupos dos líderes e dos técnicos.

*2. Houve empowerment de uma comunidade? Que capacidades técnicas se revelam necessárias, para além das especializações temáticas dos técnicos envolvidos, para a promoção de autonomia, democracia, participação e aprendizagem das pessoas envolvidas?*

Pode-se considerar que houve promoção de autonomia, democracia, participação e aprendizagem, e por isso afirmar que houve empowerment de algumas pessoas envolvidas, embora tal não nos seja possível extrapolar para a comunidade em geral. O grupo em que se reconhece que inequivocamente houve empowerment foi o dos líderes, podendo-se eleger algumas capacidades que normalmente se designam por ‘*soft skills*’, para além das ‘*hard skills*’ dos membros da equipa SAAL, que podem ter contribuído para esse feito:

a) Disponibilidade e entrega de se mover por uma causa;

“os ideais era de alguém que queria mudar o país e tinha alguma consciência política, (...) Eu lutava por causas” (entrevista ‘Processo’2, #6)

b) Predisponibilidade para aprender;

“por mais inteligentes, informados, cultos que possamos ser como pessoas de serviço público ou somos aprendizes ou nos tornamos manipuladores com muita facilidade. É um caminho estreito.” (entrevista ‘Processo’1, #39)

c) Capacidade de trabalhar em equipa;

“Estávamos numa fase da vida profissional de uma capacidade máxima de dedicação e aprendizagem, e por outro lado com bastante equilíbrio entre nós. Com muito respeito entre

—  
nós, pelo trabalho que fazíamos, aprendíamos imensos uns com os outros.” (entrevista  
‘Processo’1, #20)

### 3. Onde está o ponto de equilíbrio entre a assistência e a autonomia da autoconstrução?

No caso em estudo, e que consideramos de um processo de autoconstrução assistida, vêm-se momentos de maior assistência e outros de maior autonomia, nunca se podendo dizer que em algum momento se tocaram nestes extremos em absoluto. Não se pode falar de total autonomia quando não há autonomia financeira para a construção, por um lado, nem de total assistência porque era ponto assente que só existiria capacidade para iniciar a acção se as pessoas se auto regulassem e se organizassem por si mesmas.

“Enquanto isto aconteceu *nunca nos passou pela cabeça falar em assistência...* Inicialmente havia desequilíbrio, claramente até começarmos a obra, nós não podemos fazer de conta que a equipa técnica não era líder do processo, pelos conhecimentos, pelo poder que tinha de dominar as relações com os organismos centrais, com as autarquias na condução das questões. *A autonomia era garantida pela qualidade de relacionamento entre a equipa técnica e os líderes,* mas não exclusivamente deles, nós garantimos uma acessibilidade entre os vários núcleos que era real e isso foi a capacidade da associação de moradores se constituir. (...) Nos primeiros 10 anos o nível de autonomia era bastante elevado, quando o apoio técnico se tornou mais especializado, típico dos anos 80 mais de especialistas a dirigirem actividades específicas em vez de estarem na vida global da associação, era tipo "especialista de apoio social", disto ou daquilo, a associação passa a perder o pé da sua autonomia como organização local e os corpos gerentes da associação a tornarem-se cada vez mais "incompetentes" por não dominarem ou a contabilidade, ou a escrita, ou o plano de actividades... e passarem a estar cada vez mais dependentes. Eu acho que estas organizações são mais dependentes de especialistas do que de equipas que se constituam com objectivos de projecto, equipas multidisciplinares onde não possam emergir uns técnicos com excessivo poder, como brigadas de vários actores suponho que sejam melhores apoios de organizações locais, do que estas ficarem dependentes de alguém muito competente, e muito mais culto.... (entrevista ‘Processo’1, #38)

Neste processo é notório momentos de maior dependência de apoio especializado e outros de maior autonomia. E hoje é inquestionável o papel que esta associação ganhou na gestão do território mostrando-se bastante autónoma em relação à autarquia e quando comparado com outros bairros sociais do Concelho de Oeiras.

“A Associação 25 de Abril é a que eu conheço que *se mantém a gerir o bairro a fazer muitas vezes a função que deveria ser da câmara,* em termos de bairros sociais. E isso

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

–

tem a ver com a participação, as pessoas sentem que criaram alguma coisa... deram o litro, tiveram muitas noites a trabalhar naquilo e portanto não o querem perder...” (entrevista ‘Processo’2 #16)

## VII. *Conclusão e reflexão crítica.*

Retomando a pergunta de partida: *De que forma um processo de autoconstrução assistida contribui para a ‘emancipação de um habitat’, no sentido de um aumento do bem-estar societal?* pretende-se neste último capítulo explicar as conclusões que este estudo de caso possibilitou e reflectir sobre outras possibilidades de acção para os problemas e paradigmas em que vivemos hoje relativos ao habitat e à construção sustentável do seu bem-estar.

Antes de explicar o ‘como?’ do processo em análise pode concluir-se que houve ‘emancipação de um habitat’ e aumento do bem-estar societal, embora não se possa confirmar que este tenha apenas decorrido da acção em estudo - autoconstrução assistida - mas também de um contexto nacional favorável ao desenrolar do mesmo. De facto, neste caso, as contribuições de um processo de ‘autoconstrução assistida’ são difíceis de se dissociarem da conjuntura política e social do pós 25 de Abril que marcou o seu arranque.

Ainda assim, entende-se que o processo de autoconstrução assistida contribui para a ‘emancipação de um habitat’ na medida em que:

- 1º) o processo começou com a premissa e o **reconhecimento de que há valor**, capacidade interna nos actores que (auto)constroem. Esse reconhecimento, desde o momento zero, torna-se por um lado no mote para um **aumento da autoestima** de quem é incentivado a participar nessa acção e, por outro, nos momentos subsequentes, como um contrato social de quem se vê comprometido a corresponder às expectativas de terceiros sobre as suas capacidades e desempenho. Esta **confiança e compromisso** fica selado no contrato que o prefixo ‘auto’ confere à construção de algo.
- 2º) a acção ‘construção’ pressupôs e apresentou-se **como um ‘processo’** e não como um produto ‘chave-na-mão’. Neste sentido surge como um *‘call to action!’*, um estímulo à acção e à participação dos envolvidos que, pela complexidade de alcançar o resultado final, obriga a um trabalho em equipe e a uma organização social complexa. A **materialidade** inerente ao acto de construção colectiva contribui no sentido de:

- a) num primeiro momento, **facilitar o reconhecimento e visualização** do objectivo comum a alcançar, ajuda a identificar o ‘sonho’ ou a ‘utopia’ numa meta possível e realizável;
  - b) no fim do processo, **representar ‘o galardão’ do objectivo cumprido**, o resultado do esforço investido e a prova da meta alcançada;
  - c) passar a haver sentimento de pertença (colectiva) em relação ao objecto construído;
  - d) e, conseqüentemente, contribuir para a preservação desse objecto (casa, bairro, equipamento, espaço público, território, comunidade) por parte dos cooperantes e utilizadores;
- 3º) quando o adjectivo ‘assistida’ qualifica a autoconstrução, no sentido de esta ser apoiada, **começa-se o processo acompanhado**. Ou seja, um conjunto de capacidades que facilmente se identificam como inexistentes internamente são adicionadas ao contexto. A possibilidade de sucesso perante a missão estabelecida torna-se mais próxima, realizável e real com o ‘apoio’ que é oferecido à ‘autoconstrução’. A incorporação de elementos externos com outras capacidades e visões junto de uma autoconstrução ajuda, por um lado, numa **melhor compreensão dos problemas internos** e, por outro, na **projectão de outras possibilidades**. Caracterizar este processo de ‘Assistida’ confere, desde o momento zero, um **aumento da segurança e confiança** dos autoconstrutores sobre a capacidade de realizar o objectivo traçado, por se estar acompanhado de outras novas capacidades, e, durante o processo, há um apoio constante perante os vários desafios, obstáculos ou desânimo, podendo-se atribuir o seu efeito num **aumento da resiliência** dos participantes, dotando-os também de maior capacidade para os ultrapassar.

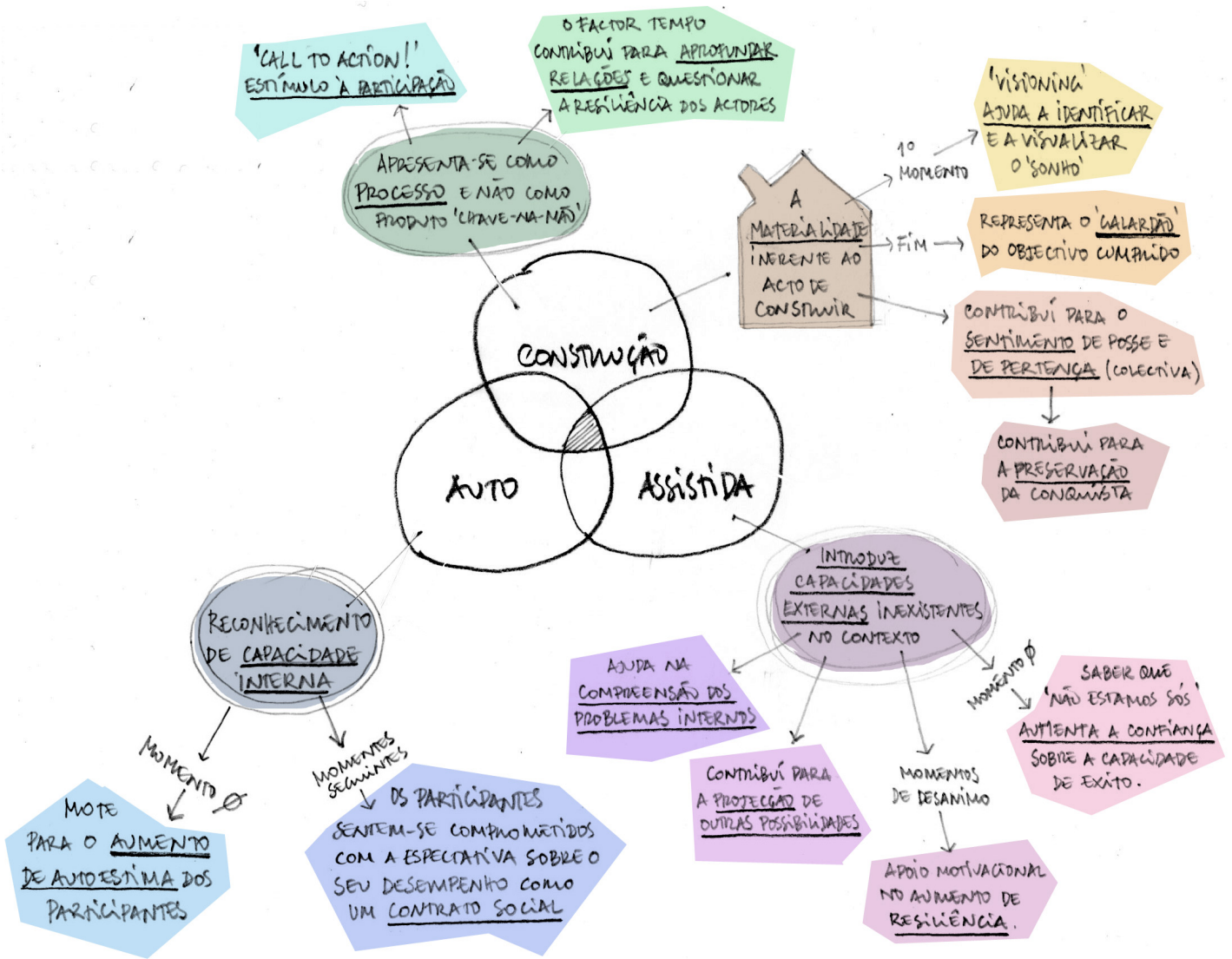


Fig. 32: Esquema contribuições do conceito de ‘autoconstrução assistida’.

Contudo, para estas contribuições encontraram-se as seguintes dez premissas:

1. *Um contexto de possibilidades e esperanças que possibilita a confiança em programas utópicos.* Este contexto em muito se deve ao ambiente pós 25 de Abril, devendo ser renovado o espírito de possibilidades ‘utópicas’ no sentido da projecção de mudanças futuras possíveis e realizáveis.
2. *Uma organização social da procura, não partidária mas com valores claros de missão.* Incentivar a organização social por motivos e interesses comuns possibilitou uma construção clara sobre as vivências e as necessidades dos que se organizam em colectivo e uma maior noção de valores democráticos.
3. *Uma equipa técnica, de espírito jovem, com total disponibilidade física e mental e que se entrega totalmente pela sua causa.* As especialidades técnicas da equipa, as ditas ‘*hard skills*’, não emergiram como protagonistas ou como fundamentais para o sucesso da acção, mas antes as ‘*soft skills*’ tais como as capacidades de empatia com o problema dos outros e de ‘vestir’ uma causa, luta, que passa a ser também sua, evidenciaram-se como aquelas que de facto contribuíram para o acolhimento destes técnicos na comunidade.
4. *Fortes líderes na comunidade e a capacidade de estes se irem revezando no seu papel.* Encontrar bons líderes na comunidade não é sempre possível e encontrar vários tornou este processo virtuoso no sentido de não haver dependência de protagonistas indispensáveis. Mais do que o encontro casuístico encontrou-se um estímulo para o desenvolvimento e crescimento pessoal e humano destes líderes. Reencontrar novos líderes será premente para futuras acções, sendo essa identificação facilitada com os *inputs* de pessoas externas à organização.
5. *Uma estrutura mobilizadora.* Neste caso existiu um grupo de mulheres entusiastas, sempre disponíveis para novos desafios, *que conseguiram dinamizar os participantes, incentivando e promovendo a animação.* Esta base dinamizadora revelou-se fundamental para a realização e a participação de todos, foi com a acção deste grupo que se conseguiu persuadir os mais incrédulos e cépticos ao processo de mudança, no que acarreta de grande exigência e responsabilidade para os seus actores. Seria interessante reencontrar uma nova estrutura mobilizadora que continuasse a dinamizar as bases e bebesse das experiências passadas.
6. *Uma excelente capacidade de trabalho em equipa invulgar entre técnicos e líderes.* Isto proporcionou um *ambiente de aprendizagem mútua*, embora não tenha passado deste



grupo central para outros participantes, nem para segundas gerações. As relações que se deram no sentido de potenciar um ambiente de aprendizagem foram bastante intensas mas circunscritas a um grupo reduzido de participantes, podendo, outras acções no sentido de delegar responsabilidades em outros microgrupos de trabalho, potenciar futuramente a abrangência da virtualidade desta co-operação.

7. *Motivo material*, com tendência para se esgotar em si mesmo quando alcançado. Foi fundamental o objectivo material ‘casas’ ter existido como mote para a mobilização da acção, mas este por ser instrumental, quando foi alcançado a organização social passou a ter dificuldade em conseguir encontrar outros motivos que a justifiquem e que alimentassem a sua pujança. Para conseguir renovar ou ampliar os objectivos a alcançar surge como necessário criar novos motivos materiais, como por exemplo novas ‘brigadas de reabilitação’, ou assegurar a sua transformação em motivos imateriais adaptados às necessidades actuais, como por exemplo ‘qualidade de vida na velhice’ ou ‘apoio ao emprego’.
8. *Um programa funcional dinâmico e que envolve técnicos e futuros utilizadores*. Houve no caso em estudo espaço para planear de forma dinâmica, isso só se tornou possível por haver abertura para a modelação do projecto às necessidades dos seus utilizadores e estes estarem presentes desde o início do processo. Para além de ser mais justo na correspondência das reais necessidades dos utilizadores, por eliminar intermediários ou representantes, estes vêm-se espelhados nas opções de projecto e absorvem essa participação como co-autoria de uma solução, provocando um sentimento de afeição pelo resultado final e de preservação desse património colectivo. Futuras acções deverão seguir as metodologias utilizadas no seu passado.
9. *Um tempo longo que promove a adaptação e a resiliência dos envolvidos*. A construção de uma casa, por aquilo que representa e pela complexidade que contém no que concerne à sua execução, foi um processo de maturação. Começar com um planeamento e modifica-lo no decorrer da obra não só é comum como até é desejável para se ir adaptando aos utilizadores finais. Haver a possibilidade de acompanhar o ‘crescimento’ de uma obra constituiu-se como um tempo fundamental para, por um lado, absorver todos os passos que uma mudança de vida carrega em si mesma e, por outro, dinamizar outro tipo de acções paralelas à construção física do território e que possam ter contribuído para uma co-construção de uma identidade territorial. É caso para dizer que ‘quanto mais longo melhor’, ou seja, que futuras acções não podem ser programas ou aparições fugazes, se

pretenderem capacitar para uma maior resiliência e para uma mudança societal sustentada devem contar com um tempo de maturação e de apropriação.

10. *Uma partilha e integração de dimensões.* A dimensão física do território, na construção das casas e do bairro, esteve sempre a par da dimensão social no que diz respeito ao desenvolvimento social e humano. A possibilidade de construir um lugar teve sempre em conta os desejos e os recursos internos, possibilitando que a governança desse mesmo lugar fosse integrada e em certa medida inclusiva. A construção do bairro não só dotava o território de habitação ou equipamentos sociais como incluía, por exemplo, através do emprego os moradores ou através da cultura e das festas os vizinhos de outros bairros. Continuar a promover acções multidimensionais será uma das formas de preservar os interesses, a cultura e promover o desenvolvimento local.

A variável tempo como instrumento utilizado para avaliar a eficiência e a performance de um programa ou de um processo é provavelmente o indicador mais fácil de medir, contudo a incessante procura de redução desta variável na conclusão da sua eficiência nem sempre é benéfica ou realista. Quando em Outubro de 1976 o Ministério da Administração Interna e o da Habitação, Urbanismo e Construção, apresenta o fim do SAAL, acusando este de um programa pouco eficiente que apresentava até à data um número reduzido de casas acabadas, constata-se que pelo sectarismo da análise e pela definição temporal do que se considerou eficiente, não se entendeu este processo como um potencial catalisador de bem-estar subjectivo, que surgiu inicialmente como uma resposta material ao problema de escassez habitacional, mas sim como uma ‘fábrica’ de produção de infraestruturas urbanísticas. Presume-se que tal tenha acontecido por o objecto em análise estar enquadrado no ministério da Habitação, Urbanismo e Construção e não em políticas de desenvolvimento ou de acção social, e por não haver o devido afastamento temporal para analisar as repercussões sociais, em todas as suas dimensões, e não somente os resultados materiais, que o processo estava a manifestar individualmente na totalidade das localidades.

Hoje, a área metropolitana de Lisboa enfrenta uma avassaladora transformação no que à habitação e à coesão social diz respeito. Por um lado, existem centenas de famílias que estão a ser despejadas das suas casas por incapacidade financeira de cumprir os seus compromissos, há uma nova geração com limitadas oportunidades de acesso ao emprego, que não conseguindo acesso ao crédito também não consegue acesso ao arrendamento, novos casos de pessoas sem-abrigos por toda a cidade e, por outro, um crescente número de casa vazias e/ou

devolutas. Teremos a capacidade de actuar transformando estas ameaças em oportunidades? Poderá a autoconstrução assistida ser um recurso válido num território urbano cheio de casas vazias, mas também de carências habitacionais?

A questão do excedente de habitação vazia aponta já para uma visão ecológica de negação à continuidade de emergência de novas construções. Por este prisma a reabilitação do património e o incentivo à sua manutenção tornam-se pontos acentes.

Se nos cingirmos apenas às necessidades materiais habitacionais de um território podemos identificar pelo menos três grupos carentes de soluções: (i) carência habitacional de quem passou a viver em total exclusão social e vive hoje na rua, (ii) famílias com enormes dificuldades de acesso à habitação no mercado imobiliário, (iii) proprietários sem capacidade de habilitar o seu património vazio e/ou devoluto para o colocar em pleno usufruto.

Poderia uma ‘auto-solução apoiada’ contribuir para minimizar algumas destas carências contribuindo para o desenvolvimento e realização humana e conseqüentemente para a emancipação de microhabitats? Numa perspectiva de utilização dos recursos internos pode o território urbano ser enriquecido com a actuação de novas organizações sociais da procura no património desabitado? De que forma a reabilitação física do património, através de uma ‘auto-solução apoiada’ pode contribuir para a emancipação de uma comunidade e do seu habitat? Estas foram algumas das hipóteses que este trabalho coloca no que toca à questão habitacional, contudo e em relação a outras oportunidades surgem ainda outras questões menos instrumentais. Que contributo para a questão relacionada com o acesso ao emprego e o aumento de capacidades técnicas pode oferecer um processo de ‘auto(re)construção assistida’? Quais os seus contributo para a coesão social e para o fomento de iniciativas solidárias em microterritórios? Qual seria o retorno societal do investimento de um processo de ‘auto(re)construção assistida’?

Lisboa para além de um enorme património imobiliário decadente, devoluto e desabitado apresenta-se com novos desafios de ‘desintegração local’ (Henriques, 2007: 152) em lugares onde recorrentemente surge a pergunta: *a habitação social cria mais problemas do que resolve?*

Um programa de reabilitação por interesse social geraria não só áreas suficientes para abrigar significativos contingentes humanos como poderia possibilitar uma maior coesão social territorializada e aumento do bem-estar societal. Instrumentos de política habitacional e social como a capacitação e assistência para a autoconstrução, entre outros instrumentos

multissectoriais, contribuiriam para o melhor ambiente urbano e a integração social do seu habitat, contudo terá de ser a promoção estatal destes programas conjugada com a emergência da vontade colectiva que imperará para esse fim.

Para uma futura política de coesão que integre uma “estratégia social territorializada” (Barca, 2009: XIII) é imperioso que se inverta a tendência de ‘desintegração local’ que aponta para uma inibição da iniciativa local (Henriques, 2007: 152) com a colocação dos indivíduos no centro da acção como agentes da mudança da sua situação. “Um dos pontos de partida do SAAL tinha como pressuposto inicial a organização social da procura, significa que não pode haver processo nenhum de reabilitação social de um bairro que não seja desejado pelos próprios moradores”<sup>11</sup> Começemos por ‘reconstruir’ as comunidades de uma mesma cidade reconstruindo os seus habitats, não só com o foco nos seus ‘moradores’, mas principalmente com o apoio, o envolvimento e a vontade interessada dos mesmos em contribuir para o seu bem-comum, valorizando e aprendendo com as suas capacidades intrínsecas, valores e cultura.

Nas entrevistas deste trabalho foram colocadas possibilidades de reprodução da experiência passada no SAAL no contexto actual de “tanta gente sem casa, tanta casa sem gente” tentando saber se haveria possibilidades de actuação num novo conceito de ‘autoreconstrução assistida’ personificado em ‘brigadas de reabilitação à semelhança do SAAL’, que não só desse a conhecer e a reviver as vivências passadas como enaltecesse o esforço empreendido e os resultados desse passado próximo. As respostas foram muito diversas e ao mesmo tempo muito ricas e positivas, algumas apontando para a sua possibilidade no caso de se garantir apoios financeiros mínimos para o seu arranque e numa mudança de políticas que mudem o paradigma de mercado imobiliário de compra de novos fogos para a promoção da regeneração urbana com a participação dos cidadãos e a reabilitação e arrendamento do parque habitacional.

Em formato de reflexão sobre utopias realizáveis e partindo do pressuposto de que seria possível reanimar um contexto similar ao que tornou o tal ‘sonho’ concretizável – *‘um contexto de possibilidades e esperanças que possibilita a confiança em programas utópicos’* – apresenta-se um esboço para possibilidades experimentais da adaptação do conceito

---

<sup>11</sup> Argumenta José António Bandeirinha no final do filme *As Operações SAAL* (Dias, 2007)

‘autoconstrução assistida’ para o de ‘**autoreconstrução** assistida’ num contexto urbano de desintegração territorial:

- Um programa que, visando a coesão social e territorial de bairros ‘guettificados’, utilize o potencial interno na autoreconstrução e na manutenção dos espaços comuns, privados e públicos. Apelando a uma organização social interna e recrutando equipas técnicas multidisciplinares dinâmicas de apoio à implementação dos objectivos do programa. À semelhança do SAAL, um programa que reproduza operações de ‘brigadas de reabilitação’ que potenciem a inclusão de pessoas do bairro e em paralelo a formação de quadros técnicos na resolução de pequenas avarias e de manutenção dos fogos habitacionais, por exemplo. Uma auto-solução apoiada possibilitaria aos seus participantes um maior conhecimento técnico, autonomia na manutenção da sua habitação, estímulo ao trabalho em equipa, o possível reconhecimento de capacidades e talentos desaproveitados na comunidade e outras possibilidades de acesso ao emprego ou de rendimentos fruto dessa experiência. Em relação ao seu território, potenciaria um maior sentimento de pertença, afectos positivos em relação ao património edificado, melhor utilização e manutenção dos espaços e a construção colectiva de potenciais melhorias ou ampliações do bairro. Numa dimensão política, uma aprendizagem mútua assente em resoluções de ordem prática sobre questões de governança e de gestão, uma participação proactiva e democrática na preservação daquilo que possa desencadear um movimento associativo, no sentido da preservação de uma ‘propriedade social’, e conseqüentemente de um maior conhecimento sobre a defesa e a luta pelos seus direitos.

Submetendo esta proposta a um teste de robustez perante as dez premissas anteriormente enumeradas que se identificaram como factores para a ‘emancipação de um habitat’ obtemos o seguinte quadro de validação:

1. *Um contexto de possibilidades e esperanças que possibilita a confiança em programas utópicos.*

O contexto que hoje vivemos é antónimo de esperançoso ou que possibilite confiança. O contexto do PREC não será possível, nem desejável, de ser ‘encenado’ ou replicado. Neste modelo poderá ser importante trabalhar previamente num micro território esse contexto, fortalecendo-o e animando-o para um aumento de possibilidades e

	<p>esperanças com o intuito de devolver confiança e preparar o arranque da iniciativa.</p>
<p>2. <i>Uma organização social da procura, não partidária mas com valores claros de missão.</i></p>	<p>Poderá não existir desde o momento zero uma organização social, assim como não o havia no caso de estudo antes do lançamento do SAAL, mas havendo o problema, havendo a comprovação e a pressão da necessidade, haverá mais propensão a que essa organização social da procura nasça quando forem claros os objectivos da acção. Como no caso em estudo, poderá ser o próprio programa que apoiará a sua organização, havendo recursos como o tempo e as competências técnicas para apoiar essa emergência.</p>
<p>3. <i>Uma equipa técnica, de espírito jovem, com total disponibilidade física e mental e que se entrega totalmente pela sua causa.</i></p>	<p>Esta premissa não será difícil de se cumprir, pois é evidente que hoje há uma geração jovem sedenta de se colocar em acção e ao serviço de uma causa. Será importante que no recrutamento destes técnicos se tenha em conta ou promova o desenvolvimento das capacidades transversais, as ditas ‘<i>soft skills</i>’, no que diz respeito às capacidades de relacionamento humano, de trabalho em equipa, de partilha do conhecimento e aprendizagem com os outros.</p>
<p>4. <i>Fortes líderes na comunidade e a capacidade de estes se irem revezando no seu papel.</i></p>	<p>Esta premissa só poderá ser validada no terreno, junto da comunidade, mas caso não seja possível identificar líderes na comunidade poder-se-á promover e fortalecer aqueles que possam ter mais propensão para assumir esse papel.</p>
<p>5. <i>Uma estrutura mobilizadora, de dinamização dos participantes, incentivando e promovendo a animação.</i></p>	<p>Esta estrutura mobilizadora terá de ser activada ou identificada caso já exista. É provável que seja junto da população feminina que se encontrem mais entusiastas prontas para promover a iniciativa.</p>
<p>6. <i>Uma excelente capacidade de trabalho em equipa entre</i></p>	<p>Como acabou por acontecer no caso em estudo, a capacidade de trabalho em equipa será uma relação que o</p>

<i>técnicos e líderes.</i>	próprio processo pode construir, assim como a capacidade de aprendizagem mútua se os participantes assumirem que esta é uma iniciativa dinâmica e colaborativa.
7. <i>Motivo material.</i>	O modelo esboçado é claro na identificação do motivo material quando designa ‘brigadas de reabilitação’, apontando para a necessidade de manutenção e melhoria das habitações, dos espaços comuns do bairro e do próprio espaço público. Contudo este motivo poderá ser questionado e redesenhado pelos participantes em função das suas necessidades e prioridades.
8. <i>Um programa funcional dinâmico e que envolve técnicos e futuros utilizadores.</i>	Esta premissa é fundamental na aceitação de implementação de uma iniciativa deste tipo, e só será benéfica e frutífera se houver abertura para o programa ser modelado no decorrer do processo e partilhado nas decisões.
9. <i>Um tempo longo que promove a adaptação e a resiliência dos envolvidos.</i>	Nem sempre é possível mas será desejável que uma iniciativa que pretenda a sua absorção e apropriação na comunidade para lhe dar continuidade tenha um tempo longo de acção. Será um caminho mais acompanhado e poderá potenciar a gestão interna da iniciativa quando os técnicos já não estiverem a acompanhar o processo.
10. <i>Uma partilha e integração de dimensões.</i>	No planeamento de uma acção como a que aqui se desenha será importante a sua actuação em diferentes dimensões do que se entende como emancipatório num habitat: dimensão social, dimensão ambiental, dimensão física, dimensão política, dimensão económica, dimensão cultural. Nas estruturas actuais é difícil conseguir haver partilha e integração de acções mas já existe alguma aceitação de que é por via de uma abordagem integrada e multinível que se poderá obter mudanças efectivas e mais sustentáveis.

Perante o cenário anterior de possibilidade de uma iniciativa que incorpora o conceito de autoreconstrução assistida podemos então concluir:

1. O modelo chumba na primeira premissa. O contexto actual – social, político e económico – não favorece estas iniciativas ao contrário do que se viveu no PREC. Teria de ser trabalhado previamente talvez numa micro-escala esse contexto, a confiança teria de ser restabelecida ou trabalhada e a esperança teria de ser fortalecida com a capacidade de projectar outras possibilidades, promovendo o desejo e a vontade de mudança, tornando os ‘sonhos’ individuais em ‘utopia’ colectiva. Quebrando também o sentimento de desconfiança em relação às intensões do próprio estado.
2. A animação territorial é fundamental ao longo de todo o processo: no momento zero, para preparar e trabalhar o contexto; numa segunda fase, quando a iniciativa estiver a decorrer, estimular e reabilitar a noção colectiva e a sua importância e força em todos os momentos. Para além de todas as materialidades que se podem eleger como ignição do processo, é fundamental haver dinâmicas que fomentem a iniciativa do colectivo o seu autoconhecimento, a capacidade de identificar problemas, propor soluções e tomar decisões.
3. Por último, deve-se assumir que as técnicas de planeamento tradicionais de hoje são bloqueadoras, rígidas e não abrem espaço a que possam emergir soluções inovadoras ou ‘auto-soluções’. Para possibilitar novas formas mais participadas de planeamento dever-se-á assumir que é fundamental haver dinâmica nos processos e nas decisões e que a desburocratização dos processos poderá contribuir para facilitar e tornar determinados instrumentos mais acessíveis à sua co-produção. É fundamental adaptar os procedimentos para que o planeamento possa ser reconhecido internamente como necessário, que se apresente claro e flexível na sua aplicação e adaptável à cooperação. Um programa público precisa de incorporar novas formas de governança colaborativa, reconhecendo novas formas colaborativas na decisão e na gestão dos processos para poderem servir ‘à medida’ o contexto em que actuam, “os processos também se desenham no diálogo”<sup>12</sup>. Se não se adaptarem os instrumentos e os procedimentos no sentido de actuar na base da desresponsabilização dos actores a

---

<sup>12</sup> Expressão de Nuno Portas em entrevista ao Jornal Público (Andrade, 2014)



—  
regulação técnica continuará a estrangular a emergência de iniciativas benéficas para a resolução de problemas locais. Será da vontade política que poderá haver espaço para explorar, prototipar e assumir que no desenho e no decorrer destes processos terá de se assumir o risco e a capacidade de errar em qualquer das suas fases.

Num momento em que a emergência de novas patologias sociais surgem associadas aos tais territórios ‘eficientes’ na produção quantitativa de habitação, mas não qualitativa na sua sustentabilidade social – megaempreendimentos de habitação social ‘guettificados’ – fica pendente neste trabalho um futuro repto: fará sentido rever os benefícios dos programas experimentais, como foram o Programa SAAL, a Iniciativa Bairros Críticos ou os Programas BIP/ZIP em Lisboa, estudando-os em profundidade em todas as suas dimensões e tendo em vista novas soluções integradas aos problemas de amanhã?

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

—

## VIII. Referências

### Bibliográficas:

- Albarello, Luc et al (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva;
- Amaro, Roque (2011) “Projecto ECOS”, *A crise económica. Revista de economia solidária* 3, Edição da ACESSA - Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, Ponta Delgada.
- Andrade, Sergio (2014) “Quando os moradores (também) foram protagonistas da arquitectura”, *Ípsilon – Jornal Público de 10/5/2014* (Online) Disponível em: <http://www.publico.pt/n1635240> [acedido a 12 de Outubro de 2014]
- Antonini, Ederson Rogerio (2011), *O que é Autoconstrução Assistida?* (Online) Disponível em: <http://edersonantonini.wordpress.com/2011/10/30/o-que-e-autoconstrucao-assistida/> [acedido a 20 de Abril de 2013]
- Araújo, Ana (2010), *Des-sub-urbanizar, O papel do arquitecto como mediador entre a cidade formal e a cidade informal*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Lisboa, FAUTL.
- Baia, João (2012) *SAAL e Autoconstrução em Coimbra, Memórias dos Moradores do Bairro da Relvinha 1954-1976*, Castro Verde, Editora 100 Luz.
- Bandeirinha, José António (2007), *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade
- Barca, Fabrizio (2009), *An Agenda for a Reformed Cohesion Policy: A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*. Relatório independente preparado a pedido de Danuta Huebner, comissária para a Política Regional, CEC, Bruxelas. (Online) Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-09-642\\_pt.htm?locale=fr](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-09-642_pt.htm?locale=fr) [acedido a 21 de Novembro de 2013].
- Cattani, António David et al (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.
- Coelho, António Baptista (2008) “Entre casa e cidade, a humanização do habitar”, *Revista opúsculo* 18, dafne editora, Porto.
- Corbin, J., e A. Strauss (1998, 3ªed). *Basics of Qualitative Research*, London, Sage.
- Cordovil, Isabel (1988) *Participação em Programas de Realojamento no Concelho de Oeiras de 1974 a 1988, Monografia de conclusão de curso*, Lisboa, ISPA.
- Cordovil, Isabel et al (1981) *Estudo Sócio-Económico da Associação de Moradores do Bairro 25 de Abril de Linda-a-Velha*, Oeiras, C.M.Oeiras.

- Corrêa, Edvaldo (2010) *Autoconstrução assistida surge como alternativa para executar habitações populares*. (Online) Disponível em:  
<http://www.edvaldocorrea.com.br/2010/12/autoconstrucao-e-uma-boa-alternativa.html>  
[acedido a 20 de Abril de 2013]
- Dias, João (2007) *As Operações SAAL*, produção de Abel Ribeiro Chaves, Lisboa, Midas Filmes.
- Freitas, Maria João (2010) “Áreas urbanas em crise - das tensões e exigências de abordagens integradas e de co-produção colectiva de soluções”, *Revista Sociedade e Trabalho* 41, pp. 167-182.
- Friedman, Yona (1974, 2000) *Utopies réalisables*, Éditions de l'éclat Disponível em:  
<http://recherche-action.fr/download/Livres%20num%C3%A9riques/Utopies%20r%C3%A9alisables.pdf> [acedido a 22 de Outubro de 2014]
- Friedmann, John (1992) *Empowerment: The Politics of Alternative Development*, Oxford: Blackwell.
- Galinha, Iolanda e Pais Ribeiro (2005) “História e Evolução do Conceito de Bem-Estar Subjectivo.”, *Psicologia, Saúde e Doenças* 6, pp.203-214.
- Heidegger, Martin (2002) 8ª ed., *Ensaaios e Conferências*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- Henriques, José Manuel (2006) *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning with European Experimental Programmes*, Tese de Doutoramento, ISCTE, Lisboa. (Online) Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/273/1/Tese%20de%20Doutoramento\\_Jos%C3%A9%20Manuel%20Henriques.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/273/1/Tese%20de%20Doutoramento_Jos%C3%A9%20Manuel%20Henriques.pdf) [acedido em 21 de Novembro de 2013]
- Henriques, José Manuel (2007), “Globalização, desintegração local e governança”, em Isabel Salavisa Lança, et al (org.), *Inovação e Globalização: estratégias para o desenvolvimento económico e territorial*, Porto, Campo das Letras.
- Henriques, José (2009), “Social Innovation and Territorial Animation: Contributions from the Equal Community Initiative in Portugal”, *Social Innovation, New Perspectives, Sociedade e Trabalho Booklets* 12, Lisboa.
- Henriques, José (2010) "Ação Contra a Pobreza em Áreas Urbanas em “crise”, *Revista Sociedade e Trabalho* 41, pp. 9-27;
- Hubert, Agnès (2010), *Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union*, Young Foundation. (Online) Disponível em:  
[http://www.net4society.eu/\\_media/Social\\_innovation\\_europe.pdf](http://www.net4society.eu/_media/Social_innovation_europe.pdf) [acedido a 12 de Junho de 2014].
- Ideo, org. (2013) 2ª ed., *Human-centered Design Toolkit*. (Online) Disponível em:  
[http://www.ideo.com/images/uploads/hcd\\_toolkit/HCD\\_Portuguese.pdf](http://www.ideo.com/images/uploads/hcd_toolkit/HCD_Portuguese.pdf) [acedido a 12 de Maio de 2013].
- Illich, Ivan (1979) *O Direito Ao Desemprego Criador, A Decadência da Idade Profissional*, Rio de Janeiro, Editorial Alhambra.

- 
- LNEC (2013) *Participação da Comunidade em Processos de Desenho Urbano e de Urbanismo, Levantamento e descrição de métodos e técnicas*, Relatório 41/2013 – DED/NAU, Lisboa.
- Marks, Nic & Nicola Steuer (2008) *Local Wellbeing: Can We Measure It?*, Young Foundation. (Online) Disponível em: <http://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2013/02/Local-Wellbeing-Can-we-Measure-it-September-2008.pdf> [acedido a 22 de Outubro de 2014]
- Montgomery, Charles (2013) *Happy City, Transforming Our Lives Through Urban Design*, Londres, Penguin Books.
- Portas, Nuno et al (1976), “SAAL Architectes, quel avenir?” *L’architecture d’aujourd’hui* 185, pp. 78-81.
- Portas, Nuno (1986) “O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local”, *Revista Critica de Ciências Sociais* 18-20, pp. 634-644,
- Portas, Nuno (coord.) et al (2013), *Habitação Para o Maior Número. Portugal, os Anos de 1950-1980*. Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana; Câmara Municipal de Lisboa.
- Quivy, Raymond ; Campenhoudt, Luc (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Roseta, Helena (2013) *Mudar a política de habitação em Lisboa: Regras do jogo, caminho feito, novos desafios*, Lisboa, Pelouro da Habitação da CML.
- SAAL, Conselho Nacional do (1976) *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Lisboa, Conselho Nacional do SAAL.
- Santos, Paula (2005) “Entrevista a Rogério Roque Amaro: Toda a Economia deveria ser Solidária”, *Pessoas e Lugares* 31, Junho/Agosto, Disponível em: [http://www.esquerda.net/media/rogerio\\_roque\\_amaro.pdf](http://www.esquerda.net/media/rogerio_roque_amaro.pdf) [acedido a 22 de Outubro de 2014]
- Turner, John (1976) *Housing by People*, Londres, Marion Boyars Publishers.

**Sites:**

- <http://desis-network.org> (*DESIS - Design for Social Innovation towards Sustainability*) [acedido a 20 de Abril de 2013]
- <http://habitat.aq.upm.es/lbbpp.html> (*HABITAT II Programa de Buenas Prácticas*) [acedido a 20 de Abril de 2013]
- <http://socialinnovation.ca> (*Centro para Inovação Social do Canadá*) [acedido a 12 de Março de 2013]

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

–

## *IX. Anexos.*

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

IX.1. A - Grelha analítica: guiões de entrevistas e categorias de entrevistados.

DIMENSÕES do quadro de análise:	nº de entrevistados:						
		2	2	2	2	2	
	Questões / Grupo:	Liderança	Processo	Dinâmica	transmissão de memória	olhar externo	
social	1	1. Vive aqui no bairro há quanto tempo?	X		X	(*) 1. Vive aqui no bairro há quanto tempo? Lembra-se de quando veio viver para aqui?	(*) 1. Quando e por quanto tempo trabalhou aqui no bairro?
a)	2	2. Construiu a sua família aqui? Quem são?	X		X		
a)	3	3. Onde vivia antes de vir para o bairro?	X		X	(*) 2. Conhece o lugar onde os seus pais viveram antes de virem para o bairro?	(*) 2. Onde vivia na altura em que trabalhava aqui no bairro?
a)	4	1. Como caracteriza a promoção do SAAL? Como teve conhecimento deste programa?		X		(*) 3. Ouviu falar do SAAL - Serviço Ambulatório de Apoio Local? O que era?	
a)	5	4. Que idade tinha na altura e o que fazia?	X	X	X		
a) b)	6	5. Que 'sonhos' tinha na altura?	X		X	X	
política	7	3. Quando teve conhecimento do Bairro 25 de Abril? Que ideia fazia do bairro antes de vir para cá?					X
e)							
a) b) c)	8	6. Lembra-se como surgiu a ideia da construção do bairro? e a construção da Associação de Moradores?	X	X	X	(*) 6. Sabe como surgiu a ideia da construção do bairro? e a construção da Associação de Moradores?	(*) 4. Sabe como surgiu a ideia da construção do bairro? e a construção da Associação de Moradores?
d) g)	9	4. Quem escolheu o território e a comunidade?		X			
a)	10	7. Conhecia os restantes membros da Associação? Havia algum tipo de laço ou confiança entre os sócios? E a equipa técnica, como os conheceu?	X	(*) 5. Já conhecia anteriormente algum morador do bairro?	X		(*) 5. Já conhecia anteriormente algum morador do bairro?
a)	11	8. Que ideais tinha na altura? Fazia parte de algum movimento político? Pertencia a alguma associação ou colectividade antes do SAAL?	X	X	X		
a)	12	9. Qual o seu papel no início da Associação?	X	(*) 7. Quais as suas funções na Associação e qual o seu papel neste processo?	X		
	13	7. Qual o papel da Associação de moradores neste bairro?				X	X



Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

d)g)	14	8. Como foram abordadas as pessoas para a construção do bairro? Como conseguiram conquistar confiança para começar o processo?		X			
várias a) c)	15	10. Descreva-me como se processava uma reunião "normal" no início da associação? Havia algum tipo de regras? Quem moderava?	X	X	X		(* ) 8. Lembra-se ou sabe como decorriam as reuniões no início da associação de moradores antes ou durante a construção do bairro?
técnica 2) 1)	16	11. Que temas relativos ao projecto de habitação e de urbanismo foi mais debatido e qual o mais controverso?	X	X	X		
a)	17	12. Que capacidades individuais e colectivas tinha, ou não tinha, nessa altura?	X	(* ) 11. Que tipo de capacidades tinha este grupo de moradores? Havia falta de competências no arranque do processo? Quais?	X		
a)	18	13. Que outros acontecimentos eram promovidos pela associação? Havia muita adesão pelos sócios? Eram abertos a outras pessoas ou restritos?	X	(* ) 12. Outros eventos/acontecimentos eram promovidos pela Associação? O que era espontâneo nessa comunidade e o que era estimulado pela equipa técnica?	X		(* ) 9. Que outros acontecimentos eram promovidos pela associação? Chegou a participar em algum? Quais? X
f)	19	14. Como e quem conseguia gerir as expectativas do grupo ao longo do processo de construção das casas? Estavam todos os sócios mobilizados?	X	X	X		
a)	20	14. Alguma vez teve dúvidas sobre a viabilidade desta iniciativa?		X			
c)	21	15. O que considera ter sido fundamental para que se tenha conseguido a participação da maioria dos moradores?	X	X	X	X	X
d)	22	16. Como classifica ou descreve a participação dos moradores? (teria sido suficiente serem apenas "chamados" na definição funcional do bairro e do fogo?)		X			
3)	23	16. Para além das casas também se construíram outros equipamentos sociais, quais? Quem propôs a existência desses equipamentos no bairro?	X	X	X	X	

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

	24	17. Como viveram esta experiência? Como um "sonho"? Uma oportunidade? Uma fantasia? Houve momentos de desânimo? como os superaram?	X	(* 18. Como viveram esta experiência? Como uma oportunidade? Uma utopia? Não tiveram medo de não corresponder às expectativas dos sócios da Associação?	X		
g)	25	18. Como caracteriza a liderança da Associação no seu arranque?	X	(* 19. Como caracteriza a liderança desta acção?	X	X	
a)	26	20. Na entrevista que lhe foi feita sobre o bairro a determinada altura diz: (ler excerto da entrevista de I.C. a N.V. de 1988: "...Tinha 26 anos. Tive a responsabilidade de agarrar num bairro que tinha sido iniciado, e em todo o conflito que havia com a empresa J.Pimenta que abandonou a obra por imposição da Associação(...) Foi um trabalho muito exigente para quem não tinha experiência, mas penso que todo o apoio recebido quer pela parte da minha equipa, quer pela parte dos moradores, a sua pressão em ter casa, o agarrarem-se aos técnicos como tábuas de salvação, penso que foi o que fez com que se ultrapassasse tudo. Foi importante a equipa ser toda de gente muito nova. Foi uma entrega total. Hoje em dia seria muito mais difícil." Porque é que foi importante a equipa ser jovem? Porque é que disse que hoje isso era mais difícil?		X			
condições de possibilidade FUTURO?	27	21. Na conjuntura que vivemos hoje, se fossem criadas oportunidades de novos SAAL, qual seria o impacto de equipas técnicas jovens?		X			
f)	28	21. Numa determinada fase da obra, por falência da construtora J. Pimenta, tiveram de assumir a gestão das empreitadas e contratar directamente alguns trabalhadores. Foi importante eles terem participado 'com a mão na massa' na construção das casas ou na sua fiscalização?		X			
2)	29	22. Alguns já trabalhavam na construção civil, ainda assim, tiveram de lhes passar mais conhecimentos de obra e construção ou eles tinham já capacidade para efectuar os trabalhos?		X			
a)	30	19. Que tipo de reacção teve a sua família quando começou a ver a estrutura da casa erguida?	X	(* 24. Como descreve as reacções dos moradores quando começaram a ver a estrutura da sua futura casa erguida?	X	X	

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

d) g)	31	20. <i>Que tipo de participação teve na construção do seu bairro e da sua casa?</i>	X		X	(*) 12. <i>Que tipo de participação teve a sua família na construção do seu bairro e da sua casa?</i>	(*) 9. <i>Conhece que tipo de participação tiveram os moradores na construção do bairro?</i>
d) 3)	32	21. <i>Tinha conhecimentos de obra e construção na altura?</i>	X		X		
b) c)	33	22. <i>E os vizinhos? Havia bom ambiente no bairro? (se sim, o que contribuiu para esse bem estar?)</i>	X	(*) 25. <i>Havia bom ambiente no bairro? (se sim, o que contribuiu para esse bem estar?)</i>	X	X	(*) 10. <i>Havia bom ambiente no bairro? (se sim, o que contribuiu para esse bem estar?)</i>
a)	34	23. <i>E hoje, gosta de aqui viver? Porquê? Como caracteriza o ambiente no Bairro?</i>	X	(*) 26. <i>E hoje, gosta de aqui vir? Porquê? Como caracteriza o ambiente no Bairro?</i>	X	X	(*) 11. <i>E hoje, gosta de aqui vir? Porquê? Como caracteriza o ambiente no Bairro?</i>
a)	35	27. <i>Quando deu por finda a sua missão?</i>		X			
d) g)	36	24. <i>As obras no espaço público, também foram propostas pela Associação. Que uso têm hoje? Quem faz a manutenção destes espaços?</i>	X	X	X		(*) 12. <i>As obras no espaço público, também foram propostas pela Associação. Que importância têm para o bairro?</i>
condições de possibilidade FUTURO?	37	25. <i>Houve obras de manutenção e melhoria da sua casa nestes anos? Quem as fez? houve algum apoio da Câmara ou da Associação?</i>	X		X	X	
	38	26. <i>Hoje há algumas casas com pequenos problemas de manutenção/reabilitação no bairro. Porque se chegou a esta situação?</i>	X	X	X	X	
c) f)	39	27. <i>Se houvesse capacidade a Associação conseguiria mobilizar os actuais moradores para umas 'brigadas de reabilitação' à semelhança do que se conseguiu no tempo do SAAL? Haveria interesse para os moradores?</i>	X	(*) 30. <i>Se houvesse uma pequena equipa técnica com a Associação conseguir-se-iam mobilizar os actuais moradores para umas 'brigadas de reabilitação' à semelhança do que se conseguiu no tempo do SAAL? Poderia ser um factor catalisador de dinâmicas colaborativas/solidárias?</i>	X	X	
condições de possibilidade FUTURO?	40	28. <i>Hoje, que há casas para todos (?), o que é que a associação poderá fazer pelo ou para o futuro do bairro?</i>	X	X	X	X	X

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

	41	29. Como pode ser a liderança da Associação no futuro?	X	X	(*) 26. Como acha que será a liderança da Associação no futuro?	X	X
b)	42	30. O que se proporcionou aos moradores do bairro para além da possibilidade de viverem numa casa?	X	X	X	X	X
condições de possibilidade FUTURO?	43	31. Este processo foi diferente da construção de muitos outros bairros. Porque acha que ele se distingue dos demais?	X	X	X	X	X
e)	44	32. Como é visto este bairro pelos bairros vizinhos e pelas pessoas de Linda-a-Velha?	X	X	X	X	X
d) 4)	45	33. Que grau de confiança e que grau de autonomia vos foi dado? E de que forma isso foi, ou não benéfico?	X		(*) 36. Que grau de confiança e que grau de autonomia foi dado aos envolvidos? E de que forma isso foi, ou não benéfico?		
	46	XX. Algum dia considerou poder viver neste bairro? Porquê?					X
2)	47	37. Agora que temos algum afastamento temporal, considera que houve empowerment destas pessoas? Que condições se revelaram necessárias para a promoção de autonomia, democracia, participação, e aprendizagem dos envolvidos?		X			
3)	48	38. Com base na sua experiência, onde está o ponto de equilíbrio entre a assistência e a autonomia deste processo?		X			
1) 2) 3)	49	34. Sentiu-se alguma diferença quando a equipa técnica do SAAL acabou e deu lugar à autarquia?	X		X		
3)	50	35. Quais as características dos membros da equipa SAAL?	X		X		
condições de possibilidade. FUTURO?	51	36. Se não tivesse vindo para aqui onde acha que teria ido viver?	X		X		
	52	37. Se estivesse agora a construir a sua família onde e como tentaria ter casa própria?	X		X	X	X
	53	38. Se houvesse necessidade de casas para os seus netos que oportunidades haveria aqui no bairro de lhes proporcionar uma casa nova ou reabilitada? Gostaria de os ter por aqui?	X		X	X	X
	54	39. Na sua opinião, hoje em dia seria possível "reproduzir" esta experiência? Porquê?	X	X	X	X	X
	55	40. Há algum aspecto de que não tenhamos falado e que gostasse de referir?	X	X	X	X	X

IX.2. B - Quadro: Distribuição etária da população do Bairro 25 de Abril em 1981.  
Estudo sócio-económico (Cordovil et al, 1981)

QUADRO I		DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO					
		681 TOTAL		337 MASCULINOS		344 FEMININOS	
ESCALÕES		N	%	N	%	N	%
0 - 4 ANOS		69	10.1	33	4.8	36	5.3
5 - 9 "		85	12.5	39	5.7	46	6.8
10 - 14 "		66	9.7	32	4.7	34	5.
15 - 19 "		64	9.4	33	4.8	31	4.6
20 - 24 "		54	7.9	30	4.4	24	3.5
25 - 29 "		67	9.8	31	4.6	36	5.3
30 - 34 "		50	7.3	33	4.8	17	2.5
35 - 39 "		33	4.8	16	2.3	17	2.5
40 - 44 "		31	4.6	13	1.9	18	2.7
45 - 49 "		38	5.6	20	2.9	18	2.7
50 - 54 "		31	4.6	18	2.7	13	1.9
55 - 59 "		30	4.4	12	1.8	18	2.7
60 - 64 "		31	4.6	16	2.3	15	2.2
65 - 69 "		12	1.8	7	1.	5	0.7
70 - 74 "		8	1.2	2	0.3	6	0.9
+ 75 "		12	1.8	2	0.3	10	1.5

Notas: Número médio de pessoas/família = 3,5 ; % - percentagem em 681  
"População Activa" - 15 a 64 A = 429 = 63% " " "

QUADRO I.A.		DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO < 10 A.			
ESCALÕES < 10 A.		154 TOTAL	72 MASCULINOS	82 FEMININOS	
0 - 2 ANOS		38	20	18	5.6 / 2.9 / 2.7
3 - 5 "		52	25	27	7.6 / 3.7 / 4.
6 - 9 "		64	27	37	9.4 / 4. / 5.4

IX.3. C - Entrevistas:

IX.3.1. 'Liderança'

#		Liderança 1: Carlos Penedo, 63 anos	Liderança 2: Fernando Rosendo, 67 anos
1	1. <i>Vive aqui no bairro há quanto tempo?</i>	36 - 37 anos	36 anos
2	2. <i>Construiu a sua família aqui? Quem são?</i>	a minha filha já nasceu aqui, o meu filho já vinha lá de baixo, já vivia com a minha mulher antes de vir para aqui.	já era casado e já tinha os 2 filhos antes de vir aqui para o bairro.
3	3. <i>Onde vivia antes de vir para o bairro?</i>	vivi numa barraca que era na estrada da Rocha, depois mudei um bocadinho para melhor, foi para uma vivenda, que era uma casa degradada, tinha casas de banho colectivas, que se chamava "Vivenda Aninhas"... Era aí que eu vivia antes de vir para o bairro...	Alto de Santa Catarina, em Linda-a-Velha, era um aglomerado de barracas.
4	4. <i>Que idade tinha na altura e o que fazia?</i>	Quando a associação foi fundada eu estava na marinha. Tinha 24 anos.	Na altura era pintor da construção civil tinha por volta de 30 anos.
5	5. <i>Que 'sonhos' tinha na altura?</i>	<p>ah! Os sonhos eram muitos... Primeiro, foi formar a associação, que levou longos meses na discussão dos estatutos, depois, (...)</p> <p>O meu sonho foi sempre o, <b>não só lutar por uma casa para mim mas também lutar por uma casa para acabar com os bairros de barracas aqui em Linda-a-Velha</b>, que eram muitos e toda a gente vivia muito mal, infelizmente... não havia casas-de-banho, as pessoas faziam nas latas e despejavam nos contentores, era degradante... o sonho, meu e de outras pessoas que me acompanharam, alguns mais velhos do que eu, já não estão cá alguns, foi lutar por termos uma casa condigna, uma habitação condigna, e fazer todo o esforço para que isso acontecesse... <b>depois também tivemos uma grande sorte, veio para aqui uma equipa SAAL, que foi uma equipa do serviço ambulatório local, foi uma coisa excepcional</b>, tivemos aqui uma pequena chamada Isabel Cordovil, e depois atrás dela veio um rapaz engenheiro que era o Nuno Vasconcelos, que foram uma mais-valia que se não fosse com o apoio deles, por muita vontade que nós tivéssemos política, que nós politicamente eramos um bocado apagados... mas pronto, fomos espertos para a questão, embora eu na marinha já tivesse tido umas luzes de política, mas poucas, pois era proibido, não é, como se sabe... e <b>depois fomos espertos, fomos evoluindo, acabámos por perceber que isto era uma luta e nós é que tínhamos é que os tínhamos de apoiar a eles para que eles nos pudessem apoiar a nós</b>. Então foi uma luta um bocado difícil, mas conseguimos.</p>	<p><b>Só a partir do 25 de Abril é que eu comecei a poder ter sonhos... até lá eu trabalhava na construção civil, vivia num bairro de barracas e não tinha outra perspectiva de vida que não fosse aquela...</b> E a partir do 25 de Abril é que começou tudo a mudar... <b>apareceram as equipas SAAL, e a partir dessa altura em que começamos a ser esclarecidos é que começámos a pensar em ter uma casa, e então organizámo-nos para ter uma casa</b>, o objectivo principal era esse. Aí passou a ser um sonho.</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

<p>6. Lembra-se como surgiu a ideia da construção do bairro? e a construção da Associação de Moradores?</p>	<p>A ideia da associação foi sempre com o apoio da equipa SAAL, ainda pensámos se fariamos uma cooperativa mas não, nessa altura houve a ideia do associativismo, então formámos uma associação para fazer o bairro. A DGRU pagou as infraestruturas, salvo erro, uma empresa fez as infraestruturas, nós vinhamos dia-a-dia acompanhar as obras do bairro. Depois foi o projecto das casas, tudo era discutido pelos sócios desta casa, não havia nada que não fosse discutido pelos sócios, qual era a melhor performance que podíamos utilizar com menos custos, e depois chegámos à conclusão que tínhamos aqui espaço para fazer 192 fogos, que era o que era necessário para realojar aquela gente. E fizémos ainda a creche, o centro de dia com o apoio da câmara, o centro do ATL só com o apoio da obra, o polidesportivo e a Sede da Associação. Esta primeira obra foi adjudicada à J.Pimenta, que depois por dificuldades financeiras deixou a obra parada alguns meses. Tivémos aqui uma direcção de obra muito forte, o Nuno nunca deixou isto parar. Acabámos por fazer a obra por administração directa. No início só tínhamos o apoio de 60 contos por fogo, mais tarde passou para 90, mas o restante dinheiro foi pedido pela a Associação à Caixa Geral de Depósitos que nos concedeu o empréstimo e nós pagámos no prazo estipulado. Também tivémos aqui uma boa técnica de contas, que era a Margarida Guimarães, a Guida, ela dava apoio à equipa SAAL.</p>	<p>A ideia partiu da equipa SAAL, era uma organização que foi informando pelos bairros esclarecendo os moradores. ... a partir do esclarecimento formaram-se comissões de moradores de 7 bairros de barracas, Começamos a ter reuniões em todos os bairros com os representantes de cada comissão, e mais tarde constituímos a associação 25 de Abril. Para termos a associação a funcionar precisámos de ter uma sede, então ocupámos uma casa aqui, a vivenda dos Cravos. Foi a nossa sede durante alguns anos até vímos mesmo para o bairro. Depois de criada a Associação fomos escolher o terreno, com a ajuda da câmara e com a equipa que tivemos aqui connosco. A câmara cedeu-nos o terreno com a cedência de superfície e depois tivemos apoio de um subsídio a fundo perdido de 60 contos por fogo, e foi com ele que começámos a fazer a obra, <b>claro que para fazermos a obra precisámos de apoio técnico, nós eramos analfabetos ou semianalfabetos e tudo gente das barracas.</b> Veio para aqui o Nuno Vasconcelos, a Isabel Cordovil a Margarida Guimarães, tudo pessoas que pertenciam ao SAAL, organizaram isto, conseguimos o projecto com um arquitecto também da equipa, aliás foram feitos vários anteprojetos e depois nós escolhemos um. Depois adjudicámos a obra a uma empresa, a J Pimenta, só que a empresa entrou em crise... acabámos por ter de rescindir o contrato e <b>começámos a fazer a obra por adjudicação directa.</b> O Eng.ª Nuno foi a figura principal, era o responsável pela engenharia do projecto, o Arq. Silva de Carvalho também era, mas depois em obra havia coisas que nós queríamos alterar e ele não estava de acordo com as alterações e acabou por desistir da responsabilidade do projecto. Mas o Nuno, que também era engenheiro, assumiu o projecto. Então avançámos, tomámos a posse administrativa da obra. <b>Tudo o que fazíamos era aprovado em assembleia geral, não era a equipa SAAL que decidia nada, nem por nenhum director individualmente, eu na altura era presidente da direcção e fiquei a tomar conta da obra, fiquei na obra como responsável da obra. E fomos avançando...</b> fez-se um faseamento para se poder ir entregando casas, eram 192, fogos o que nós queríamos era tirar as pessoas das barracas.... <b>a atribuição dos fogos era feita em assembleia geral... foi feita uma proposta de critérios, a equipa é que orientava isto, as pessoas entravam para as casas conforme a colaboração que tinham com a associação, a contribuição, o acompanhamento, o numero de sócio e as condições habitacionais, essa era uma das questões principais, aqueles que tinham piores condições tinham prioridade, mas aqueles que colaboravam. Acabaram por vir todos, mas pesava aqueles que colaboravam. Assim se fez o bairro.</b></p>
<p>7. Conhecia os restantes membros da Associação? Havia algum tipo de laço ou confiança entre os sócios? E a equipa técnica, como os conheceu?</p>	<p>Não, não eram pessoas da minha amizade, que eu era muito mais novo do que eles... A gente juntou-se derivado à comunidade pela luta pelo bairro... <b>Nem sequer havia muita ligação. É a equipa que faz com que esta população se junte e que lute por um objectivo, que era o bairro. E a partir daí deixou de haver divergências..</b> Conheci a equipa técnica quando aparece em Linda-a-Velha a Isabel Cordovil a fazer as primeiras reuniões... eu apareço quando a associação já estava quase a ser constituída, na fase dos estatutos... eu estava na Guiné quando venho já estavam a fazer isto... eu entro como o mais novo deles todos. Depois, quando acabámos de fazer a reunião dos estatutos, nessa noite fizemos a ocupação da sede, foi muita giro! Foi dia 11 de Abril de 1976,</p>	<p>Os bairros (de barracas) eram quase todos de Linda-a-Velha e conhecíamos-nos todos mais ou menos, muitos eram filhos de Linda-a-Velha, eramos todos da mesma criação. A equipa técnica conheci quando eles vieram fazer o levantamento das populações nas barracas e foi aí que nos conhecemos.</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

	salvo erro, em que a gente ocupou a sede...	
8	8. <i>Que ideais tinha na altura? Fazia parte de algum movimento político? Pertencia a alguma associação ou colectividade antes do SAAL?</i> ---	Não, <b>nunca pertenci a nenhum partido político, tenho opção política e as minhas ideias</b> , mas nunca pertenci a nada.
9	9. <i>Qual o seu papel no início da Associação?</i> Foi logo o 1º presidente da Associação.	O primeiro cargo era Secretário da Mesa da Assembleia Geral, mas nós aqui somos todos iguais, não há cá presidente disto ou daquilo, embora os estatutos digam isto ou aquilo isto é de todos, ainda hoje as propostas do presidente eu concordo em tudo...
10	10. <i>Descreva-me como se processava uma reunião "normal" no início da associação? Havia algum tipo de regras? Quem moderava?</i> Quem moderava a reunião era o presidente. Ao princípio era eu. Mas as regras era que <b>todos tinham o poder de discutir, tudo era levado em consideração, e era sempre com votação democrática, nunca foi aqui nada aprovado sem ser com votação democrática, nem nunca nos foi nada imposto pela equipa</b> . A equipa aconselhava-nos, nunca nos impôs nada! Pelo contrário, tudo era discutido democraticamente.	Ao princípio ia muita gente, funcionavam bem, melhor do que agora. Ia sempre algum membro da equipa para dar algum esclarecimento, discutia-se tudo, o pormenor das coisinhas todas para as casas... Ao princípio, para conseguirmos o financiamento, tivemos de ter um numero determinado de sócios, 192, e então tivemos quase que pedir por favor a alguns para se fazerem sócios, porque as pessoas não acreditavam. E até tivemos de ir ter com pessoas que até viviam em dificuldades e em casas degradadas, em partes de casas e que não eram prioritários, pois a prioridade eram as das barracas, mas nós precisávamos de arranjar os sócios... mas depois de verem o bairro arranjado já queriam, mas depois já não podiam.
11	11. <i>Que temas relativos ao projecto de habitação e de urbanismo foi mais debatido e qual o mais controverso?</i> ---	<b>Era a questão dos quintais, nos fogos não tínhamos a possibilidade de ter quintais, mas depois fizemos um projecto de horta colectiva, a ideia era fazê-lo num terreno em que todos cultivavam e depois tínhamos a ideia de uma cooperativa que pudesse vender as coisas da horta. Mas isso foram coisas que não se fizeram, mas era a ideia inicial.</b> Eu tinha uma ideia no início, mas isto hoje está totalmente diferente daquilo que era a minha ideia. A minha ideia era que este bairro era da Associação 25 de Abril para os seus moradores, e era sempre a associação! Hoje já não é, as casas foram vendidas aos moradores, mas isso não era o objectivo principal, só surgiu porque depois das casas estarem feitas era preciso conservá-las e a Associação estava sem capacidade financeira para o fazer e não poderia recorrer a um empréstimo pois o terreno era da câmara e não havia nenhuma entidade bancária que nos empresta-se o dinheiro com esta condição. Para resolver esta embrulhada, a câmara resolveu por tudo em seu nome e colocar tudo em propriedades autónomas para depois vender cada uma individualmente, mas as casa já estavam pagas, o terreno é que ainda não era nosso... mas na realidade não comprámos o terreno, apenas fizemos o contrato da casa. <b>Eu acho é que as casas deveriam ser sempre da Associação, pois o que aconteceu é que muitos moradores pagaram as casas e depois desistiram de ser sócios... Agora as assembleias gerais são uma vergonha, vem muito poucos... Quando esta mesa agora voltou a tomar posse conseguiu ainda mobilizar quase 100 sócios na assembleia geral, mas tem vindo a reduzir para os 20 e tal... nós temos</b>



Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

		<p>problemas com o centro-de-dia e precisávamos do apoio de todos, mas não, só os corpos gerentes é que têm andado com isto.</p>
12	<p>12. Que capacidades individuais e colectivas tinha, ou não tinha, nessa altura?</p>	<p>---</p> <p><b>A capacidade que tinha era trabalhar todos os dias (risos) tinha muita responsabilidade</b>, com a falência da construtora eu era representante do dono de obra, negociava as empreitadas, todos os pagamentos passavam pela minha mão... <b>tivemos cá mais de 100 trabalhadores...</b></p>
13	<p>13. Que outros acontecimentos eram promovidos pela associação? Havia muita adesão pelos sócios? Eram abertos a outras pessoas ou restritos?</p>	<p>---</p> <p>A Associação promovia <b>desporto, futebol, as festas de aniversário da Associação... corridas de sacos... Atletismo... aquelas brincadeiras com a bolacha na farinha... Aquelas brincadeira da aldeia, está a ver? Jogar à malha, matraca, para os miúdos jogarem... isto era importantíssimo!</b> Hoje é uma pena que a juventude, os miúdos... eles brincavam por aí, jogavam à bola... faziam travessuras...era diferente...era uma comunidade diferente... esta 2ª geração, que até já é a 3ª se calhar, hoje não tem já aquelas vivências...porque nós eramos muito pobres... aliás ainda hoje continuamos a ser todos muito pobres... há alguns que tem mais 5 tostões e que se podem considerar ricos... eu ainda hoje me considero um pobre... <b>porque eu, se não fosse este bairro, se calhar ainda hoje não tinha uma casa, tá a ver? era muito complicado, se calhar, se não fosse este bairro eu não teria tido a oportunidade de comprar uma casa, era muito complicado...</b> Os acontecimentos eram todos abertos à população! Aliás nós convidávamos todas as Associações de moradores, cooperativas, aqui mais perto tínhamos muitas... tínhamos sempre orgulho em convidar, aliás os nossos estatutos serviram de base para outras associações, a 18 de Maio pediu-nos os estatutos para se constituírem... embora eles tivessem também um ótimo técnico, um curtido... que foi jornalista, agora até já está reformado, mas continua a apoiar a associação, ajuda no jornal do bairro o "18 de Maio"...como a Isabel funciona aqui ainda hoje... isto que está aqui também é um filho deles também... é um filho meu e daquelas pessoas que se apaixonaram por isto... <b>vou ser muito franco: isto é o meu primeiro filho! eu tenho um amor à associação... não me consigo ver fora aqui do bairro.</b></p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

14	14. Como e quem conseguia gerir as expectativas do grupo ao longo do processo de construção das casas? Estavam todos os sócios mobilizados?	As pessoas estavam mobilizadas para aquilo que fosse preciso, sempre! Nas reuniões... Quando era preciso ir à câmara pressionar... <b>Havia umas velhotas que eram muito giras, eram pessoas espectaculares, estavam sempre a meu lado, sempre a apoiar-me, essas mulheres nunca faltaram a uma reunião, se não houvesse transporte elas até não se importavam de ir a pé, eram umas lutadoras incansáveis por este bairro, nunca me poderei esquecer, nunca.</b>	---
15	15. O que considera ter sido fundamental para que se tenha conseguido a participação da maioria dos moradores?	Uma grande mobilização. A maior parte das pessoas no início não acreditavam, <b>quando começaram a ver o terreno aí as pessoas começaram a acreditar... Foi fundamental termos o terreno.</b> E nessa altura já tínhamos à volta de 100 pessoas, sempre em manifestações, era a avó, a filha, a neta, elas conseguiam trazer os miúdos, era uma luta constante, e depois íamos à câmara, aqui, ali, íamos para o Fundo Fomento, ali na Praça de Espanha... <b>na altura o ministro era o Eduardo Pereira, eu cheguei a ter reuniões com o ministro das obras públicas,</b> eu a Isabel na praça do Comércio...	---
16	16. Para além das casas também se construíram outros equipamentos sociais, quais? Quem propôs a existência desses equipamentos no bairro?	Foi o Nuno Vasconcelos e a Isabel, foram eles que identificaram, nós talvez não estivéssemos despertos, eles disseram-nos "vocês vão precisar disto" e fizemos a Sede, o Polidesportivo, o Centro de Dia... Mas o Centro foi com a Câmara.	---
17	17. Como viveram esta experiência? Como um "sonho"? Uma oportunidade? Uma fantasia? Houve momentos de desânimo? como os superaram?	Houve momentos de desânimo, sim, foi no 25 de Setembro, quando se dá aquele ataque aos ralis, a direção abandonou toda a Associação, com medo, diziam que os comandos vinham tomar conta disto, ainda nós estávamos na Quinta dos Cravos, <b>então quem lá ficou a tomar conta da sede foram 3 pessoas: eu, a Isabel e o Luís Paquito, nós os 3 dormimos lá todas as noites. A Isabel Cordovil que é uma mulher muito grande, é pequenina mas é muito grande.</b> Foi difícil, toda a gente tinha medo de ser preso. A partir daí a Associação voltou a reorganizar-se e assim foi até hoje.	<b>Eu a partir da altura em que se organizou a comissão de moradores e comecei a ser esclarecido pela equipa fiquei convencido que se ia construir tudo, acreditei que ia conseguir uma casa, aquilo para mim já não era sonho, era uma realidade...</b> Até eu ir para a tropa eu vivi sempre em barracas...
18	18. Como caracteriza e a liderança da Associação no seu arranque?	Foi um arranque difícil, mas com coragem, com ambição, com amor e muita perseverância, tivemos muita luta, mas valeu a pena. Perderam-se noites, dias, íamos para as manifestações, com as velhotas... Era uma coisa louca...ia tudo, era espetacular! Tenho muitas saudades desses momentos.	Eu era optimista, a associação em si não tinha capacidade se não fossem esclarecidos, não eram pessoas politizadas, eram quase analfabetas, era difícil, embora eu nunca me tenha metido em políticas, fui para a tropa sem saber ao que ia...
19	19. Que tipo de reação teve a sua família quando começou a ver a estrutura da casa erguida?	A minha família era só eu e a minha mulher, nesse momento, foi uma alegria, mas nós nem sabíamos qual é que ia ser a nossa casa! Que isto das casas não era assim... Depois de feitas as casas, foi feita a entrega, e era por condições de necessidade de habitações, os directores não eram privilegiados! eram sempre discutidos democraticamente em reuniões.	A minha mulher desejava muito ter uma casa... Antes do SAAL eu trabalhava nas obras e tive um contacto para ir viver para uma casa de porteira em que a minha mulher ficaria a trabalhar como porteira, mas nessa altura já tinha um filho e acabei por não aceitar pois queria ir para este bairro. E a minha mãe é que me apoiou mais, mas ela é que andava sempre com as bandeiras...
20	20. Que tipo de participação teve na construção do seu bairro e da sua casa?	Nenhum, era tudo gerido pela obra.	<b>Fui director da obra.</b>
21	21. Tinha conhecimentos de obra e construção na altura?	Tinha poucos. Mais tarde quando passei a ser fiscal de obra é que ganhei conhecimentos. Mas tivemos aqui bons encarregados. Estava um rapaz aqui à frente disto, que era o Fernando Rosendo, que tinha algum conhecimento de obra, e estava bem entregue... e ao Nuno, estava muito bem entregue.	<b>Eu trabalhava na pintura, mas depois aprendi aqui muito na obra, com os engenheiros, os arquitectos, e também não era parvo nenhum...</b> Depois quando acabei a obra nunca mais fui trabalhar para a pintura, <b>depois comecei a trabalhar por minha conta, aprendi aqui muita coisa neste bairro... aliás, isto foi a melhor coisa que me aconteceu na vida.</b>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

<p>22. E os vizinhos? Havia bom ambiente no bairro? (se sim, o que contribuiu para esse bem estar?)</p>	<p><b>Muito bom ambiente! Ali na minha rua há um ambiente espetacular... Não há um vizinho que se dê mal com o outro. Aliás, o meu vizinho da frente tem a minha chave e eu tenho a dele, está a ver a confiança, isto já não se usa hoje...</b> A velhota que vive ao lado bate-me na parede quando se sentia mal... <b>Antes, quase ninguém tinha carro e quando a minha filha nasceu eu arranjei um empréstimo e comprei um carrito para levar a miúda... o meu carro era a ambulância do bairro, descia aqui uma pessoa "ó Carlos, precisamos de ir pró hospital!" lá ia o Carlos... ou então ia o de outra pessoa que tivesse carro.</b> Havia aqui uma solidariedade que não existe hoje. Hoje já quase nem se querem conhecer uns aos outros, é uma tristeza. Infelizmente... Mas na minha rua não, ainda há solidariedade e apoiamo-nos muito uns aos outros, na minha rua da frente e na da parte de trás ainda há muita solidariedade.</p>	<p>Aqui, nunca tive problemas com os vizinhos. Os vizinhos têm de ser bons para haver boa vizinhança... Eu dou-me bem com todos mas dou-me bem é mesmo com os da minha rua... No início as pessoas vieram de um bairro de barracas e queriam fazer das casas uma barraca, as pessoas queriam fazer casotas grandes, mas eu como fiscalização eu era o 'mau da fita' pois, seguia o que estava nos estatutos, dizia-lhes "tens de partir" e os gajos começaram a tomar-me de ponta...</p>
<p>23. E hoje, gosta de aqui viver? Porquê? Como caracteriza o ambiente no Bairro?</p>	<p>Aah! Nunca na minha vida sairei daqui! Só quando morrer... <b>O ambiente do bairro hoje é bom, não temos grandes problemas, embora haja aí alguns miúdos... Mas são travessuras, eu já fui jovem como eles e compreendo, não fumam drogas duras, mas fumam aqueles charritos e às vezes tornam-se inconvenientes ao virem fumar aqui para a porta. Mas não são miúdos que provoquem desacatos, eu só lhes digo para não virem para aqui. Eu, se pudesse, era o primeiro a tentar arranjar-lhes um sitio só para eles estarem, eu compreendo a juventude de hoje.</b></p>	<p>Sim, porque o bairro tem um bocado de mim, porque gosto de Linda-a-Velha e porque nunca tinha vivido numa casa e gosto da minha casa, do sitio... <b>Comparando com os outros bairros é bom, é sossegado,</b> não se faz como no princípio, não se deixam portas abertas... mas agora a juventude já não é a mesma, houve uma altura em que eu pensei que era uma malta virada para a droga, mas agora já não, agora aparecem com malta de fora a fumar, não fazem distúrbios, mas dá mau ambiente, afasta os sócios, pois é malta que não é de cá.</p>
<p>24. As obras no espaço público, também foram propostas pela Associação. Que uso têm hoje? Quem faz a manutenção destes espaços?</p>	<p>Foi tudo discutido com a associação, aliás <b>todos estes muretes foram feitos pela associação, pela direcção de obra, a Câmara não gastou aqui um tostão.</b> A manutenção é feita pela Câmara.</p>	<p>Foi tudo proposto pela associação. A manutenção dos jardins é a câmara, o coreto é a Junta de Freguesia que faz a manutenção, nós fomos pedir um subsídio para fazer obras quando ele estava um bocado degradado, mas a Junta disse que aquilo era espaço público e que não podia ser feito por nós, então eles é que fazem a manutenção... ainda tem muito uso, fazemos lá os santos populares, as comemorações do 25 de Abril, antes fazíamos tudo com muita pompa e circunstância, mas agora as cotas não dá para nada...</p>
<p>25. Houve obras de manutenção e melhoria da sua casa nestes anos? Quem as fez? Houve algum apoio da Câmara ou da Associação?</p>	<p>A minha casa não tem obras de alteração nenhuma, só tem obras de manutenção, e foi picar as paredes exteriores, tirar as humidades, pintá-la e mais nada. Interiormente, a minha casa está de origem como eu a recebi até hoje. E não tive nenhum apoio.</p>	<p><b>Houve nos primeiros anos enquanto a associação pôde, em que se fez a pintura do bairro exterior. Outros problemas de canalizações era a associação que fazia, mas depois deixámos de conseguir...</b></p>
<p>26. Hoje há algumas casas com pequenos problemas de manutenção/reabilitação no bairro. Porque se chegou a esta situação?</p>	<p>De reabilitação não há, há é pessoas que ainda não compraram o terreno das casas.</p>	<p>A partir de uma certa altura a Associação começou a ter problemas financeiros quando começámos a ter o centro-de-dia e não se podia fazer obras de manutenção. Temos um problema grave nos telhados. Na altura colocámos coberturas em fibrocimento, hoje sabemos que já não se usa e têm apenas um tempo limitado de vida ... há muitas casas que ainda não substituíram o telhado, incluindo a minha.</p>
<p>27. Se houvesse capacidade a Associação conseguiria mobilizar os actuais moradores para umas 'brigadas de reabilitação' à semelhança do que se conseguiu no tempo do SAAL? Haveria interesse para os moradores?</p>	<p>Não. <b>Hoje as pessoas estão desmobilizadas, não digo que não haveriam 3 ou 4, mas a maioria já é a 2ª geração, já não têm a força política e a capacidade que as velhotas tinham, eram mais velhos, menos letrados, mas com muito mais inteligência.</b> Esta malta hoje ainda não abriu a pestana, foi uma geração que teve uma vida muito facilitada e tudo lhes caiu do ar, não lutaram para ter nada, e hoje não têm a capacidade política. Hoje estou convencido que era muito complicado mobilizar, daquilo que eu me apercebo... As nossas reuniões faziam-se com 90, 80 sócios, hoje temos 20, 30...</p>	<p>Agora não, porque as casas agora já são deles, era quase impossível... Só se você o meu vizinho que me pedisse para eu o ajudar ou vice-versa... Só se a câmara, por exemplo, pudesse pagar pelo menos os materiais... e mesmo assim não sei se as pessoas se mobilizavam... o bairro já não é da associação.</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

28. Hoje, que há casas para todos (?), o que é que a associação poderá fazer pelo ou para o futuro do bairro?	A associação precisa de continuar a ser o elo de ligação entre os moradores menos esclarecidos e a Câmara, ajuda-los e mobilizá-los. Estamos a tentar fazê-lo por blocos, a tentar que se organizem para criar uma espécie de condomínio, para se pintar os telhados, pintar as paredes, para que cada um fosse pondo uma 'migalhinha' todos os meses para fazer obras por lotes, um fundo de maneio. Mas vamos ver se conseguimos.	A associação já não pode fazer nada, que as casas já são das pessoas. Já não podemos intervir na casa de cada um.
29. Como pode ser a liderança da Associação no futuro?	É complicado... Lá está, não se foram formando quadros, a associação estagnou 20 anos, veio para aqui uma geração que se fechou à população, eram sempre os mesmos e não conseguiram implantar aqui sangue novo. Foi um erro gravíssimo. A minha ideia é que na direcção houvesse sempre mulheres e jovens, para lhes inculcar o 'bichinho' da Associação, é um bichinho que se incute... é uma coisa a que as pessoas vão ganhando amor... agora há aí 4 directores novos vamos lá ver se eles são capazes de implantar isto.	Neste momento isto está muito complicado... estamos ali no Centro-de-dia a dar assistência a idosos e não temos subsídio, e não conseguimos tê-los apenas com aquilo que eles pagam... Estamos a tentar ter o subsídio da Segurança Social... mas tivemos aqui problemas com a anterior direcção, deixaram a associação quase falida, deixaram cessar os protocolos com a câmara e a segurança social... mas vamos ver se conseguimos voltar a ter apoios.
30. O que se proporcionou aos moradores do bairro para além da possibilidade de viverem numa casa?	Proporcionou-se <b>o convívio entre as pessoas, faziam-se aqui bailes todas as semanas... as pessoas vinham ver televisão, beber café à Associação... Não havia as máquinas de café que há hoje para as pessoas terem em casa, então elas vinham beber aqui, os velhotes vinham aqui beber o seu copinho de vinho depois de vir do trabalho... esse convívio foi fundamental... que é o que se perdeu hoje...</b>	<b>Proporcionou-se usufruírem dos equipamentos que se fez, o centro-de-dia, o ATL, a creche, a sede, duas caves que neste momento uma está alugada a um ginásio, temos um espaço para as pessoas que queiram fazer festas, baptizados, temos um salão nobre... para além das casas têm o bem-estar! ...que isto aqui é melhor do que viver ali no centro de Linda-a-Velha, aqui é sossegado... para mim não há melhor!</b>
31. Este processo foi diferente da construção de muitos outros bairros. Porque acha que ele se distingue dos demais?	<b>Este processo foi muito diferente dos outros bairros SAAL... foi único! ...teve a sorte de ter uma equipa técnica deslumbrante, e nunca perdeu o ritmo, fomos um exemplo no país, porque nós nascemos do zero e quando fechamos, fechamos com tudo, com infraestruturas todas feitas, com a creche, o ATL, os equipamentos necessários ao bairro...</b> e depois quando tivemos os empréstimos sempre cumprimos com as nossas obrigações, nunca fomos chamados à atenção de atrasos, cumprimos sempre!	Porque houve <b>muito mais empenho da associação e da equipa SAAL, eram pessoas que se aplicaram e defendiam sempre a associação</b> , por exemplo, na obra as empresas, as fábricas, a quem nós comprávamos os materiais, queriam oferecer dinheiro ao engenheiro, mas ele nunca aceitou, tinha de ser tudo para a associação... ali na 18 de Maio começaram a fazer as casas primeiro do que nós, mas alinharam num partido, e depois, por causa das politiquices conseguiram o subsídio a fundo perdido mas depois não conseguiram empréstimo... ficaram para trás, teve de ser a câmara a fazer-lhes as casas...
32. Como é visto este bairro pelos bairros vizinhos e pelas pessoas de Linda-a-Velha?	---	Há várias opiniões, e por causa do nome "25 de Abril" porque há pessoas que acham que o 25 de Abril foi um desastre, tudo o que seja "25 de Abril" não gostam, mas <b>as que conhecem o bairro têm uma boa impressão do bairro e gosta.</b>
33. Que grau de confiança e que grau de autonomia vos foi dado? E de que forma isso foi, ou não benéfico?	---	<b>nós é que propusemos e conseguimos fazer isto...</b> A Câmara é que expropriou o terreno e cedeu à associação, <b>a associação foi autónoma, e depois conseguiu obter o empréstimo... a única entidade que intervinha na associação era o Fundo Fomento Habitação, a única que intervinha, pois nós tínhamos o dinheiro deles.</b>
34. Sentiu-se alguma diferença quando a equipa técnica do SAAL acabou e deu lugar à autarquia?	Aqui o SAAL acabou mas a equipa técnica transitou para a autarquia mas sempre a dar apoio à Associação. Depois ao longo do tempo é que foi passando para a câmara, a equipa técnica nunca deixou de acompanhar tudo até ao final da obra. Nunca nos sentimos desprotegidos, pelo contrário, mesmo depois de a equipa técnica estar só na câmara, ainda continuou a dar apoio, como ainda hoje ainda o fazem, quando é preciso estão cá sempre. Isto também é um filho deles.	Não, nenhuma, porque eles foram sempre os mesmos, passaram do Fundo Fomento e passaram para a Câmara, até acho que foi bom para eles.
35. Quais as características dos membros da equipa SAAL?	Tenho muita dificuldade em falar deles, para já, são pessoas todas formadas mas de uma simplicidade... Conseguem descer ao nível da pessoa que está abaixo delas... <b>elas conseguem-se pôr no lugar dessa pessoa e conseguem transportar a outra pessoa para o lugar deles... são de uma capacidade de mobilização extraordinária, porque foram pessoas do mais simples possível</b> , nunca houve aqui tratamentos de Sr. tal, era um tratamento de igual para igual. Parece que não, mas isso era uma forma de cativar sempre as pessoas, havia uma grande cumplicidade com a	<b>Eram jovens, empenhados, trabalhadoras...</b> Eram pessoas de esquerda, no início não estavam filiados em partido nenhum.

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

	população, não era preciso "Ó Sr. Eng.º..." era "Ó Nuno! Ó Isabel!" <b>havia aqui uma cumplicidade como uma irmandade, não tendo nada a ver com a Igreja, mas havia aqui uma família, faziam parte desta casa.</b>	
36. Se não tivesse vindo para aqui onde acha que teria ido viver?	Não sei... Era difícil... Se não fosse o 25 de Abril não sei se não continuaria a viver em barracas... <b>O 25 de Abril foi a coisa mais maravilhosa que aconteceu em Portugal para mim... e depois foi o aparecer desta equipa, que foi uma coisa do outro mundo, espetacular...</b> o 25 de Abril foi das coisas mais maravilhosas, embora muita gente não se lembre e está-se a perder... A juventude hoje vai ter que agarrar outra vez para lutar, para se defender, porque já se estão a amargurar muito...vai ser difícil, mas eu penso que vão ter de reagrupar para lutar por aquilo que queremos, senão qualquer dia vai acabar muita coisa... a saúde está a acabar, estão a tirar tudo às escolas, qualquer dia onde é que vamos pôr os miúdos? vamos ter de lutar outra vez, muito, se calhar ainda não vai ser no meu tempo... eu estou com muita pena desta juventude, porque como lhes caiu muita coisa "de paraquedas" eles não se aperceberam que é preciso lutar para ter as coisas, e agora como se está a retirar tudo, se eles não lutarem, eles vão ficar na miséria... os ordenados vão baixar, como é que eles vão viver? Têm de se reorganizar outra vez, nos sindicatos, nas associações de moradores, nas cooperativas, e tomar outra vez a força da luta, só assim é que a gente consegue fazer mover os governos, o estado, dar a volta a isto, se a malta não se mexe, eles estão "de cavalinho"... eles querem é que a malta discuta o futebol, que não discutam política, discutam o futebol, já estão como o Salazar... é o que eu penso!	No início era a tal casa de porteira, era uma maneira de ter uma casa mais barata.
37. Se estivesse agora a construir a sua família onde e como tentaria ter casa própria?	Sempre neste bairro se pudesse. O meu filho e a minha filha tivemos de ser eu e a minha mulher a ajudá-los para terem casa.	Teria de ser sempre em Linda-a-Velha. Eu agora alugaria uma casa, com a situação do país não me arriscaria a comprar uma casa... <b>Como isto está há casais jovens desempregados, com filhos com encargos brutais, se não forem para uma barraca vão ter de ir para debaixo da ponte...</b>
38. Se houvesse necessidade de casas para os seus netos que oportunidades haveria aqui no bairro de lhes proporcionar uma casa nova ou reabilitada? Gostaria de os ter por aqui?	Aqui no bairro não dá porque não temos casas vazias nem terrenos vagos. Claro que gostaria de tê-los aqui, a minha neta está cá sempre na nossa casa... Vem para cá quase todos os dias. <b>E se calhar a nossa casa ainda vai ficar para ela, é a nossa herdeira.</b>	Neste momento não há hipótese, temos uma lista de espera de sócios que se alguma casa vagar entram por prioridade, mas os meus filhos nem sequer estão em lista de espera. Aliás, quando a lista foi feita nem pensávamos que as casas iam ser compradas individualmente. <b>Mas gostava de os ter aqui. Quando eu morrer a minha casa será para eles.</b>
39. Na sua opinião, hoje em dia seria possível "reproduzir" esta experiência? Porquê?	Eu acho que é muito difícil. <b>Hoje o governo não dá oportunidade de discutirmos isto com eles, antes era fácil a gente reunir com o ministro, hoje a gente nem consegue falar com o secretário de estado, nem com o assessor, quanto mais... Eu falei algumas vezes com o Eduardo Pereira! Hoje há uma afastamento muito grande dos governantes do povo. O povo hoje não tem acesso... nem quase à Câmara, hoje os presidentes da Câmara mandam para o assessor, para o secretário, hoje se chegarmos ao presidente será quase só por amizade.</b>	Eu acho que não. O mundo está mudado. O 25 de Abril não foi só uma consequência de Portugal, tinha de acontecer naquela altura, tinha muitas influências estrangeiras... havia a guerra no Ultramar... Agora, da maneira que isto está, não há nenhum golpe de estado que melhore a situação. Eu vejo guerra por todo o mundo, nós estamos a viver numa situação pior do que a 2ª guerra mundial, não é aqui na Europa, é com os desgraçados que estão a morrer por todo o mundo...

<p>40. Há algum aspecto de que não tenhamos falado e que gostasse de referir?</p>	<p>Esta associação está a tentar relançar o centro de dia, há <b>muitos velhotes a precisar</b>, estamos a tentar ter apoio da segurança social, mas está a ser muito complicado... <b>A câmara também nos deu 27 latas de tinta para pintarmos isto tudo, vamos lá ver...</b></p>	<p><b>Eu gostava que esta associação pudesse continuar mais uns anos...</b> Não sei se vão ser muitos... (...) <b>nós aqui já somos uns cambada de velhos, não conseguimos mobilizar jovens (Uma jovem equipa SAAL conseguiria ajudar a mobilizar jovens?) talvez... Eles vão às primeiras reuniões e depois não metem cá os pés, é uma cambada de conversa de velhos... Agora temos aqui um rapaz, ele é uma pessoa formada, é dessa gente que a associação precisa de gente que saiba o que está a fazer... não pode ser como nós funcionávamos, que eramos massa bruta, isso já foi chão que deu uvas, tínhamos a mentalidade do 25 de Abril, mas isso, o poder popular, já não pode ser levado assim... há anticorpos e os resultados em vez de serem positivos são negativos...</b></p>
---	--	--

IX.3.2. 'Processo'

#	Processo 1: Isabel Cordovil (62 anos)	Processo 2: Nuno Vasconcelos (61 anos)
1	<p>1. Como caracteriza a promoção do SAAL? Como teve conhecimento deste programa?</p> <p>A 1ª pessoa que me falou deste programa foi o meu irmão João, que já tinha tido experiência de viver em barracas, dois dos meus irmãos viverem em bairros de barracas, os dois economistas que também tinham uma série de contactos com o Teotónio Pereira, Nuno Portas e uma série de arquitectos que estiveram na origem do SAAL. Eu fui contactada pelo meu irmão João para ir ter uma entrevista com o arquitecto Santa-Rita, porque também já tinha tido experiência na Curraleira na experiência de cursos de adultos de alfabetização e tinha o curso de psicologia.</p>	<p><b>Tive conhecimento deste projecto através da Isabel Cordovil, que foi a chefe de equipe, talvez a única que não era nem arquitecta ou engenheira</b>, ao início só sabia que era para acabar com as barracas, que haveria uma intervenção com as populações e que havia dinheiro disponível. E depois foi uma certa criatividade de cada equipa e talvez por isso é que todas as operações SAAL tenham sido tão divergentes, <b>a nossa equipe funcionou bastante bem, até porque tivemos uma adesão da população muito forte e uma Associação de moradores muito forte que participou muito conosco... que tinha uma vantagem, relativamente a muitas outras, não estava partidarizada, portanto não havia influencia dos partidos</b> e isso foi muito importante. A seguir do 25 de Abril toda a gente queria 'arrebancar' para o seu partido o A ou B ou o C. A nossa equipa tinha essa vantagem, a Isabel podia ser militante do MES, mas <b>eu era mais militante de causas do que outra coisa e o arquitecto também não era militante de nada e isso foi bastante importante</b>. Isso foi talvez o que nos diferenciou mais do que todas as outras operações... E há um papel muito importante, <b>a Associação de moradores também era muito dinâmica</b>, as pessoas que estiveram no princípio, <b>eram pessoas com quem nós poderíamos contar</b> e o exemplo mais flagrante é quando a empresa faliu houve logo a disponibilidade de directores passarem a tempo inteiro a trabalhar connosco.</p>
2	<p>4. Que idade tinha na altura e o que fazia?</p> <p>22 anos, quando me é proposto colaborar no projecto SAAL eu estava acabada de concluir a licenciatura no ISPA, fazia trabalhos variados, colaborar em contabilidade em empresas, enfim... Biscates... Tinha realizado entrevistas e inquéritos para estudos de mercado, tinha experiência a dar aulas a adultos ...e vivia na rua, como toda a gente na altura do PREC, era militante política. na altura a nossa vida aquilo que nós tínhamos de fazer para ganhar dinheiro era absolutamente secundária, quando em Agosto é lançado o projecto SAAL pelo visionário Nuno Portas e por outros amigos, decidimos envolvermos nessa ideia. Ainda em Setembro é me proposto lançar o projecto SAAL em Linda-a-Velha, a mim, que era uma recém licenciada em Psicologia, <b>o que eu tinha no currículo era: conhecer o que eram barracas, experiência com cursos de adultos, era uma militante política, era uma activista na frente anticolonial, tinha uma rede de relações nas quais se incluíam arquitectos que tiveram na origem do SAAL</b> e muitas pessoas que trabalhavam há anos na ligação do movimento estudantil e as barracas. Todas essas pessoas são recrutadas para integrar equipas SAAL, quer em Lisboa, quer fora. A partir de Outubro vou propor uma reunião na junta de Carnaxide, onde eu vou propor à população que vivia em 9 zonas degradadas que se organizassem para fundar um movimento para criar um bairro novo. Olhando para trás, <b>como era possível uma pessoa de 22 anos ser ouvida por pessoas por uma assembleia de pessoas que viviam em barracas, que na altura eram mesmo muito pobres? e tudo isto acontecer de maneira a que as pessoas confiassem? claro que isto foi acompanhado por notícias do jornal, o processo SAAL era público, mas era impressionante a confiança que podia ser transmitida por uma pessoa jovem</b></p>	<p>Eu tinha sido expulso do Técnico faltava-me 1 ano quando foi o 25 de Abril, por apenas ter sido delegado de curso... Fui dar aulas para o liceu do Barreiro e estava aí quando a Isabel me desafiou, eu deveria ter 21 anos.</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

	<p><b>licenciada, ainda não tinha na altura o arquitecto ou o engenheiro, estava apenas o presidente da junta de freguesia, eu nem me apresentei como Psicóloga, as pessoas nem sabiam o que era, deviam pensar que era para tratar do sofrimento...</b> portanto eu apresentei-me como representante do Fundo Fomento Habitação que só era viável se as pessoas se organizassem... não sei o que eu terei dito, mas o ambiente político não poderia ser mais favorável. Chegar a uma comunidade que não usa a escrita, que vive só da cultura oral, que sabe tudo sobre carências habitacionais, mas que têm imensas competências ao nível da vizinhança, e ser credível... o que estava no decreto era perfeitamente compreensível, estando eu lá para esclarecer.</p>		
3	<p>6. Lembra-se como surgiu a ideia da construção do bairro? e a construção da Associação de Moradores?</p>	<p>A ideia de construção da Associação estava contida no decreto lei, o SAAL para além dos princípios utópicos revolucionários do direito à cidade, e do direito à autoria, portanto a pessoa que procura resolver o problema é também autora do caminho, mas não é autor individualizado, é em comunidade. A base era uma organização local, haver apoio autárquico e depois identificarem-se os recursos necessários... identificar o terreno próximo das pessoas... as vidas das pessoas eram respeitadas. <b>A base era a sua capacidade de acreditar numa ideia e fazer um enorme esforço de partilha do tempo</b>, de todos os recursos que pudessem ter para reunir conhecerem as suas situações. Por exemplo, os inquéritos eram feitos pelas pessoas, que nos apresentavam aos seus vizinhos, que se faziam nos bairros eram feitos com residentes desse núcleo na presença de 2 técnicos, era uma conversa sobre as condições em que cada família estava a viver ali. Os técnicos não surgiam como detentores do conhecimento, mas sim como detentores de procedimentos. A base associativa era identitária.</p>	<p><b>A ideia partia inicialmente de um projecto de autoconstrução</b>, e para isso tinha de haver um movimentos de massas que organizasse. A primeira preocupação nossa foi <b>tentar descobrir líderes locais de maneira a organizar as populações</b>, consciencializar... e as pessoas daquela zona sabiam exactamente quais eram os terrenos disponíveis, por exemplo, eram pessoas que nos ajudaram muito nesse campo, não fomos nós que fomos procurar os terrenos disponíveis, foram os moradores que nos disseram que há um terreno ali ou acolá e vamos lá ver quais são as melhores hipóteses, aqui há um papel muito importante dos moradores.</p>
4	<p>4. Quem escolheu o território e a comunidade?</p>	<p>O terreno é discutido entre todos com base em dados objectivos: quais os terrenos disponíveis com a capacidade de conter o número de casas pretendidas.</p>	<p>O organismo central definiu que ali na zona de Linda-a-Velha havia um numero de bairros de barracas que haviam ali, uns 9 ou 10. A localização é uma proposta da equipa baseada no conhecimento dos moradores.</p>
5	<p>(*) 5. Já conhecia anteriormente algum morador do bairro?</p>	<p>Não.</p>	<p>Não.</p>
6	<p>8. Que ideais tinha na altura? Fazia parte de algum movimento político? Pertencia a alguma associação ou colectividade antes do SAAL?</p>	<p>[Questão já respondida]</p>	<p><b>Não, os ideais era de alguém que queria mudar o país e tinha alguma consciência política</b>, eu sempre tinha sido pró-ativo no meu tempo de estudante, dei aulas a adultos na Curraleira, fui preso, tive uma acção de delegado de turma no Técnico e acabei por ser expulso, tinha uma consciência política já forte, nomeadamente acabar com a guerra, mas nunca no sentido partidário. <b>Eu lutava por causas</b>, e ainda hoje me oriento por isso mas com menos ilusões.</p>



Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

<p>7</p> <p>(*) 7. <i>Quais as suas funções na Associação e qual o seu papel neste processo?</i></p>	<p>Era o que fosse necessário... Eu tinha de reportar ao Fomento Habitação, coordenava e era elo de ligação. Tive o papel de contactar 1 arquitecto e 1 engenheiro, ainda mais novo do que eu, para integrar a equipa. <b>Eramos uns gaiatos mas com uma utopia comum</b>, que estávamos completamente empenhados em fazer o que necessário fazer, <b>sabíamos que tínhamos recursos no total enquadramento legal</b>, mas nós nem lhe chamávamos isso, porque nós <b>vivíamos totalmente no quotidiano</b>, com um <b>sentido de urgência</b>, tínhamos a sensação que o que estava a acontecer em cada dia era tudo estratégico, <b>não havia uma visão a longo prazo</b>, nem uma programação muito certinha... não havia horários diferentes do trabalhar e viver. Um compromisso que era muito envolvente naquilo que são as necessidades para quem precisa de nós, e que são moradores pobres, nós estamos a entrar na 'casa' deles, como é que se vive com a chuva de uma maneira regular, <b>as condições reais de viver e dormir em bairros de barracas entra em nós aquelas necessidades</b>, como profissionais somos completamente envolvidos pelas pessoas, não somos nós que estamos a envolver as populações... Depois passa por fazer um guião de entrevistas, garantir um financiamento, e tudo passa a ser integrado, o sentido de urgência é a principal planeamento. Todos nós nos tornámos aprendizes do que era preciso fazer, mergulhámos todos, eu senti-me arquitecta, o meu colega sentiu capaz de entrevistar em profundidade... isto é muito assim até começarmos a obra, tudo muito partilhado. Agora, com a nossa gramática de agora diríamos "<b>isso era muito voluntarista, não especializado</b>", se calhar, mas isso é agora, na altura as nossas palavras eram outras, eramos militantes do poder popular, nós estávamos completamente envolvidos pela dinâmica de um poder popular. Havia uns bons líderes que foram logo identificados e que eram verdadeiros mestres, <b>só se fossemos pessoas muito limitadas é que tínhamos resistido a aprender com eles.</b></p>	<p>Eu fiz um pouco uma ligação entre projecto e dinamização cultural. Os projectos iniciais não foram feitos por mim. Era uma ponte entre o sector social e o sector técnico e mais tarde assumi-me mesmo como engenheiro, primeiro como fiscal e depois como director da obra.</p>
<p>8</p> <p>8. <i>Como foram abordadas as pessoas para a construção do bairro? Como conseguiram conquistar confiança para começar o processo?</i></p>	<p>A 1ª circunstância em que eu contacto foi numa assembleia de moradores de barracas numa sede de um clube recreativo, onde os 9 pequenos núcleos tinham algum contacto. Eu fui apresentada pelo presidente da junta de freguesia como porta-voz deste programa do governo e propor às pessoas que se organizassem. O PREC era o PREC, as pessoas estavam preparadas para se colocarem a querer resolver os problemas que sentiam. A promessa do SAAL era muito clara: vamos acabar com as barracas! e ter direito a outras casas, e essas casas serem perto do sítio onde vivemos... era um discurso muito claro, ter confiança dependia de através de quem é que nós chegávamos a falar com as pessoas... o presidente da junta era uma pessoas em que as pessoas reconheciam que estava perto deles, por outro lado falar-se em decisões dos governos e em organismos públicos, não era uma coisa que gerasse desconfiança, como agora talvez fosse. Ara um clima era todo favorável a acreditarmos que estávamos a salvar o mundo em que estávamos a viver... e eram pessoas com base nas relações faladas, na oralidade, não eram pessoas com a cultura de leitura e escrita, portanto a palavra de honra era uma coisa que inspirava confiança... e no PREC o ambiente de esperança... apesar de eu ter 22 anos.... o que é que isto tem a ver com o que estamos a viver? nada...</p>	<p>As pessoas viviam mesmo muito mal... <b>Quando se abre a hipótese de se ter casa nova as pessoas todas aderem</b>, nós tivemos uma grande adesão em massa. Mesmo quando ainda não havia projecto e quando se começou a fazer uma acção de sensibilização, com filmes que as pessoas nunca tinham visto, a sala estava sempre cheia. Era impressionante. <b>As pessoas tinham consciência que não era um partido que estava por trás mas sim algumas pessoas que queriam levar para a frente um determinado projecto.</b> As pessoas não tinham um mínimo de condições em casa... eu próprio me surpreendi... (...) que eu nunca me senti sozinho naquela empreitada, <b>a Isabel era um factor muito importante, foi um pilar muito importante em todo o processo...</b> mas acho que <b>também tivemos sorte com as pessoas que apanhámos, não tivemos 1 líder, tivemos 3 ou 4 líderes</b> e isso foi muito importante. Não havia só uma alternativa, havia várias alternativas, tivemos alguma sorte de apanhar <b>pessoas com capacidade intelectual, de pensarem bem e de mobilizarem as pessoas...</b> isso foi muito interessante.</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

<p>9</p> <p>10. Descreva-me como se processava uma reunião "normal" no início da associação? Havia algum tipo de regras? Quem moderava?</p>	<p>Era engraçadíssimo. Nas grandes assembleias a maioria eram <b>as mulheres, base social entusiasta</b>, sabem imenso de casa, das condições da habitação, intervêm imenso e fazem de tudo para a associação nascer. Quando é preciso fazer reuniões onde há pessoas que devem ser consideradas representantes dos bairros, altera-se completamente a proporção, são os homens e poucas mulheres, mas houve algumas, as com mais lata ou que se conseguiam impor aos maridos. A ordem de trabalhos típica eram 3 pontos: informações, decisões e diversos. Nas informações era apresentados factos variados sempre acompanhadas por esclarecimentos dos técnicos que acompanhavam as reuniões. As decisões era um ponto que tentávamos conseguir sempre para continuar a trabalhar para os projectos ou o financiamento. E o ponto Diversos era um outro ponto onde todas as questões eram possíveis... Estou-me a lembrar de um boletim que fizemos da Associação de Moradores vê-se uma coisa que foi muito importante, que é <b>"aprendermos a participar em reuniões"</b>, umas regras que eram importantes... ainda hoje já participei em reuniões, de condomínios, em que aqueles básicos não foram partilhados... <b>é revolucionário, pôr pessoas em que não usam nem a leitura nem a escrita a organizaram-se, como se passou também noutras frentes de luta, como foi a reforma agrária, as pessoas aprenderam a reunir e decidir em reunião</b> que das experiências mais profundas que um técnico, um profissional pode fazer.</p>	<p>Sempre houve um princípio que <b>não eramos nós equipe que liderávamos as reuniões</b>. A intervenção a este nível tinha de ser sempre pelas populações, nós tínhamos sempre muito cuidado, preparávamos as assembleias com as direcções, mas era a direcção que dirigia as assembleias, depois se havia algum esclarecimento mais técnico obviamente nós falávamos e mostrávamos os projectos, mas <b>as reuniões eram sempre dirigidas pela a associação</b>.</p>
<p>10</p> <p>11. Que temas relativos ao projecto de habitação e de urbanismo foi mais debatido e qual o mais controverso?</p>	<p>O terreno é discutido entre todos com base em dados objectivos: quais os terrenos disponíveis com a capacidade de conter o número de casas pretendidas. Outro tema muito discutido foi a obra ter sido administrado directamente. (...) outro tema foi a forma de caracterizar as condições de habitação... feita pelos moradores.</p>	<p>Seria fazer um bocado de demagogia dizer que isso foi debatido... As pessoas estavam-se nas tintas para isso, <b>elas queriam é uma casa!</b> ...foi mais proposto do que outra coisa. O terreno que foi escolhido não dava para prédios em altura, e ainda bem, aqui a equipa teve um papel importante de influenciar e dizer que os fogos em duplex eram mais baratos e as pessoas, praticamente, vivem numa moradia... e isso era muito importante... o processo da barraca para a casa eram ultra doloroso, são condições completamente diferentes, <b>as pessoas têm de fazer uma aprendizagem, e isso foi muito importante um período entre o projectar e o fazer</b>. Isso também me serviu de experiência aqui para a Câmara, em que fui convidado para director dos serviços de habitação e nós tínhamos uma preparação, 6 meses antes de as pessoas serem realojadas começávamos a trabalhar com elas, a explicar como é que se deveria tratar da casa, etc. Quanto à concepção do projecto, obviamente, as pessoas não tinham ideia. <b>As pessoa queriam uma casa mas igual àquelas que elas estavam habituadas a ver</b>, onde as mulheres muitas vezes trabalhavam a dias, o comum para elas, tudo o que fosse diferente era negativo.</p>
<p>11</p> <p>(*) 11. Que tipo de capacidades tinha este grupo? Havia falta de competências no arranque do processo? Quais?</p>	<p>Eu achava que tinha experiência a lidar com pessoas, com cursos de adultos... Sabia o que era viver em barracas... Confiava muito no curso que tinha feito de Psicologia, achava que tinha capacidade para ouvir e compreender a experiência dos outros, o sofrimento, os desejos de resolver problemas e portanto eu tinha confiança que tinha uma formação, principalmente humana, política e cultural para conseguir resolver os problemas que iriam aparecer com o SAAL, Confiança em mim tinha. ...Eu fazia parte de movimentos políticos e concretamente do MES que tinha uma linha política muito aprofundada aos problemas da habitação, nós tínhamos há anos reflexão sobre o que isso era, desde as cheias em Lisboa. As barracas estava no nosso movimento estudantil há anos.</p>	<p><b>Nós tivemos muita sorte eles lideraram</b> a associação interassociações, tínhamos na Associação <b>pessoas com grande capacidade de mobilização, de levar para a frente e de perceber como eram as coisas</b>.</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

<p>12</p> <p>(*) 12. Outros eventos/acometimentos eram promovidos pela Associação? O que era espontâneo nessa comunidade e o que era estimulado pela equipa técnica?</p>	<p>Tudo aberto. A sede era uma casa degradada abandonada onde todas as 6<sup>as</sup> feiras à noite haviam encontros abertos onde ia acontecendo um programa de decisões.</p>	<p>Fazia <b>todo o tipo de eventos, havia filmes, bailes, concursos, provas de atletismo, tudo o que fosse para mobilizar as pessoas, era importante que as pessoas reconhecessem na associação a sua entidade acolhedora</b>, e nesse aspecto a Associação portou-se sempre muito bem, <b>não era só falar de questões políticas ou filme que tivessem a ver com a revolução, mas era preciso também que as pessoas se divertissem, expandissem as suas mágoas, alegrias... eram as pessoas que organizavam.</b></p>
<p>13</p> <p>14. Como e quem conseguia gerir as expectativas do grupo ao longo do processo de construção das casas? Estavam todos os sócios mobilizados?</p>	<p>Não estavam todos mobilizados. Havia diferenças muito significativas, havia invejas, ciúmes, bairrismos, nos 9 pequenos núcleos. Uma das grandes tarefas era criar encontros entre as pessoas que estavam em núcleos diferentes e que se viam entre si como muito diferentes. Em cada núcleo eram muitas vezes pessoas da mesma terra de origem, que tinham vindo trabalhar para a construção civil. Muitos eram originários do concelho de Moura. As pessoas viam-se uns aos outros como diferentes mas tinham imensa vontade de se relacionar em função dos objectivos prometidos. (a mobilização) era tão diferente que isso foi colocado como critério de atribuição progressiva de casas. Não havia níveis de participação iguais entre futuros residentes, muitos demoraram muito tempo a se inscreverem como sócios... eles, desde o princípio, faziam sucessivos apelos a que as pessoas colaborassem mais, sem isso não havia bairro novo. <b>Nestes moradores havia um punhado de líderes com competências humanas absolutamente raras e que eu ao longo da minha vida não tenho encontrado em muitas pessoas.</b> O sócio que foi convidado para integrar a direcção da obra é um caso excepcional de diversidade de competências e capacidade de liderança e de inteligência, o Fernando Rosendo. Há um outro caso que é o Carlos Penedo que tem competências de liderança invulgares, mesmo no movimento intra-associações era uma das pessoas com mais capacidade de protagonismo. Tinham umas características muito raras que derivam da sua experiência de vida... <b>Os dotes de oradores destas pessoas são deslumbrantes! Nós, equipa técnica, vivemos alguns anos a aprender a falar. Nós reaprendemos a falar claro. O ter reuniões semanais era uma escola para nós.</b></p>	<p>Todos os sócios não, <b>todos queriam casa, mas não estavam todos mobilizados.</b> A mobilização era diferenciada...Aliais os critérios de atribuição das casas tiveram muito em conta o que as pessoas tinham feito para atingir o seu fim. <b>Não foi sorteado mas foi por mérito, quem lutou tinha prioridade.</b> Houve uma decisão tomada por eles, com todo o nosso apoio, que foi quem é que de facto apoiou este projecto e merece ir primeiro.</p>
<p>14</p> <p>14. Alguma vez teve dúvidas sobre a viabilidade desta iniciativa?</p>	<p>Penso que não. Nós tínhamos modos de comparação. Na fase inicial não tínhamos dúvidas porque o ambiente político era muito favorável, o que se pedia era que nós vivéssemos 24 horas por dia dedicados aquilo que era preciso fazer. Portanto as dúvidas voltavam muito para a nossa própria responsabilidade, não eram duvidas de contexto. Por outro lado, em contacto com o Fundo Fomento Habitação, sabíamos que estávamos bastante avançados em relação às outras operações... Não tínhamos muito tempo para pensar, por isso é que as qualidades do projecto ou dos processos, não são aquilo que se poderia dizer que foram sempre as melhores decisões, com os dados que tínhamos, tínhamos muito pouco tempo para funcionar.</p>	<p>Não, mas talvez porque tivesse vinte e poucos anos... Hoje acho que não teria a coragem de fazer isto.</p>
<p>15</p> <p>15. O que considera ter sido fundamental para que se tenha conseguido a participação da maioria dos moradores?</p>	<p>A liderança de moradores. Para garantir a participação dos moradores <b>foi ter havido grandes líderes residentes e a qualidade de relação que se estabeleceu entre a equipa técnica e esses líderes, qualidade fraternal, demos todos a máxima confiança uns aos outros...</b> isso é uma coisa que se transmite... <b>quando uma equipa pluridisciplinar de profissionais, bem informados, estabelece uma relação de confiança muito efectiva</b></p>	<p>A nossa equipe era muito reduzida mas homogénea, era uma equipe coesa e a Associação também. Isso foi a questão fundamental, se houvesse alguma desagregação entre nós as pessoas deixavam de acreditar, e isso de facto nunca aconteceu, as propostas eram sempre aprovadas em assembleia geral por unanimidade, havia dúvidas, as duvidas eram esclarecidas e era aprovado por unanimidade.</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

		<p><b>com as pessoas com quem tínhamos de resolver os problemas, os problemas puxavam por nós.</b> Como pessoas tínhamos de puxar por todas as nossas melhores capacidades, relação humana. Como aspectos secundários, por parte da equipa do Fundo Fomento tivemos <b>reconhecimento, confiança por parte dos serviços centrais e por outro lado em fases decisivas, por parte da autarquia, apoio político.</b></p>	
16	<p>16. Como classifica ou descreve a participação dos moradores? (teria sido suficiente serem apenas "chamados" na definição funcional do bairro e do fogo?)</p>	<p>A participação que foi pedida não teve nada a ver com a definição técnica de tipologias... Participaram nisso tudo, mas os níveis de participação foi o que outros teóricos chamam, que eu só li mais tarde, de empowerment. <b>O nível de participação não foi de auscultação, ou serem envolvidos por nós, quem se envolveu uns aos outros foram os moradores... a liderança, foi uma liderança dos residentes que confiaram totalmente nos técnicos</b> que trabalharam com eles os técnicos foram mudando ao longo da operação, mantivemo-nos só 2 do princípio ao fim e essa relação de confiança foi mudando com as várias pessoas... A promessa era muito envolvente em que ficavam a viver perto do lugar onde estavam, em Linda-a-Velha, se quisessem e conseguissem participar bem era li que iam ficar a viver.... isso foi muito diferente daquilo que mais tarde outros moradores recebiam, a promessa de irem mais tarde para um outro lugar, para uma outra casa que haveria de ser boa de certeza, mas que as pessoas não tinham palavra na elaboração do projecto, ou da escolha do terreno, de nada. Mesmo <b>no processo construtivo houve imensos sócios a trabalharem na obra, eu não chamo a isto um processo típico de autoconstrução, chamo de administração directa da obra, mas aquilo que muitos programas de autoconstrução tentam promover que: é: quem vai utilizar ser também construtor, ali aconteceu pela modalidade de construção que foi adoptada, houve de facto muitos sócios a trabalharem na empresa que se constituiu para construir o bairro. Isso é um nível de participação material importantíssimo.</b></p>	<p><b>Se isto teve sucesso foi derivado da participação das pessoas, este projecto sem a participação das pessoas não seria o que foi.</b> Se verificarmos ao nível do país, não sei se há alguma associação de moradores que se tenha mantido, acho que esta é a única. <b>Aqui na câmara de Oeiras, todos os bairros que eram SAAL passaram para o domínio do município. A Associação 25 de Abril é a que eu conheço que se mantém a gerir o bairro a fazer muitas vezes a fazer a função que deveria ser da câmara,</b> em termos de bairros sociais. E isso tem a ver com a participação, as pessoas sentem que criaram alguma coisa... deram o litro, tiveram muitas noites a trabalhar naquilo e portanto não o querem perder... agarraram-se aquilo "é nosso, fomos nós que construímos e queremos ficar com isto".</p>
17	<p>16. Para além das casas também se construíram outros equipamentos sociais, quais? Quem propôs a existência desses equipamentos no bairro?</p>	<p>Foi o diálogo entre a equipa técnica e os moradores, foi uma coisa que foi acontecendo. A primeira foi a sede da associação, a 'casa' da associação; a existência de um equipamento para a infância. Numa fase mais avançada, já em obra, foi a necessidade de deter um centro para idosos, um centro de tempos livres para crianças e um recinto de polidesportivo. Também estava prevista uma horta comunitária, mas que não foi concretizada, mas foram concretizadas um armazém para uma cooperativa de consumo e um outro para materiais. Cada um destes equipamentos tiveram modelos de financiamento e gestão diversificados.</p>	<p>Foi a equipa técnica que se apercebeu das necessidades. Eram famílias jovens com filhos pequenos, propusemos o jardim de infância, depois o ATL, antes disso foi a sede da Associação e mais tarde é que foi o Centro-de-dia. No meio disto foi o polidesportivo, a zona central de lazer onde podiam passear e havia um forno, onde podiam cozer pão. A equipa técnica sabia das necessidades. As pessoas tinham algum medo do que poderia custar, pois elas ganhavam pouco</p>
18	<p>(*) 18. Como viveram esta experiência? Como uma oportunidade? Uma utopia? Não tiveram medo de não corresponder às expectativas dos sócios da Associação?</p>	<p>Eu diria antes privilégio. Nós, e falando também em nome do engenheiro que esteve ao longo do percurso, <b>tivemos a consciência que aquele programa tinha nascido num tempo, num lugar e com os recursos que nos permitiram que fossemos actores principais de uma experiência de poder popular.</b> Que era a forma em que nós achávamos que era a via de resolver problemas, que era pela via do poder popular. Pessoas da nossa origem de classe poderem ser participantes directos num processo que nós achávamos que era politicamente, socialmente correcto, o que era necessário... havia uma total identidade entre a nossa utopia como pessoas e a nossa formação política, a nossa história e o estarmos a fazer aquilo no terreno. <b>Nem todas</b></p>	<p><b>Foi a experiência mais importante que eu tive na vida, foi o que moldou toda a minha prática profissional.</b> Depois fui convidado para dirigir os serviços municipais de habitação do concelho e tínhamos 5 mil barracas e foi muito importante perceber que o trabalho em equipe é fundamental, ouvir e trabalhar com as populações é fundamental, e um dos grandes êxitos da câmara de Oeiras ao nível da habitação teve a ver com isto. Eu aprendi e a Isabel também. Mesmo no IHRU sempre achei que este era o método certo, antes disso ainda houve o PROQUAL (Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa) que também tinha uma componente forte da participação das populações e eu</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

		<p><b>as pessoas, não era só porque estávamos a viver o PREC, tinham o luxo de ter um trabalho totalmente identificado com a sua utopia, e era o nosso caso.</b> Por outro lado com um nível de responsabilidade para a idade, eu já tinha a licenciatura, mas o engenheiro nem sequer tinha ainda acabado o curso quando foi dirigir a obra. O que estávamos a viver tinha um tempo limitado. Houve muitos factores mas a questão do tempo foi muito crítica.</p>	<p><b>estou convencido que, dentro de pouco tempo, haverá um outro programa porque houve nos últimos tempo um retrocesso muito grande em relação a muitas conquistas ou uma aprendizagem que estes assuntos não se resolvem nem por portaria, nem por decreto lei, resolvem-se trabalhando com as pessoas,</b> consciencializando as pessoas. Não me quero meter agora na questão política, mas acho que houve um retrocesso muito grande relativamente aos últimos tempos.</p>
19	<p>(*) 19. Como caracteriza e a liderança desta acção?</p>	<p>Em cada bairro houve um representante de cada núcleo e depois nas reuniões foram emergindo os líderes que eram capazes de serem ouvidos nos bairros onde não eram residentes. Também se foram desenvolvendo como líderes. Era muito importante a presença de elementos externos, como era a equipa técnica, com 2 homens e 1 mulher, eramos muito novos, acessíveis, eramos o elemento facilitador quando haviam birras entre os moradores.</p>	<p>Acho uma liderança muito forte relativa às convicções e ao nível das pessoas que estiverem à frente dela.</p>
20	<p>20. Na entrevista que lhe foi feita sobre o bairro a determinada altura diz: (ler excerto da entrevista de I.C. a N.V. de 1988: "...Tinha 26 anos. Tive a responsabilidade de agarrar num bairro que tinha sido iniciado, e em todo o conflito que havia com a empresa J.Pimenta que abandonou a obra por imposição da Associação(...) Foi um trabalho muito exigente para quem não tinha experiência, mas penso que todo o apoio recebido quer pela parte da minha equipa, quer pela parte dos moradores, a sua pressão em ter casa, o agarrarem-se aos técnicos como tábua de salvação, penso que foi o que fez com que se ultrapassasse tudo. Foi importante a equipa ser toda de gente muito nova. Foi uma entrega total. Hoje em dia seria muito mais difícil.") Porque é que foi importante a equipa ser jovem? Porque é que disse que hoje isso era mais difícil?</p>	<p>Nenhum de nós vivia para si, para a sua carreira ou para o seu protagonismo. <b>Estávamos numa fase da vida profissional de uma capacidade máxima de dedicação e aprendizagem, e por outro lado com bastante equilíbrio entre nós. Com muito respeito entre nós, pelo trabalho que fazíamos, aprendíamos imensos uns com os outros,</b> talvez as minhas fossem, aparentemente, as que menos úteis para os outros, mas não é verdade.</p>	<p>Eu hoje não conseguia.. Eu às 8 horas estava lá e saía às 8h... eu guiei o dumper durante muito tempo, se não havia ninguém para guiar o engenheiro guiava... <b>Agarrei na pá de pedreiro e pedi que me ensinassem, isso também foi um estímulo para as pessoas que estavam a fazer aquilo, ver o engenheiro a rebocar uma parede, foi uma aprendizagem mas também um incentivo para as pessoas.</b> Hoje eu para abraçar um projecto teria de analisar bem os prós e os contras, <b>naquela altura eu só vimos que aquela era a única solução.</b> Nós queríamos tanto levar aquilo tudo para a frente, tínhamos o apoio tão grande dos moradores que aquilo tinha de ser! <b>Eramos muito jovens e muito conscientes,</b> na nossa juventude, nós <b>começámos a ganhar consciência muito cedo talvez por causa da guerra, eu estava com 16 ou 17 anos e já tínhamos reuniões a pensar na guerra</b> e saber se queríamos ir à guerra ou se fugíamos por que só tínhamos essa hipótese. Esta consciencialização também foi importante, amadurecemos muito mais. Hoje os miúdos com 16 ou 17 anos são umas autênticas crianças. Na altura havia também muita repressão... <b>e depois foi de facto a utopia do 25 de Abril, tudo era possível acontecer.</b></p>
21	<p>21. Na conjuntura que vivemos hoje, se fossem criadas oportunidades de novos SAAL qual seria o impacto de equipas técnicas jovens?</p>	<p>Eu acredito que desde que as pessoas saibam o que lhes é pedido e que seja efectivamente trabalhar em equipa, acho que não é mais interessante equipas só com jovens, mas sim de várias gerações. Mas claro que a capacidade de dar tempo de vida das pessoas jovens, que ainda não têm filhos, que podem trabalhar 24 horas seguidas, que têm saúde. Trabalhar localmente em condições duras de trabalho têm de se estar em boa forma.</p>	<p>Tenho muitas dúvidas. O que o Nuno Portas, em termos teóricos, conseguiu fazer aprovar não foi aquilo que foi concretizado, não há nenhuma obra de autoconstrução no SAAL e acho que em termos económicos poderia ter sido desastroso. Estamos a falar de uma população muito pobre, muito heterogenia, alguns são da construção civil outros não, aquele modelo era completamente inconcretizável. Remetendo aos tempos actuais, vejo logo uma grande dificuldade que era ultrapassar a lei e ali foi completamente ultrapassada a lei. Hoje apontaria para aquilo que foi feito no IHRU com os Bairros Críticos, que se concretizou parcialmente ali na Moita... na fase final não houve financiamento e morreu... um futuro governo vai ter de aprovar uma forte componente da reabilitação, mas terá de ser feita e dois níveis e esta das pessoas mais desfavoráveis vai ter de ser feita de outra maneira. e respondendo à pergunta acho que se calhar as equipas deverão ser mistas, com gente com mais experiência e gente mais jovem, com mais garra.</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

<p>22</p> <p>21. Numa determinada fase da obra, por falência da construtora J. Pimenta, tiveram de assumir a gestão das empreitadas e contratar directamente alguns trabalhadores. Foi importante eles terem participado 'com a mão na massa' na construção das casas ou na sua fiscalização?</p>	<p>Foi radicalmente, <b>é uma questão importantíssima de quando falamos de participação quando falamos daquele bairro, porque quem já construiu uma casa sabe o até que ponto nos identificamos quando o fazemos com as nossas mãos.</b> As obras são um trabalho extraordinário porque nós podemos ver o que fazemos, do ponto de vista material, não é só saber que contribuimos para uma determinada coisa, não, <b>nós fisicamente estamos incorporados no tijolo, na argamassa, nos pilares.</b> Falando por mim o pelas outras pessoas, o processo de enchimento das lajes é uma experiência inesquecível, todas as pessoas que viram desde a fase do buraco, da fundação, olham para a casa de outra maneira, a casa não é aquilo que parece, é orgânica.</p>	<p>Havia muito poucos moradores que estavam na J. Pimenta e que ficaram a trabalhar na obra. Mas todos os moradores que estivessem desempregados poderiam e foram recrutados para trabalhar no bairro.</p>
<p>23</p> <p>22. Alguns já trabalhavam na construção civil, ainda assim, tiveram de lhes passar mais conhecimentos de obra e construção ou eles tinham já capacidade para efectuar os trabalhos?</p>	<p>Não, uma das coisas que se fez, o trabalho do engenheiro foi fundamental na gestão, na disciplina, para além dos conhecimentos técnicos foi a gestão do pessoal... Uma coisa interessante: no dia em que arrancámos com a direcção de obra, nesse mesmo dia, o Nuno Vasconcelos, que era o Nuno, passa a ser tratado pelo Engenheiro, e <b>nós em obra marcamos que há uma série de aspectos disciplinares e de horário e de respeito... e penso que isso, para os operários que também eram sócios da associação, também foi uma escola, em muitas empresas não proporcionam.</b></p>	<p>Quem não tinha conhecimento de nada ia para servente, os outros eram capataz ou... <b>O Fernando Rosendo trabalhava na direcção da obra era o que mandava e resolvia os assuntos. Quem tinha a sua especialidade ficava a trabalhar nessa qualidade, ou outros ficavam como serventes.</b></p>
<p>24</p> <p>(*)24. Como descreve as reacções dos moradores quando começaram a ver a estrutura da sua futura casa erguida?</p>	<p>Só visto e só vivido... As visitas às obras e as entregas das casas foram dos processos e cenas de felicidade mais expressivos que eu vivi. O mais comovente eram as pessoas mais velhas. Alegria, comoção, gratidão...</p>	<p>Passou-se ali um tempo incrível... Não foi só um dia de alegria, no dia 25 de Abril que foi o dia em que começámos a entrega das casas havia pessoas a chorar, mas a chorar de alegria, mas foi o culminar de um período muito grande em que nós percebíamos que estávamos finalmente a conseguir, as pessoas com aquilo começaram a acreditar que iam ter casa. Quando a obra parou as pessoas descreditaram um pouco, depois quando recomeçou voltaram a acreditar. Foi muito importante as pessoas acompanharem e saberem que estava a andar, sabiam através da Associação de Moradores e dos familiares que lá trabalhavam... e visitavam os estaleiros.</p>
<p>25</p> <p>(*)25. Havia bom ambiente no bairro? (se sim, o que contribuiu para esse bem estar?)</p>	<p>Trabalhávamos para que houvesse, era um dos critérios que quisemos que não fosse esquecido. As pessoas ajudaram-se imenso na mudança para a nova casa, mas terá havido de certeza conflitos e problemas que tiveram de ser ultrapassados. As questões de vizinhança foi uma questão construída. Por exemplo, havia uma pessoa residente no bairro doente mental que noutra circunstância teria estado exilada, que foi realojada, mas naquela comunidade conseguia viver com um equilíbrio e com um tranquilidade à volta que fazia com que não tivesse de ser deslocada para uma instituição. Mesmo uma pessoa com doença mental, conseguiu habitar uma casa, com todos os riscos que uma casa tem, tem gás, ... e isso é à custa de uma vizinhança acolhedora, protectora. Não terão sido todos os casos mas foi significativo.</p>	<p>Sim, os primeiros 33 fogos foram para os que mais lutaram por aquilo foi o premiar os que mais lutaram.</p>
<p>26</p> <p>(*)26. E hoje, gosta de aqui vir? Porquê? Como caracteriza o ambiente no Bairro?</p>	<p>Gosto porque sou tratada como se fosse mãe deles. Muitos miúdos me chamavam por tia, muitos cujas actividades era roubar ou passadores de droga, eram meus familiares... <b>Como eu sempre andei a pé no bairro eu sou vista a envelhecer, estamos todos a envelhecer, eles continuam a me ver passar... ao andar a pé eu faço parte.</b> Já mudou muito, mas é um bairro aberto pois é visitado por todas as pessoas que vêm utilizar os equipamentos sociais, <b>nunca foi considerado um gueto, foi muito utilizado por outras pessoas de Linda-a-Velha.</b> As relações de vizinhança já tiveram uma fase, um</p>	<p>Gosto. Primeiro sou muito bem tratado, depois porque são muito boas recordações e depois porque, se a minha vida profissional é o que foi, muito a eles devo, aprendi muito com aquilo e orientou-me para a vida. Hoje já vamos na 2ª ou 3ª geração, alguns dos filhos estão hoje na associação e isso também é importante, <b>é evidente que a Associação não tem o dinamismo que teve noutros tempo, até porque as pessoas são agora um pouco egoístas e porque as casas foram vendidas às próprias pessoas, teoricamente estou em desacordo com isso mas racionalmente percebo que as pessoas queiram ter a</b></p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

		<p>pouco complicada quando uma parte da população do bairro fez parte de uma quadrilha para roubar ou tráfego de droga, como em outras parte da cidade e ali também, mas nestes bairros com ambiente de aldeia esta realidade é diferente. Mas, por outro lado, <b>é engraçado que as pessoas acham que todos lhes pertencem, os ladrões, os loucos,... há uma espécie de compreensão e uma expectativa que as pessoas possam mudar de vida que é forte. Para mim eu acho que é um lugar seguro e as pessoas que lá vivem também acham.</b></p>	<p><b>sua propriedade... mas isso desmobiliza...</b> quando a Associação é a proprietária de tudo toda a gente está de acordo, a partir da altura em que cada um passa a ser proprietário começa-se a ter de gerir os conflitos, "eu não posso pintar a minha casa, tenho de pintar o lote"... "não posso propor uma alteração se depois não for tudo aprovado, a minha casa não pode ser diferente das outras" isso é muito difícil e a Associação perdeu forças.</p>
27	<p>99. Quando deu por finda a sua missão?</p>	<p><b>Ainda não dei...</b> Em 1981, concluídas as habitações, passámos a ter mais trabalho nos serviços técnicos da câmara, mas mantivemos os escritórios no bairro até 83 quando trabalhávamos no centro de dia. <b>Foram 9 anos de trabalho local junto do bairro</b>, as pessoas estão realojadas, a situação física está caracterizada e o que se passa a partir daí é a transmissão do património da equipa técnica para a Associação de Moradores. E entra-se num novo ciclo. Mas por muitas razões: do loteamento norte do bairro e da gestão do equipamento colectivo eu <b>mantive uma ligação ao bairro durante mais uns anos</b>, já estando a trabalhar fisicamente nos serviços municipais. Por outro lado, como eu sou sócia da associação de moradores, recentemente, desde há 4 anos, tenho vindo a prestar apoio técnico à Associação para a recuperação de problemas que foram entretanto criados pela gestão directa da Associação de Moradores em relação aos equipamentos sociais.</p>	<p>Quando vi todas as pessoas realojadas nas suas casas e isso para mim foi a questão fundamental e com as infraestruturas todas isso foi para mim o fim da operação.</p>
28	<p>24. As obras no espaço público, também foram propostas pela Associação. Que uso têm hoje? Quem faz a manutenção destes espaços?</p>	<p>A manutenção do espaço público é a Associação com o apoio da Câmara Municipal. A zona central, desde o depósito de água até o jardim tem custos de manutenção e é muito utilizado pelas pessoas do bairro, não só nas festas mesmo no dia-a-dia e tem custos que têm de ser participados e têm de tempos a tempos com a Câmara Municipal. Há uma relação de respeito com aquela associação. Uma questão interessante foi o projecto do arquitecto Madrugá. O desenho dos arranjos exteriores foi feito quando já estávamos no bairro e com base nos percursos que estavam a ser feitos pelas pessoas residentes... isto tem um interesse incrível e que eu acho que foi um processo orgânico. O grande plano estava desenhado desde o início, as grandes vias, mas depois os muros, as ligações e os percursos, os nomes das ruas foi definido com as pessoas.</p>	<p>A determinada altura recrutámos para a nossa equipa o arquitecto Manuel Madrugá para os arranjos exteriores e estes iam sendo feitos à medida que iam sendo necessários, não havia tempo para fazer projecto, o Manuel ia dizendo aqui faz-se assim, era o único que tinha os arranjos exteriores na cabeça, nós acreditávamos cegamente nele, chegávamos à obra e ia-se decidindo. <b>A manutenção em alguns espaços é a associação que faz, às vezes com um subsídio dado pela câmara, mas isto é muito rentável para a Câmara, comparado com outros bairros que a câmara têm, os custos que têm, os despejos que têm, as guerras para a atribuição dos fogos, a falta de limpeza que tem, Passar no Bairro 25 de Abril é o dia da noite! É um bairro que é completamente autossuficiente. A câmara gasta cerca de 10 ou 15 mil euros por reabilitação de um fogo, nunca reabilitam um fogo no bairro 25 de Abril, vejam só o que a Câmara poupa com este bairro. É gerido pelos próprios moradores em que a Câmara não gasta dinheiro.</b></p>
29	<p>26. Hoje há algumas casas com pequenos problemas de manutenção/reabilitação no bairro. Porque se chegou a esta situação?</p>	<p>...</p>	<p>É natural. Aquilo que eu me orgulho é que fizemos tudo com materiais bons. É claro que os materiais que haviam na altura não são os materiais de hoje, nós sabemos que um tubo galvanizado tem uma duração de 30 anos, o bairro já tem mais de 30 anos, a partir de aí ... quando as casas eram da Associação e esta tinha algum dinheiro as obras eram feitas pela associação, mas quando passaram a ser das pessoas e estas tinham de fazer o investimento as manutenções deixaram de ser feitas. Casas com 30 e tal anos sem manutenção, por muito boas que sejam não aguentam.</p>
30	<p>(*) 30. Se houvesse uma pequena equipa técnica com a Associação conseguir-se-iam mobilizar os actuais moradores para umas 'brigadas de reabilitação' à</p>	<p>Eu acredito que sim, mas mais eu do que os corpos gerentes, eles tornaram-se mais desconfiados do que eram. Eu continuo a ser a mais teimosa. Mas isso tinha de ser com bons recursos técnicos da câmara e um bom programa autárquico, não estou só a pensar na câmara municipal mas</p>	<p>Depende, se o dinheiro necessário para isso saísse dos bolsos dos moradores, acho que não, se houvesse algum fundo disponível ou se a câmara atribuísse, aí toda a gente concorda que nem que fosse ao nível das pinturas do bairro acho que era possível. Se o factor financiamento mínimo</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

	<p><i>semelhança do que se conseguiu no tempo do SAAL? Poderia ser um factor catalisador de dinâmicas colaborativas/solidárias?</i></p>	<p>também ao nível da junta de freguesia. Se fosse verdade que a reabilitação urbana fosse uma nova prioridade e se isso tivesse os vários níveis de participação, eu acho que aquilo poderia ser um caso interessantíssimo de reabilitação. Porque nesta fase, eles de tempos a tempos fazem recuperação de fachadas como podem, têm muito poucos recursos, se tivessem um programa mais envolvente e com outros recursos que acho que não existem... o que se está a passar neste momento é que se está a pensar nas obras como uma questão física, ora as questões dos percursos, pós espaços exteriores, da vida cultural do bairro envolvia outras necessidades, e acho que a reabilitação podia ser um factor também de reabilitação cultural e de revitalização da sede da associação de moradores.</p>	<p>estivesse assegurado acho que sim, que era possível. Esta equipa é muito dinâmica, mesmo com os problemas que tiveram com o centro-de-dia esta direcção tem feito de tudo para continuar a ter lá os velhos e a fazer os almoços, e amanhã até vou lá almoçar com uma equipa daqui da câmara.</p>
31	<p><i>28. Hoje, que há casas para todos (?), o que é que a associação poderá fazer pelo ou para o futuro do bairro?</i></p>	<p>Eles também se perguntam isso... Mas acho que terá a ver com a gestão dos equipamentos sociais, neste momento, apesar de ter falido o anterior acordo com a segurança social no centro-de-dia e terem sido tratados como se fossem pessoas incompetentes, conseguiram provar, com a reunião de apoios de outras pessoas externas, à câmara e à segurança social que tinham capacidade de gerir aquele equipamento muito melhor do que outras IPSSs tradicionais, conseguiram não perder o estatuto de IPSS... eu vejo um futuro muito ligado aos equipamentos, com o amor que aquelas pessoas têm às necessidades dos idosos, com o orgulho que têm de ter um centro infantil no bairro com uma qualidade impar, apesar de actualmente estar dependente da misericórdia de Oeiras, é um factor de orgulho e de entrada no bairro de pessoas novas, de circularem no bairro não residentes. Em relação ao património habitacional, a associação é uma autoridade comunitária na gestão das habitações, ainda se comportam de forma a manterem o papel comunitário.</p>	<p>Acho que há casas aqui, mas não há casas para todos. O que a Associação está a fazer neste momento está no bom caminho, está a tentar mobilizar as pessoas, está a dar especial ênfase às pessoas da 3ª idade, que é para onde caminhamos todos nós, está a buscar gente nova para os quadros da associação e acho que esse é que é o caminho. tudo o que envolva questões financeiras é um obstáculo. O próximo desafio que o próximo governo vai ter, não este que não quis agarrar na questão da reabilitação, tem de haver uma mudança de paradigma, tem de se acabar de construir novos fogos para se reabilitar, tem de se acabar de vender o fogos, para se arrendar. O que acabou por se fazer o contrário, vamos vender isto tudo ao desbarato, depois os fogos ficam em péssimo estado, sem qualquer critério e a situação agravou-se muito mais ... quando se quiser fazer a reabilitação o custo vai ser muitíssimo maior, esse é de facto um grande problema.</p>
32	<p><i>29. Como pode ser a liderança da Associação no futuro?</i></p>	<p>É o problema fundamental: como é que se rejuvenescem as associações locais? Qual o papel dos jovens? Isto é comum a todas as organizações de base local. Enquanto o papel residencial era o papel dominante os casais, os chefes de família eram os sócios mais envolvidos. A partir da altura em que as necessidades que foram garantidas, ou a vida cultural e comunitária da associação se enriquece e nisso se conseguem formar quadros jovens... pensou-se que poderia ser pela via da actividade, mas aqui não tinha grandes líderes... vale a pena questionar esses jovens que foram participantes nessas actividades: até que ponto o desporto ligado à questão da cultura pode tornar-se mobilizador e um factor de vida comunitária? eu penso que sim, as pessoas estão a fazer coisas que na altura não existia, ali num espaço que agora é um ginásio podem ser criadas outras iniciativas: dança ou yoga,... em colaboração com a junta de freguesia. Eu penso que será, por um lado, o rejuvenescimento dos quadros, diversificação das actividades de cultura e desporto e de educação. Porque <b>aquela associação continua a ter uma população muito aquém daquilo que nós desejaríamos que fossem os cidadãos portugueses em 2014, os níveis de habilitação, escolaridade, literacia, práticas de leitura, etc., está muito aquém. Só que nós não temos tido esse tipo de actividade lá no bairro.</b></p>	<p>Vai depender dos mais novos. Do que esta equipe que lá está consiga transmitir e motivar aos mais novos e dar-lhes uma perspectiva de futuro.</p>
33	<p><i>30. O que se proporcionou aos moradores do bairro para além da possibilidade de viverem numa casa?</i></p>	<p>Possibilitou-se uma creche, jardim de infância, a sede, um espaço exterior agradável... Não proporcionou, como nós desejaríamos, que depois de terem uma casa as pessoas deixassem de ser tão pobres, e também os níveis de escolaridade e literacia... Porque há muitos outros factores que não tinham directamente a ver com a casa...</p>	<p>Acho que foi a mudança radical de vida de uma pessoa. Tenho um amigo que diz que de 10 em 10 anos temos de mudar da casa, para mudarmos de hábitos... Mas aqui não, havia pessoas que nunca tinham tomado um banho de banheira, por exemplo. Foi uma mudança total das suas vidas, com aspectos bons e outros mais difíceis, foram</p>



Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

		obrigados a pagar a água, luz, gaz, em alguns casos a pagar renda... e isso é um esforço muito grande... por outro lado, a qualidade de vida melhorou imensamente...	
34	<p>31. Este processo foi diferente da construção de muitos outros bairros. Porque acha que ele se distingue dos demais?</p>	<p>Os modos de participação. Quando fiz uma reflexão sobre o que fizemos foi isso que eu destaquei, não é tanto o facto de termos conseguido do ponto de vista material realizar todo o programa. Mas isso é um facto objectivo! Eu não conheço um outro programa SAAL que tenha conseguido realizar tudo o que tinha programado e ultrapassado o programa muito, que tivesse os custos de construção que este teve, à data foi metade do valor m2 de referência do fundo fomento habitação. Mas aquilo que me interessa mais a mim, foi os <b>modos de participação</b>, porque <b>aquilo que mais tarde chamaram de empowerment, e que nós chamávamos de poder popular, foi concretizado</b>. As pessoas que precisavam de casa foram sujeitos do processo, claro que não foram todos iguais, entre os que foram a reboque e os principais líderes houve diferenças. <b>O envolvimento mutuo daqueles moradores para se constituírem como associação de moradores não tem nada a ver com os processos em que eu participei posteriormente</b>. No Casal da Medrosa houve uma capacidade muito técnica, por parte da câmara, em ouvir as pessoas, os seus desejos, a tipologia,... participaram em muitas assembleias, e elaborámos uns manuais com uma pedagogia em relação à mudança de casa... inquiridas com muito rigor, mas o envolvimento uns com os outros era muito diferente... e não havia a emergência de líderes da comunidade como aconteceu no processo da criação da associação de moradores.</p>	<p><b>É o único processo que conheço que mantém a pureza original, o único que não foi 'apanhado' pela câmara e cujo projecto, como o lá do Porto, foi vendido a arquitectos novos...</b> Portanto eu acho que foi um projecto exemplar porque tiveram uma série de condicionantes ou premissas que permitiram que isso acontecesse, <b>mas continuo a dizer, têm a ver com as pessoas, que são elas que fazem as coisas... e aqui tiveram muitas pessoas que se envolveram, os moradores que tiveram força, que também deram força à equipa técnica</b>, para aguentar o barco quando teve quase a naufragar e depois levá-lo a bom termo... e depois do barco estar a navegar pode haver uma ou outra ondulação, mas o certo é que aquela <b>Associação vingará sempre, com força ou menos força vingará sempre, já passou por tempestades muito fortes...</b></p>
35	<p>32. Como é visto este bairro pelos bairros vizinhos e pelas pessoas de Linda-a-Velha?</p>	<p>Inicialmente houve muito medo, era uma zona de vivendas dos anos 60, classe média. A partir da altura em que viram que as pessoas eram muito pacíficas estava tudo optimo, passaram a ser relações de convivência. Houve contudo alturas em que houve trafego de droga e foi visto como um lugar onde vivem mais ladrões ou passadores de droga... e isso estigmatiza uma zona, mas eu acho que o bairro é respeitado como uma situação muito pacífica comparativamente com o que se fala de bairros sociais. Mas passadas as emoções de alguns anos acho que se reconhece em Linda-a-Velha naquele bairro imensa dignidade e a qualidade dos equipamentos colectivos.</p>	<p>Inicialmente a localização daquele bairro gerou enormes protestos, era uma zona de moradias de pessoas com algum poder de compra e portanto ter ali uns 'pés descalços'... As pessoas estavam convencidas que iriam ser assaltadas... 'as pessoas vêm da barraca porque não querem trabalhar', mas a verdade é que a maior parte das pessoas não tinham condições para ter uma casa, trabalhavam e às vezes mesmo muito... Mas hoje acho que ninguém contesta que aquele bairro é extremamente calmo, é um bairro completamente inserido no meio e visto por toda a gente como um bairro perfeitamente calmo, pacífico e que não dá problemas a ninguém.</p>
36	<p>(*) 36. Que grau de confiança e que grau de autonomia foi dado aos envolvidos? E de que forma isso foi, ou não benéfico?</p>	<p>---</p>	<p>À Associação de moradores foi-lhes dado toda a credibilidade, até pelo facto de lhes passarem para a mão todo o financiamento, mostra total confiança, foram uns milhares de contos... E portanto isso é a melhor prova de que havia uma confiança absoluta. Eu acho que responsabilizar as pessoas é a melhor forma de gerir qualquer situação, as pessoas sentem-se responsáveis, não querem desiludir os parceiros e comportam-se como deve de ser.</p>
37	<p>37. Agora que temos algum afastamento temporal, considera que houve empowerment destas pessoas? Que condições se revelaram necessárias para a promoção de autonomia, democracia, participação, e aprendizagem dos envolvidos?</p>	<p>Não sei se sabíamos na altura quais eram. Condições: estabelecimento de relações de confiança, uma dedicação total aos objectivos definidos, e que eram claramente definidos, dedicação profissional e das pessoas que representavam os seus vizinhos. Acho que houve condições do ponto de vista humano extraordinárias... e condições políticas, claro. E quando se decretou a extinção do programa SAAL houve e restabelecimento do processo ao nível do poder autárquico. A câmara de Oeiras teve a capacidade de perceber a importância e de cumprir estes objectivos foi decisiva.</p>	<p>Esta experiência foi muito interessante porque <b>não foi o engenheiro a fazer a obra ou a psicóloga a tratar dos coitadinhos ou o arquitecto a fazer o projecto, houve uma equipa técnica que discutia e trabalhava com os moradores, numa aprendizagem mutua, e que recolhíamos os pareceres, dávamos a nossa opinião, e com isto tudo fomos todos crescendo, os moradores também foram crescendo, consciência cívica, política, consciência dos seus direitos...</b> e foram aperfeiçoando tudo ao longo do tempo. Esta aprendizagem inicial foi fundamental para depois todo um equilíbrio que se gerou naquele bairro entre a Associação de moradores, entre os</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

		<p>sócios gerentes, entre os seus associados, entre o respeito com entidades externas, Fundo Fomento Habitação, Câmara, DGERU... porque de facto as pessoas perceberam que o seu interlocutor era uma entidade séria que já tinha conseguido levar a cabo algo que era impensável e a credibilidade foi-se ganhando... acho que isso teve a ver com o processo de todo este bairro, que não foi imposto, foi um projecto criado conjuntamente, foi muito discutido nas suas condições... quando se começou a entregar casas 'como é que a Associação vai gerir isto?' e tudo isto teve os seus frutos... teve os seus altos e baixos, mas as raízes estavam... o que me agrada é ver que já há filhos de sócios e até netos que estão envolvidos e isso é importantíssimo.</p>
<p>38. Com base na sua experiência, onde está o ponto de equilíbrio entre a assistência e a autonomia deste processo?</p>	<p>Enquanto isto aconteceu nunca nos passou pela cabeça falar em assistência... Inicialmente havia desequilíbrio, claramente até começarmos a obra, nós não podemos fazer de conta que a equipa técnica não era líder do processo, pelos conhecimentos, pelo poder que tinha de dominar as relações com os organismos centrais, com as autarquias na condução das questões. A autonomia era garantida pela qualidade de relacionamento entre a equipa técnica e os líderes, mas não exclusivamente deles, nós garantimos uma acessibilidade entre os vários núcleos que era real e isso foi a capacidade da associação de moradores se constituir. Agora, apesar de eu achar que o nível de participação que houve ali foi superior, muito envolvente e com muitas sementes, de facto manteve-se sempre uma elevada dependência dos profissionais a dar apoio. Nos primeiros 10 anos o nível de autonomia era bastante elevado, quando o apoio técnico se tornou mais especializado, típico dos anos 80 mais de especialistas a dirigirem actividades específicas em vez de estarem na vida global da associação, era tipo "especialista de apoio social", disto ou daquilo, a associação passa a perder o pé da sua autonomia como organização local e os corpos gerentes da associação a tornarem-se cada vez mais "incompetentes" por não dominarem ou a contabilidade, ou a escrita, ou o plano de actividades... e passarem a estar cada vez mais dependentes. Eu acho que estas organizações são mais dependentes de especialistas do que de equipas que se constituam com objectivos de projecto, equipas multidisciplinares onde não possam emergir uns técnicos com excessivo poder, como brigadas de vários actores suponho que sejam melhores apoios de organizações locais, do que estas ficarem dependentes de alguém muito competente, e muito mais culto.... nesta era das novas tecnologias isso pode deixar uma organização local completamente na dependência dos profissionais que lá estejam e que sejam XPTO em novas tecnologias, porque o abismo é tal... em poder.... enfim, um trabalho em equipa é uma regra fundamental para que a relação de confiança entre as pessoas e os profissionais não se torne uma relação de manipulação... como para a própria organização local haver vários líderes possíveis, a possibilidade de alternância são questões críticas</p>	<p>Desde que não haja autonomia financeira não se pode falar em autonomia. Eu não acredito na autonomia isolada, acho que tem de haver sempre um compromisso, entre aquilo que é possível fazer e aquilo que na sua formula original deveria ser feito. Defendo o trabalho de equipe mas é claro que a liderança é fundamental... não consigo escolher, é um equilíbrio.</p>

39 Na sua opinião, hoje em dia seria possível "reproduzir" esta experiência? Porquê?

Esta não, mas reproduzir experiências com elevadíssimo nível de participação por parte das pessoas que sabem quais são os seus problemas... Acho que há um princípio básico a respeitar: quem conhece o seu problema, quer seja de doença, habitação, de iliteracia, tem um conhecimento fundamental que é saber o que lhe faz falta. Um critério fundamental para se poderem fazer experiências tão exigentes como estas é confiar em que **quem vive os problemas é o sujeito de um processo de mudança, e não podem ser tratadas como incompetentes as pessoas que precisam do problema resolvido, porque eles têm a competência fundamental de caracterizar o seu problema.** Não conseguimos fazer o diagnóstico de uma comunidade, Da experiência que a pessoa já têm é que vão emergir os sentidos de mudança. Respeitando primeiro isso eu também sou defensora acérrima da capacidade de se trabalhar em equipa e em equipa de aprendizagem, multidisciplinar, pluridisciplinar, o que é importante é que sejam equipas onde se aprenda e onde se crie uma partilha das competências humanas para que as várias pessoas da equipa estejam a aprender... como num atelier de arquitectura, as pessoas têm de manter ambiente de aprendizagem, ou numa empresa de consultoria, senão dificilmente os productos podem ser partilhados com as pessoas a quem se querem resolver os problemas. Rapidamente a gente produz moldes, receitas e coisas que no desenvolvimento das respostas não são ferramentas inteligentes, mas que é a experiência que eu fui vivendo na administração pública, porque muitas vezes ficamos muito aquém do diagnóstico correcto, do que é que é o problema visto por quem o está a viver... **por mais inteligentes, informados, cultos que possamos ser como pessoas de serviço público ou somos aprendizes ou nos tornamos manipuladores com muita facilidade. É um caminho estreito.**

Hoje ao nível da construção estamos completamente limitados... as regras passaram a ser tão apertadas que hoje era completamente impossível. Hoje um SAAL com o espírito da lei em que foi feito não consegue ser ultrapassado, estamos com um 'colete de forças' em que a criatividade já não conta e é punida. Hoje estamos todos limitadíssimos na legislação, o que não quer dizer que o princípio não se mantenha, esta evolução do SAAL, do URBAN, do PROQUAL, dos Bairros Críticos,... vai ter de certeza absoluta sequencia, qualquer governo mais tarde vai se aperceber que, se não quer que andemos todos à chapada, vai ter que fazer estas intervenções, todo o dinheiro que se gastou na Cova da Moura, na Moita ou no Porto foi por água à baixo, com uma implicação muitíssimo mais grave que é se as pessoas tiverem uma segunda oportunidade não acreditam que lhes está a acontecer, ou seja desmotivou completamente as pessoas, 'tivemos empenhados uma série de tempo, demos o litro e gastámos tempo e foi o que se viu...' mas a esperança é a última a morrer, acredito que vai haver um programa que recolha todas estas coisas que foram feitas nestes programas e em que a componente social é fundamental, estes programas não se resolvem com os arquitectos e os engenheiros a fazerem projectos apenas, fazemos projectos para as pessoas, temos de conhecer as pessoas.

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

IX.3.3. 'Dinâmica'

#		Dinâmica 1: Silvina Costa (81 anos)	Dinâmica 2: Joana Correia Patinhas (59 anos)
1	1. Vive aqui no bairro há quanto tempo?	34 anos	35 anos
2	2. Construiu a sua família aqui? Quem são?	Sim, vim para aqui ainda a minha filha Sandra estava para nascer, vim com o meu marido e mais 2 filhas.	Sim, mas já tinha 3 filhos, quando vim para aqui já estava grávida do quarto, todos homens.
3	3. Onde vivia antes de vir para o bairro?	Vivia na calçada do Chafariz, numa barraca. Na altura da cheia eu morava em Algés, fiquei sem nada! Depois estivemos a morar no estádio nacional no INEF, todos os que fomos atingidos pelas cheias estávamos lá, encanto não se arranjaram aquelas barracas. Depois a câmara arranhou aquelas barracas, que eram uns tuneis. E só depois é que fomos para a Chafariz.	Na estrada dos Balteiros, onde fizemos a nossa primeira sede, ao pé da Quinta dos Cravos... Fomos para um rés-do-chão, só de uma casa, de uma divisão, tínhamos uma cortina grande daquelas de chita e dividia a divisão em duas partes a cozinha que também era o quarto dos filhos e o outro que era a sala e o meu quarto.
4	4. Que idade tinha na altura e o que fazia?	Tinha 40 anos... Eu trabalhava numa fábrica de baterias.	antes de vir para o bairro limpava duas escadas, trabalhava numa doutora e trabalhava na Climex nas limpezas... Eu entrei para aqui para a creche com 27 anos, isto foi antes.
5	5. Que 'sonhos' tinha na altura?	Sonhava em ter uma casa em ter uma casa como devia ser, para sair da barraca... Sonhava em ter uma vida melhor, enfim, a gente tem sempre os nossos sonho, não é?! Vida melhor, diferente de onde morava, mas depois o meu marido adoeceu e esteve aqui 9 anos acamado e agora vivo sozinha há 4 anos.	Ui! Não dava para sonhar... Tive uma vida muito difícil... O meu marido tinha um feito muito difícil, bebia muito, só pensava nela... Não deu para sonhar... Com 14 anos juntei-me a ele com 19 anos tinha 3 filhos, eu só vivia para eles...
6	6. Lembra-se como surgiu a ideia da construção do bairro? e a construção da Associação de Moradores?	Sim, foi quando foi o 25 de Abril. Juntou-se um grupo, o responsável era o Sr. Carlos Penedo, o que agora é responsável pelo Centro-de-dia, porque fecharam o centro-de-dia, teve 1 ano e tal fechada, e este senhor é que tem andado a lutar para conseguir abrir, e consegui e já estamos a trabalhar no centro. Esse senhor mais uns 3 ou 4 juntaram-se, quando foi o 25 de Abril, e pensaram em fazer uma comissão... porque havia aquela ajuda do Fomento-Habitação e eles concorreram a isso... e à minha porta bateram e eu andei sempre com eles! ...não tínhamos onde fazer as reuniões... começaram a juntar-se mais gente... e um dia eu disse-lhes "há uma casa em tal sítio que está fechada, nós podíamos ir abri-la" e o Sr. Carlos disse "vamos arrombar a porta e vamos ao alto" que eram onde estava o Otelo Saraiva de Carvalho e foi esse é que nos ajudou. Então é aí que fizemos a nossa sede, estávamos lá de noite e dia a guardá-lo para não deixarmos entrar ninguém, por que a dona do prédio não queria, claro, ela tinha toda a razão, mas depois até concordou. Só depois é que construímos a sede aqui no bairro. Enfim, mas conseguimos, com muita luta, lutámos muito, perdemos muita noite, onde esse Sr. Carlos pensasse ir ele tinha de ir e tinha de entrar... uma vez fomos para Lisboa numa noite, estava tudo rodeado de polícias e com cães para não nos deixarem entrar, mas ele entendeu que havia de entrar e não saía, não entrou mais ninguém, mas ele teve de entrar... lá isso foi um grande lutador... e continua a ser...	Veio o 25 de Abril... Eles rebentaram a porta onde se fez a associação... Onde se juntou um grupo de homens e eles começaram a sonhar, os directores da associação, onde o meu marido também lá estava... depois entraram a doutora Isabel Cordovil, o Nuno, o Zé... essas pessoas começaram a ver o que eles queriam fazer e acabaram por se juntar a eles... tinham reuniões até às 3 da manhã! ...eu chegava a estar até a essa hora à espera do meu marido lá num sofá e no outro dia de manhã ia para lá lavar aquilo tudo, que eles fumavam muito e eu mais a Esperança lavavamos aquele chão com sabão amarelo... ficava um cheirinho... e o chão que era de madeira ficava todo brilhante e amarelinho... quantas vezes eu esfregava aquela associação.... depois chegávamos a ir a pé até ao palácio (Terreiro do Paço) com os cartazes a fazer manifestações... e foi uma grande alegria quando a gente veio aqui pôr o primeiro tijolo no bairro! (emocionada) ...aí é que deu para sonhar que um dia se tinha uma casa... [Só aí é que começaram a ver que era possível?] sim, aquilo do 25 de Abril ainda estava muito fresco... mas depois a Isabel e o Nuno ajudaram-nos muito, batalharam muito e conseguiram que isto fosse para afrente... mas a vontade era tão grande de vir para uma casa que eu no dia 25 de Abril recebi a chave e no dia 1 de Maio já estava aqui. Fui uma das primeiras a vir para aqui.
7	7. Conhecia os restantes membros da Associação? Havia algum tipo de laço ou confiança entre os sócios? E a equipa técnica, como os conheceu?	Sim. A maior parte conhecíamos, mas não construímos só com os que conhecíamos. Para construirmos o bairro tínhamos de ter maioria de sócios para termos a ajuda do Fundo Fomento Habitação, que na altura acho que era 60 contos por família. Andávamos de porta em porta, eu levava as cartas... mas tive muitas que me as rasgavam na cara dizendo "vocês querem é dinheiro para andarem na paródia à nossa conta" mas depois quando viram que realmente a gente conseguiu ir com a coisa para a frente arrependeram-se. A equipa técnica conheci-os porque eles se uniram à gente, andaram sempre na luta connosco. A Isabelinha, o arquitecto que fez a planta do bairro, o senhor Zé, o senhor Nuno, andavam sempre connosco.	Estavam divididos por vários sítios... E depois começamos a conhecer todos devido à associação, eles puseram uma máquina de café e a gente ia lá e contribuía aos bocadinhos... E foram entrando e juntando gente. A equipa técnica conheci-os nas reuniões.

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

8	8. Que ideais tinha na altura? Fazia parte de algum movimento político? Pertencia a alguma associação ou colectividade antes do SAAL?	Não.	Não.
9	9. Qual o seu papel no início da Associação?	Era fazer o que fizesse falta, eu não tinha problema nenhum! Ainda hoje é a mesma coisa, eu junto-me a tudo o que posso, qualquer coisa que eu possa ajudar.	A gente fazíamos coisas para que a associação angariasse fundos... Fazíamos bailes, bolos, festas grandes, arraiais para angariarmos fundos... A gente ia passar palavra, iam os mesmo porta-a-porta: olha, moram aqui neste sítio, nós vamos começar a fazer um bairro... e depois uns iam passando a outros.... e depois faziam-se sócios.
10	10. Descreva-me como se processava uma reunião "normal" no início da associação? Havia algum tipo de regras? Quem moderava?	Era assim: cada semana eram 2 sócios, ia rodando, no bar, nas limpezas... Nas reuniões juntávamo-nos, entregávamos os papeis e juntávamo-nos. O presidente da mesa é de fala e nós se não estivermos de acordo falamos...	Havia sempre um mais à frente que dava as ideias... e depois era o Zé, o Nuno e a Isabelinha que diziam os passos que iam dando... Mas tivemos muita luta, muita mesmo, foram dadas muitas voltas, mas foi bom.
11	11. Que temas relativos ao projecto de habitação e de urbanismo foi mais debatido e qual o mais controverso?	Consoante a família que tínhamos assim era a casa, eu pedi um T3, como tinha 2 raparigas pedi assim.	Havia sempre pessoas que diziam: Essa porcaria nunca vai avante! E hoje, há pessoas que dizem que: eu nunca pensei que conseguissem, mas conseguiram!...
12	12. Que capacidades individuais e colectivas tinha, ou não tinha, nessa altura?	Tinha muito poucas capacidades, com muito sacrifício, mas graças a deus não devo nada à associação, pelo contrário com o bocadinho que tenho ainda ajudo...	A gente ajudava... Eu para a direcção nunca entrei porque não sou uma pessoa com esse estilo, mas eu sempre contribuí monetariamente e a gente sempre ajudava a fazer os bolos, os mastros para as manivestações, as flores para os bailes... Eu cheguei a sair do bailarico às 5 da manhã e no dia seguinte ir trabalhar... e os miúdos ficavam a dormir e a minha irmã vinha acordá-los para irem para a escola...
13	13. Que outros acontecimentos eram promovidos pela associação? Havia muita adesão pelos sócios? Eram abertos a outras pessoas ou restritos?	Fazíamos bailes ao fim-de-semana para angariarmos dinheiro, uma levava um bolo para leiloar, outra trabalhava no bar... Todas as semanas havia um divertimento para a rapaziada se divertir e estarmos todos aqui. Era até de manhã, estes bailes estavam sempre cheios! Quem viu a nossa associação e quem vê agora não acredita! Porque antigamente quando não tinham casa era tudo um mar de rosas andava tudo por aí, mas depois apanharam-se com a casa e já só estão ali meia-dúzia de pessoas... e azucrinam os outros que estão a trabalhar!	Vinham todos, participava toda a gente nos bailes!
14	14. Como e quem conseguia gerir as expectativas do grupo ao longo do processo de construção das casas? Estavam todos os sócios mobilizados?	Muitos não, mas a maior parte sim.	Sim, fazíamos assembleias... Fazíamos manivestações...
15	15. O que considera ter sido fundamental para que se tenha conseguido a participação da maioria dos moradores?	Eles foram vendo o bairro a se construir e depois foram-se juntando a nós.	Foi esse passo de se começar a construir. Foi muito bom.
16	16. Para além das casas também se construíram outros equipamentos sociais, quais? Quem propôs a existência desses equipamentos no bairro?	O campo da bola, temos aí um bom campo, a creche para as crianças, tínhamos o ATL para as crianças, que também está fechado, mas que agora vai abrir com outras actividades, já começa para a semana que vem... tínhamos isso tudo ...o centro de dia, a associação,... e claro que lutámos, com a ajuda da câmara. Quem se lembrou disso foi o senhor Carlos Penedo, ele é que é a cabeça, ele anda sempre na frente!	A creche, depois o polidesportivo, aqui sempre houve desporto, chegaram a jogar 3 equipas ao mesmo tempo... Formámos aqui umas equipas... Para onde eles fossem nós iam também puxar por eles! O Zé fez a planta do bairro, e eles falaram lá na direcção que como isto era um bairro que tinha muitas crianças que fazia sentido... depois que se devia fazer a Associação, o Polidesportivo, o centro de dia e a creche.
17	17. Como viveram esta experiência? Como um "sonho"? Uma oportunidade? Uma fantasia? Houve momentos de desânimo? como os superaram?	ah, eu vivia com uma grande alegria, no dia em que recebi a minha chave foi uma grande festa, era o que eu sonhava, ter uma casinha como deve de ser... Na barraquinha também tínhamos o nosso conforto, o meu marido é que se matou a trabalhar, não tínhamos casa de banho, era uma pia atrás da porta da entrada, mas tínhamos um retiro para trás e lá o meu marido fez uma casa-de-banho e mais um quarto, para nos deixarmos de lavar em alguidares.	Foi um sonho e uma coisa muito boa... Se há dias felizes esse foi! (emocionada)

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

18	18. Como caracteriza e a liderança da Associação no seu arranque?	Eram amigos de trabalhar e amigos de ajudar e andavam sempre na frente, quando um dizia "tal dia vamos para tal sítio" tudo se ajudava ali tudo aí! ...o senhor Carlos dizia assim "Silvina, tal dia temos uma reunião na câmara precisamos disto assinado" e eu "vamos embora!" íamos todos logo estava tudo logo em fila, eramos mais unidos que agora.	Foi muito boa mesmo! Aquilo foi uma coisa que a gente se agarrou lí com tanta força e não abriu mão... A gente lutava e gritava, a gente foi até aos ministros [Terreiro do Paço], a pé até Lisboa a gritar: Casas Sim! Barracas Não!... A gente não gastava dinheiro... arranjávamos bocadinhos de tinta, arranjávamos tabuinhas, aquelas da fruta, e pintávamos os cartazes. Apanhávamos tudo o que vosse para fazermos os cartazes!
19	19. Que tipo de reação teve a sua família quando começou a ver a estrutura da casa erguida?	Claro que ficaram contentes, apesar de irmos pagar uma renda, no outro sítio não pagávamos nada, mas mais contente fiquei eu.	Ficaram encantados... Ficavam loucos: Ó mãe aqui é que vai ser a nossa casa!?... Nós fomos dos primeiros que viémos para o bairro. Eu vim para a minha casa e ainda não tinha luz, nem água, liguei tudo depois de cá estar... Os miudos só de verem o terrenos diziam: aqui é que vai ser a nossa casa!? eles brincavam sempre nos bidons da obra... mas ficaram muito felizes, muito contentes.
20	20. Que tipo de participação teve na construção do seu bairro e da sua casa?	Eu não podia ter grande participação que eu não trabalhava nas obras, mas claro que tinha de pagar aquilo que se estipulava.	Não participei nada, o meu marido andava aqui a trabalhar, os rebocos foram todos feitos por ele.
21	21. Tinha conhecimentos de obra e construção na altura?	Nem por isso.	O meu marido sempre trabalhou nas obras, e ele veio para aqui.
22	22. E os vizinhos? Havia bom ambiente no bairro? (se sim, o que contribuiu para esse bem estar?)	Sim, como vê as minhas vizinhas dão-se bem comigo e se há alguma aflição acudo quando posso... Esta vizinha está farta de dizer "se se sentir aflita de noite bata-me na parede que eu vou!"... eu dou-me bem com toda a gente. É preciso a gente ser educada e respeitar quem nos respeita, porque há por aí muita rapaziada que se junta com os de cá e muita gente diz mal deles, mas eu dou-me bem com todos, todos me estimam, é "a Ti Silvina isto, a Velhota aquilo", todos me estimam... porque eu também me dou ao respeito com eles. Aos fins-de-semana, às vezes até às 4 ou 5 horas da manhã, aqui à frente da porta da Associação, junta-se aqui a malta, põe a música a tocar... há aí vizinhas que dizem "se fosse à minha porta chamava a polícia" mas eu chamo a polícia para quê? pelos rapazes se estarem a divertir? não estão a fazer nada de mal! estão na brincadeira, estão na paródia, olha também me ponho na janela na paródia com eles (risos) por isso eles me respeitam.	Hoje as pessoas são mais independentes, mas antes eramos muito unidos. Hoje há mais individualidade, antes eramos mais unidos como grupo, toda a gente ali convivia. Hoje com tantas coisas que há, agarram-se aos tabletes aos telemóveis e não há tanta comunicação, ficam mais no meio deles... antes não havia televisão alguns tinham um radiosoito, e, e!... acho que é diferente.
23	23. E hoje, gosta de aqui viver? Porquê? Como caracteriza o ambiente no Bairro?	[Questão anteriormente respondida]	Adoro! mesmo se me saísse dinheiro eu não ía para lado nenhum... O nosso bairro é um bairro muito, muito sossegadinho, não é como aqueles bairros que se vêm na televisão... selvagens... em que escrevem em tudo, andam em brigas... Às vezes quando vinha do hospital do meu marido de taxi o taxista dizia: "sabe que eu gosto de ir a esse bairro! eu noto nesse bairro, noto uma coisa assim muito calma, tenho cá vindo deixar muita gente e noto que é muito tranquilo." As pessoas falam-se muito bem umas com as outras.
24	24. As obras no espaço público, também foram propostas pela Associação. Que uso têm hoje? Quem faz a manutenção destes espaços?	É a câmara que faz a manutenção. Há uns anos tínhamos muitos visitantes aqui no bairro, tivemos aqui 2 semanas a comer e a beber no centro de dia brasileiros, fazíamos festas... Mas depois aquilo ali fechou... e agora que se consiga angariar pessoas vai custar.	Tudo foi proposto pela associação. Antes era a câmara que tinha daquelas firmas que vinham tratar dos jardins, mas agora não têm vindo... Mas aqui na minha rua, é o meu vizinho que trata das rosas, as poda... mesmo quando vinha a empresa da câmara ele dizia: "aqui não mexam, deixem que das rosas trato eu!"
25	25. Houve obras de manutenção e melhoria da sua casa nestes anos? Quem as fez? Houve algum apoio da Câmara ou da Associação?	Só pintaram por fora, a Associação, por dentro fui eu.	Aqui sim... O meu filho mudou tudo, isto está tudo arranjadinho...
26	26. Hoje há algumas casas com pequenos problemas de manutenção/reabilitação no bairro. Porque se chegou a esta situação?	Um enteado meu faleceu há pouco tempo e deixou uma casa em muito mal estado, degradada, porque ele não fez obras... nunca quis saber.	As pessoas não têm capacidade e depois não há apoios de lado nenhum... Na altura quando foi para comprar o terreno fui ao banco pedi, estou a pagar, é meu e pronto.

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

27	27. Se houvesse capacidade a Associação conseguiria mobilizar os actuais moradores para umas 'brigadas de reabilitação' à semelhança do que se conseguiu no tempo do SAAL? Haveria interesse para os moradores?	É capaz, acho que até teriam vontade, mas resta saber com o quê. Se houvesse dinheiro para isso as pessoas mobilizavam-se, naturalmente!	As pessoas já não estão com a capacidade que tinham quando tinham vinte e tal anos.... Mas há muita juventude que ainda poderiam ter força para lutar ainda.
28	28. Hoje, que há casas para todos (?), o que é que a associação poderá fazer pelo ou para o futuro do bairro?	Podem manter o que está, e já é muito trabalho eles manterem isto! Para mim é a melhor coisa eles conseguirem manter isto como deve de ser e a gente ter espaços onde se passe um bocado o tempo e onde a gente se divirta, que é isso que nos fazia falta e foi isso que perdemos.	As pessoas dizem: "A casa já é minha já não preciso de ser sócio." Mas eu acho que a casa é nossa mas a Associação é uma coisa que a gente pode dizer que foi aquele nome que nos deu uma casa.... Aquilo é uma das coisas que as pessoas não deviam abandonar... a Associação devia ser uma coisa que as pessoas não deviam abandonar deviam dizer: " A Associação é uma coisa que vai viver para sempre!"
29	29. Como pode ser a liderança da Associação no futuro?		
30	30. O que se proporcionou aos moradores do bairro para além da possibilidade de viverem numa casa?	Não sei...	Uns lutaram para vir para cá, outros tiveram as casas de mão beijada, tiveram a casa de herança, dos avós que lutaram... Uma pessoa ganhou um bom ambiente, os convívios que aqui tivemos....
31	31. Este processo foi diferente da construção de muitos outros bairros. Porque acha que ele se distingue dos demais?	Porque lutámos para isto enquanto que os outros não se incomodaram. O bairro da "Luta pela Casa" aqui de Carnaxide, para conseguirem alguma coisa teve de se unir à gente, que sozinhos não conseguiam. Marcávamos uma reunião na Câmara de Oeiras e eles vinham sempre connosco, e depois conseguiram fazer o bairro, à maneira deles, mas conseguiram.	O nosso bairro, pela maneira como foi angariado e ajudado, como a Isabel e o Nuno e o Zé... Acho que eles deram toda a mão.... A gente vê outros bairros que foram de cooperativas, de firmas e este não, sempre foi nosso!
32	32. Como é visto este bairro pelos bairros vizinhos e pelas pessoas de Linda-a-Velha?	Toda a gente gosta, de vez em quando vêm para aqui, no verão à noite, passear pelo nosso bairro... Muitas vêm aqui saber se há casas, se há casas para alugar... Gostam, adoram vir para aqui.	
33	33. Que grau de confiança e que grau de autonomia vos foi dado? E de que forma isso foi, ou não benéfico?		
34	34. Sentiu-se alguma diferença quando a equipa técnica do SAAL acabou e deu lugar à autarquia?	Não, tínhamos uma boa equipa aqui, estávamos bem organizados.	Acho que não eles continuaram a trabalhar com a mesma força e o mesmo empenho.
35	35. Quais as características dos membros da equipa SAAL?	Eram bons, para mim eram!	São pessoas que são de louvar. Sempre me dei com todos, sempre nos demos bem.
36	36. Se não tivesse vindo para aqui onde acha que teria ido viver?	Se não tivesse vindo para aqui tinha ido para a terra, para a província, Oliveira do Hospital.	Devia continuar no mesmo sítio que não havia alternativa de ir para mais lado nenhum.
37	37. Se estivesse agora a construir a sua família onde e como tentaria ter casa própria?	Onde pudesse... Com dinheiro encontra-se casa em muito lado...	Tinha de comprar uma ou alugar.
38	38. Se houvesse necessidade de casas para os seus netos que oportunidades haveria aqui no bairro de lhes proporcionar uma casa nova ou reabilitada? Gostaria de os ter por aqui?	Aqui no bairro não há, apesar de haver aí algumas fechadas, mas gostava... mas infelizmente não dá.	Claro que gostava. Qualquer um dos meus filhos o sonho deles é o bairro: "ai o meu bairro!"
39	39. Na sua opinião, hoje em dia seria possível "reproduzir" esta experiência? Porquê?	Eu não me importava de andar à mesma para a frente, ainda hoje não me importo. Acho que havia ainda por aí muita gente com força para isso.	Eu acho que sim! Ainda há muita gente a precisar de casa! Tenho esta idade, mas se fosse preciso lutar para outras pessoas terem uma casa (emoção) eu lutava!
40	40. Há algum aspecto de que não tenhamos falado e que gostasse de referir?	Agora ali no centro de dia elas ainda me dizem para lá ir ajudar... Ainda no outro dia tiveram ali uma almoço com 50 e tal pessoas da câmara e me ligaram para ir fazer um arroz doce para o almoço, e eu faço tudo, ajudo a limpar o jardim, ajudo a varrer lá fora e lá dentro, a gente vai ajudando consoante pode.	Foi pena agora estas barreiras de o centro não estar a funcionar como estava... E o ATL estar fechado, é muito triste, ainda há muitas crianças aqui no bairro... Muito velhinho, pessoas que precisariam daquilo e o centro estar fechado... Alí eles coitadinhos ainda recebiam umas festinhas, comiam juntos...

IX.3.4. ‘Transmissão de Memória’

#	Transmissão de memória 1: Manuela Bernardo (41 anos)	Transmissão de memória 2: (identidade não divulgada a pedido da participante de 34 anos)
1	(*) 1. <i>Vive aqui no bairro há quanto tempo? Lembra-se de quando veio viver para aqui?</i>	34 anos, nasci aqui.
2	(*) 2. <i>Conhece o lugar onde os seus pais viveram antes de virem para o bairro?</i>	Já não existe.
3	(*) 3. <i>Ouviu falar do SAAL -Serviço Ambulatório de Apoio Local? O que era?</i>	Ouvi porque sou arquitecta e sei, mas nunca em relação a este bairro. Teve a ver com um grupo de arquitectos e moradores de barracas que se juntaram e tentaram construir casas em que a renda fosse barata e que desse apoio a toda a gente que estava necessitada de habitação nessa altura.
4	4. <i>Que idade tinha na altura e o que fazia?</i>	[Questão já respondida] ---
5	5. <i>Que 'sonhos' tinha na altura?</i>	Nós assistimos à construção do bairro... Nós tínhamos uma associação lá em baixo, era onde íamos ver televisão, onde íamos aos bailaricos. Quando o bairro começou a ser construído o meu pai era como que um guarda nocturno, ele é que tomava conta do material que estava cá no bairro, ele e outro senhor. Quando havia bailaricos aqui ia tudo junto para cima e para baixo, lembro-me que às vezes ficava a dormir numas mesas quando eles queriam ficar a bailar até tarde. (...) <b>A minha barraquita não tinha água nem luz... é diferente mas a pessoa aqui chega e vê uma banheira... aquilo foi uma alegria a primeira coisa foi encher a banheira e pôr-me lá dentro... A gente gosta imenso de morar aqui no bairro, nem pensamos sair daqui, a nossa casa é a nossa casa!</b> A minha irmã está agora na Suíça <b>mas a nossa casa é a nossa casa...</b>
6	(*) 6. <i>Sabe como surgiu a ideia da construção do bairro? e a construção da Associação de Moradores?</i>	Não. Não faço a mínima ideia, mas acho que deve ter a ver qualquer coisa com o SAAL.
7	7. <i>Qual o papel da Associação de moradores neste bairro?</i>	É o fundamental... Nós precisamos. Como tudo precisa de ser gerido, a Associação é que acaba por gerir o bairro, às vezes com direcções boas, outras más, mas é como o governo. Até alguns anos estávamos mais ou menos, depois houve um percalço e agora anda um bocado tremida, mas é como a crise, há de passar. Neste momento acho que não é nenhuma. Antes não sei.
8	(*) 8. <i>Lembra-se ou sabe como decorriam as reuniões no início da associação de moradores antes ou durante a construção do bairro?</i>	As reuniões, convocavam os sócios, era marcado o dia... As primeiras reuniões até eram na antiga associação, as pessoas até iam mais do que agora... marcavam as suas presenças tal como agora... antigamente as pessoas iam por gosto e agora acabam por ir mais por interesse, as pessoas vão ali com interesse de alguma coisa, no início era mais quem tinha direito à casa e isso agora acabou, algumas pessoas até dizem "sou sócio para quê? já não vale a pena ser sócio" não vêm interesse. A maior parte das pessoas só está preocupada com o que lhes podem dar e não com o que podem oferecer. O caso agora deste problema, tudo se quis descartar, o normal, deitam as culpas uns aos outros... Não.
9	(*) 9. <i>Que outros acontecimentos eram promovidos pela associação? Chegou a participar em algum? Quais?</i>	--- Não, esse tipo de perguntas era melhor para o meu pai que está mais dentro do assunto. Lembro-me que a associação organizava uma festa de natal em que todas as crianças eram convidadas, davam-nos um lanche, um brinquedinho, apresentavam umas músicas, uns teatros, e de vez em quando faziam uns bailes, mas não faço ideia de como eram que eu nunca frequentava.



Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

<p>10</p> <p>(*) 10. Para além das casas também se construíram outros equipamentos sociais, qual a importância destes no dia-a-dia do bairro?</p>	<p>Construíram o ATL, o Centro-de-dia, o polidesportivo onde haviam actividades, hoje em dia não há. Na Associação havia ténis de mesa, já houve teatro, mas como tudo acaba... acaba porque quando alguém está interessado em levar as coisas para a frente começam a dizer que o interesse é o dinheiro, não é o interesse por querer fazer ou querer ajudar, a primeira coisa é estar interessado no dinheiro... também tivemos as marchas, mas como tudo acabou, terminou... as pessoas fazem por gosto mas depois acusam-nas de estar a fazer por interesse, depois isso desmotiva e deixam. Mas tivemos ali o ATL que agora está fechado, o Centro-de-dia está com almoços solidários porque com o problema que ali houve deixou de ser centro-de-dia, mas é pena porque aquele centro de dia está bem estruturado, está bonito e é uma pena, mesmo os idosos gostavam imenso de lá estar, eu sei porque eu via, estava a explorar o bar da Associação na altura... quando foi a mudança deles para a igreja muitos não queriam, mas os filhos não conseguem acompanhá-los por causa do trabalho e uns ficaram muito tristes.</p>	<p>Havia um ATL onde eu andei, um Centro-de-dia em que a minha mãe trabalhou, tínhamos a creche, mas que agora já não faz parte, e também o polidesportivo, onde se jogava à bola. O ATL já está fechado, mas ainda esteve no activo bastantes anos. Para mim o ATL era bom, como não tinha ninguém em casa ia para o ATL, saíamos da escola e era um sítio em que tínhamos alguém que tomasse conta de nós e nos apoiasse nos estudos.</p>
<p>11</p> <p>18. Como caracteriza e a liderança da Associação no seu arranque?</p>	<p>Eu era muito miúda mas na altura eu já ouvia falar sobre o primeiro presidente, eram líderes tanto que nos trouxeram até aqui... Como eu lhe estava a dizer à bocado, isto vai passando e alguns (moradores) pensam que aquilo (Associação) é muito mais fácil de gerir e não é. Esta última direcção conseguiram fazer tudo e mais alguma coisa no Centro-de-dia e essa crise acabou por afectar tudo o resto. O Presidente e Vice-presidente de agora são os mais antigos ali da direcção e são eles que estão a tentar levantar aquilo que levantaram há uns anos atrás, porque eram eles que estavam nessa altura e foram eles que lutaram por isto... e agora, estar a ver uma coisa que eles lutaram ir a baixo, estão a tentar recuperar. Vamos lá ver se isto anda para a frente...</p>	<p>---</p>
<p>12</p> <p>(*) 12. Que tipo de participação teve a sua família na construção do seu bairro e da sua casa?</p>	<p>Não sei. Acho que nas obras não trabalharam, mas não sei.</p>	<p>Não sei.</p>
<p>13</p> <p>22. E os vizinhos? Havia bom ambiente no bairro? (se sim, o que contribuiu para esse bem estar?)</p>	<p>Sim, havia e há. A única diferença é que nós tínhamos saído de barracas, onde se calhar as pessoas eram um bocadinho mais humildes, costumávamos juntarmo-nos todos, fazíamos almoçadas, quando viemos para cima isso acabou, falamos na mesma, mas essa parte assim terminou, cada um nas suas casas, mas acho que isso talvez seja normal.</p>	<p>---</p>
<p>14</p> <p>23. E hoje, gosta de aqui viver? Porquê? Como caracteriza o ambiente no Bairro?</p>	<p>Sim, é muito sossegado. Primeiro não há bairro nenhum como este, é um silêncio, moramos aqui no sossego, não temos problemas com roubos, podemos deixar as coisas aí (junto ao portão de entrada), a roupa estendida, pode ficar o que ficar que não mexem. E isso dá uma segurança muito grande, uma pessoa não está com medo de ter a janela um bocadinho aberta com medo que entre alguém, nada disso por enquanto existe aqui.</p>	<p>Eu não conheço o outro lado do bairro, os meus amigos eram todos aqui desta zona (aponta para o bairro vizinho de moradias), em relação a estes sim, em relação ao interior do bairro não sei, não vivi.</p>
<p>15</p> <p>25. Houve obras de manutenção e melhoria da sua casa nestes anos? Quem as fez? Houve algum apoio da Câmara ou da Associação?</p>	<p>Apenas uma vez que pintaram (a Associação) a fachada e interiormente fomos nós. Houve aí pessoas que ainda pediram e eles na altura ajudavam com os canos róticos, mudavam uma banheira... Eu nunca pedi nada.</p>	<p>Sim, foram os meus pais que fizeram. Não tenho a certeza se a pintura exterior não foi feita pela a associação, mas no interior foram os meus pais.</p>
<p>16</p> <p>26. Hoje há algumas casas com pequenos problemas de manutenção/reabilitação no bairro. Porque se chegou a esta situação?</p>	<p>Em termos de manutenção, alguns ganham mais e outros menos, depois há um bocado de desleixo das pessoas, mesmo que o saibam fazer não o fazem, não sei porquê... As casas que não têm manutenção é mesmo de pessoas que não têm... Há aqui pessoas que vivem só da reforma, outras pessoas que têm 1 ou 2 filhos e estão desempregadas, não é muito fácil, não têm posses para fazer isso.</p>	<p>Isso têm a ver com as pessoas, os donos das próprias casa desmazelam-se.</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

<p>17</p> <p>27. Se houvesse capacidade a Associação conseguiria mobilizar os actuais moradores para umas 'brigadas de reabilitação' à semelhança do que se conseguiu no tempo do SAAL? Haveria interesse para os moradores?</p>	<p>Não me parece. (...) Em determinada altura as casas que tinham sido construídas pela Associação, mas que os terrenos eram da câmara, foram vendidas aos moradores, promessa cumprida do senhor Isaltino (presidente da Câmara)... esqueceram-se os estatutos que existiam... e havia uma cláusula que dizia que durante 10 anos as pessoas não podem vender as casas... (...) parece-me que daqui a uns anos vai haver muita casa há venda, a casa foi-lhes dada aos pais, nunca se interessaram muito pelo o Bairro, são aquelas pessoas que viviam aqui porque tinham de viver, nunca deram muito interesse ao bairro, não eram pessoas de frequentar uma associação, de ir a um baile, nas actividades, na vida comunitária, entravam, saiam, era como se não morassem, isto era só um dormitório, e muitas dessas pessoas ficaram por ficar com a casa dos pais... quando (as casas) fizeram os 10 anos elas vão começar a vender as casas, porque não têm o mínimo interesse pelo Bairro quanto mais esse tipo de manifestação.</p>	<p>A maior parte sim, mas aqueles que têm as suas casas ao abandono se não se mexem para fazer qualquer coisa nas suas próprias casas, não vão fazer nada. Isto é um bocado mau de se dizer: há pessoas que parece que não mudaram, os tempos mudaram mas eles continuaram nas barracas e é ali que gostam, no meio de lixo... A maior parte era capaz, mas há outros que não.</p>
<p>18</p> <p>28. Hoje, que há casas para todos (?), o que é que a associação poderá fazer pelo ou para o futuro do bairro?</p>	<p>Isso já não lhe sei responder... Acho que a ideia deles é que isto continue a ser um bairro e não só casas próprias, eles não querem que o Bairro 25 de Abril acabe, e não como muitas pessoas fazem: "onde é que mora", " na travessa tal" e não "no Bairro 25 de Abril"...</p>	<p>Não sei.</p>
<p>19</p> <p>29. Como pode ser a liderança da Associação no futuro?</p>	<p>---</p>	<p>Não faço a mínima ideia.</p>
<p>20</p> <p>30. O que se proporcionou aos moradores do bairro para além da possibilidade de viverem numa casa?</p>	<p>Acho que foi mesmo o nível de vida mudou, as pessoas viviam em barracas, embora a minha mãe tivesse a barraquinha toda arranjada havia pessoas que não tinham, que chovia lá dentro, viviam mesmo mal, não tinham condições... E eu acho que isso terminou... ficaram com um nível de vida que se continuassem na barraca não tinha. Agora é uma casa, não temos de dividir uma escada com ninguém, isto é tudo nosso! não temos de nos chatear com o vizinho não lavou as escadas, ou porque bateu a porta da entrada e não respeitou... nós não temos esses problemas, cada um acabou por ter a sua privacidade e muito diferente de uma barraca... lembro-me que havia miúdos que apanhavam muitos frínculos, viviam no espaço logo em frente à barraca, brincavam na lama, derivado à falta de higiene, coitadinhos andavam todos aflitos... aqui têm tudo, além da casa, a gente continua a dar-se todos. Mas há aqui pessoas que não se dão com ninguém, que praticamente não as conhecemos, são pessoas que não se envolvem com ninguém, é só a casa, só para viver, não se dão aqui, não bebem café na Associação, de manhã vão trabalhar e quando voltam ficam em casa e não se dão com ninguém.</p>	<p>Talvez o ambiente, em relação aos vizinhos, eu falo por mim, aqui nesta zona (virada para as moradias adjacentes ao bairro) eu posso contar com as pessoas daqui, se tivesse vivido num prédio acho que as maneiras de estar, uns com os outros é totalmente diferente, as pessoas num prédio são mais desconhecidas, cada um tem a sua vida. Aqui, falo novamente aqui nesta zona (bairro adjacente) eu acho que podemos contar com os vizinhos. Basicamente é isso.</p>
<p>21</p> <p>31. Este processo foi diferente da construção de muitos outros bairros. Porque acha que ele se distingue dos demais?</p>	<p>Acho que foi diferente porque não foi camarário, isto é tipo uma cooperativa... num bairro camarário as casas só serão deles se eles as pagarem, de resto estão sempre a pagar renda e a casa não é deles. Aqui não, ao fim de 25 anos era nosso... Acho que foi por causa disso.</p>	<p>Não sei, não sei como foi o processo deste bairro.</p>
<p>22</p> <p>32. Como é visto este bairro pelos bairros vizinhos e pelas pessoas de Linda-a-Velha?</p>	<p>Não sei. Quem conhece este bairro toda a gente quer cá morar... A primeira coisa é se há casas! Nós acolhemos as pessoas mesmo que não sejam daqui... E depois acabam por se ambientar a isto e querem vir para aqui. Nós temos miúdos que fazem distúrbios noutros bairros mas quando cá veem é porque têm cá amigos e não fazem nada. Os de fora que vêm é porque gostam de estar aqui.</p>	<p>Acho que é mal visto pelas pessoas de Linda-a-Velha acho que sim, pelos bairros vizinhos não sei. Neste momento não tanto, penso que já foi pior. Eu lembro-me de andar na escola e as pessoas apontarem um bocadinho o dedo e dizerem "é do Bairro 25 de Abril". Por ser um bairro talvez, bairro é uma ideia que as pessoas têm errada e podem pensar em marginais. É como lhe digo, eu no interior do bairro não costumo frequentar por isso não faço ideia...</p>
<p>23</p> <p>37. Se estivesse agora a construir a sua família onde e como tentaria ter casa própria?</p>	<p>Em lado nenhum, era aqui, continuaria a ser aqui... Não há oportunidade de jovens casais terem casa aqui, passou de pais para filhos. Conseguir ter casa aqui só se acontecer o que eu lhe dizia, se as casas ficarem à venda e esses jovens</p>	<p>Primeiro tenho de arranjar emprego porque estou desempregada, e depois então tenho de procurar... gostava imenso de ficar aqui no bairro, mas não há casas disponíveis para comprar, mas gostava de ficar aqui por perto, até</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

—

	pedirem empréstimos. Antes, para se ter casa, tinha de se ser sócio e ficava-se em lista de espera caso alguma casa ficasse vazia... mas agora as casas são de cada um.	porque os meus pais davam uma grande ajuda.
<b>24</b>	38. Se houvesse necessidade de casas para os seus netos que oportunidades haveria aqui no bairro de lhes proporcionar uma casa nova ou reabilitada? Gostaria de os ter por aqui?	Sim, mas é impossível porque isto não tem alargamento, e já não há passagem só compra de casas.
<b>25</b>	39. Na sua opinião, hoje em dia seria possível "reproduzir" esta experiência? Porquê?	Sim e não. Antigamente as pessoas eram mais unidas, agora são um bocadinho individualistas, cada um por si, não querem saber se o outro está mal e se precisa de ajuda, mas acho que antigamente estavam todos no mesmo... Penso que sim, quero acreditar que sim...

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

IX.3.5. ‘Olhar Externo’

#		Olhar externo 1: Rita Dornellas, 55 anos	Olhar externo 2: Ana Sousa, 52 anos
1	(*) 1. Quando e por quanto tempo trabalhou aqui no bairro?	5 ou 6 anos	há 6 anos mais ou menos por causa do yoga. Venho 2 a 3 vezes por semana.
2	(*) 2. Onde vivia na altura em que trabalhava aqui no bairro?	Vivia em Belém	---
3	3. Quando teve conhecimento do Bairro 25 de Abril? Que ideia fazia do bairro antes de vir para cá?	Eu não conhecia o bairro, não conhecia o processo SAAL, tinha vindo de Angola e mesmo o conhecimento de Portugal e de Lisboa era muito reduzido. Sabia apenas que tinha sido um bairro que tinha sido um bairro construído a partir de uma associação de moradores que se tinham constituído a seguir ao 25 de Abril, não sabia mais nada do processo. Era um universo na altura completamente desconhecido para mim.	Conheço este bairro para aí há 30 anos. Tinha a ideia que era um bairro simpático, bem planeado.
4	(*) 4. Sabe como surgiu a ideia da construção do bairro? e a construção da Associação de Moradores?	Sei que foram uma série de voluntários e de estudantes universitários que se associaram à causa da luta pelo direito à habitação, à educação, ao pão,... E que em conjunto com moradores naquela zona do conselho de Oeiras constituíram uma associação de moradores e lutaram pela construção de um bairro que realojsasse as pessoas que moravam em condições degradadas.	Não sei.
5	(*) 5. Já conhecia anteriormente algum morador do bairro?	Não, foi tudo para mim novo.	Conheço a Isabel, o Zé [professor de yoga] e agora mais uma ou outra pessoa que faz ou já fez aqui Yoga.
6	7. Qual o papel da Associação de moradores neste bairro?	Eu fui contratada quando o bairro já estava construído e habitado pelos moradores e já estavam construídos os equipamentos, já havia uma creche o centro de dia para idosos e o espaço de ATL para as crianças. Fui contratada para professora de trabalhos manuais, na área das expressões, para fazer tempos livres, criar um projecto para ocupação e educação e ligação às famílias através das crianças no centro de tempos livres.	---
7	13. Que outros acontecimentos eram promovidos pela associação? Havia muita adesão pelos sócios? Eram abertos a outras pessoas ou restritos?	A ideia que eu tenho é que havia muita adesão. Nós fomos os primeiros técnicos, depois dos técnicos da equipa SAAL, a serem contratados para gerir e orientar os equipamentos sociais, em protocolos com a câmara e com a segurança social. Estes técnicos faziam o acompanhamento e dinamização do centro de ATL, do Centro de dia e da Creche. A ideia que tínhamos é que havia adesão, havia um sentimento de pertença em relação ao espaço de residência e ao espaço social construído. Tanto que o pessoal da cozinha, da limpeza era tudo moradores, foi também dado a possibilidade de quem ali residia em terem o seu posto de trabalho no bairro e contribuírem para o bom funcionamento do bairro, e isso tinha uma relação de muito peso, elas apesar de serem cozinheiras, ou empregadas de limpeza ou de pertencerem à lavandaria, tinham uma relação e um sentimento de pertença muito rico e muito importante. Fizeram passagem de filmes, faziam as suas reuniões de moradores, ao nível do desporto organizavam eventos no polidesportivo, festas, festas comemorativas. Havia um forno comunitário, muito engraçado, que era no início muito utilizado, nas festas, nos encontros, nas entregas de casas e depois menos. Depois houve ali um tempo, com a vinda de novos técnicos, com o ajustamento dos dirigentes para outros serviços, as dinâmicas foram sendo outras e não tão cruzadas. Não sabemos bem o que terá acontecido, mas talvez não tenhamos tido uma maior relação ou as melhores pontes com os técnicos anteriores, digo eu hoje. Eu na altura fui para os tempos livres, eramos 3 pessoas e antes de nós tinha sido contratada outra técnica, a Anastácia, era uma técnica 'de mão cheia', abraçou muito aquela causa. No ATL quando chegámos só tínhamos paredes, os lápis e papel fomos nós que trouxemos de casa, tivemos de equipar o espaço,	---

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

	<p>pouco-a-pouco fomos tendo jogos, uma pequena biblioteca, fomos construindo. Quando tivemos miúdos fizemos ao contrário" como é que vocês faziam antes? como é que vocês brincavam venham-me mostrar o bairro, que eu não conheço", foi de fora para dentro que fomos construindo uma relação. Foi um trabalho muito interessante, porque os miúdos tinham uma vivência de rua que eu desconhecia, e não conhecia nada do território... foi interessante porque eu conheci o território pelas mãos deles, íamos brincar para a ribanceira, no esconderijo, fomos visitar as fábricas todas, depois fui cruzando com coisas que eles não conheciam. Tentava trazer o território ao acesso deles, lembro-me que na altura consegui uma visita para a Agfa, de material de fotografia, e foi difícilimo "o piratas do bairro 25 de Abril queriam isso visitar a fábrica!" foi preciso teimar um bocadinho (...) eles conheciam tudo o que era espaço informal, de rua, mas foi importante abrir portas de outros espaços formais aos 'piratas', assim foi-se construindo uma outra relação. Quer para mim quer para eles foi uma experiência muito rica, de vez em quando ainda lá passo.</p>	
<p>15. O que considera ter sido fundamental para que se tenha conseguido a participação da maioria dos moradores?</p>	<p>Acho que foi a relação de confiança que eles tinham com as pessoas que voluntariamente se associaram às causas deles, primeiro. Quando eles nos receberam no bairro eles já tinham uma relação com o engenheiro Nuno Vasconcelos, com a Isabel Cordovil, com os dirigentes da associação que tinham sido construída num processo de luta aos direitos fundamentais de qualquer família, foi uma relação alicerçada nas questões fundamentais que os preocupavam como cidadãos, portanto nós ganhámos com isto, foi uma relação que se conquista, construída dia-a-dia, por pequenas conquistas que se concretizam, pelos caminhos que foram feitos para resolver cada problema, nós ganhámos porque eles (técnicos do SAAL) já tinham feito um caminho e nós somos selecionados e apresentados por eles. Não vou dizer que foi sempre fácil com todas as famílias, mas nós no espaço tínhamos de gerir, na primeira fase não tinha sido possível tratar de todas as questões, das questões da educação, do género, o papel do pai e da mãe no acompanhamento dos filhos, o nosso olhar técnico e o olhar deles... foi preciso nós descobirmos como resolver estas questões, todos os dias... eu desconhecia totalmente aquela realidade... foi uma coisa que fomos construindo. Acho que o que foi determinante foi essa relação de confiança no território, o sentirem que pertenciam ali, que aquele território era uma conquista sua, dos seus pais, dos seus pares... era seu, e que queriam continuar a ter esse sentimento de pertença, de posse, ter um papel determinante no planeamento foi uma grande mais valia. Eu penso que quando os processos são construídos, partilhados, participados, fazem toda a diferença de facto. Depois do bairro 25 de Abril eu vim trabalhar para a gestão social da habitação da câmara, os processos eram participados mas não teve nada a ver com isto. A relação com as famílias é totalmente diferente, a câmara é que toma a iniciativa de realojar as pessoas, no sítio onde a câmara quer, como quer, com regras diferentes, participa-se, mas cada vez mais deixou de ser tão participado. Nem se queria que se participasse tanto senão criava problemas à câmara! Era uma realidade era completamente diferente, era uma relação desconfiada. No 25 de Abril, 'a casa é minha', sou eu que a vou construir, fui eu que quiz, quero que seja para os meus filhos, que o problema da habitação seja resolvido definitivamente, há uma postura completamente diferente, educa para a cidadania, para a participação democrática de uma forma determinante.</p>	
<p>(*) 9. Conhece que tipo de participação tiveram os</p>	<p>Não sei.</p>	<p>---</p>

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

	<i>moradores na construção do bairro?</i>		
10	<i>(* 10. Havia bom ambiente no bairro? (se sim, o que contribuiu para esse bem estar?)</i>	Havia, as pessoas conheciam-se todas, havia muita interajuda, muita solidariedade, como nas famílias às vezes há umas zangas... Mas em geral havia muito bom ambiente, e uma segurança... nunca me senti insegura, mal recebida ou mal acolhida. Foi um bairro que me deixou saudade... e as pessoas viviam com imensas dificuldades na altura... quando começámos a conseguir ir com os miúdos à natação, ao Jamor, eu ia grávida, a pé, com miúdos mal agasalhados, montes de vezes distribuía o guarda-chuva e os meus agasalhos, porque eles nem bem vestidos iam, iam a pé de Linda-a-Velha ao Jamor, eu e uma mão cheia de miúdos, para aí uns 20, hoje seria completamente impossível com as regras de segurança que são completamente diferentes... mas não tínhamos dinheiro para transporte e eles estavam habituados a andar naquele espaço assim tiveram acesso à natação com muito poucos custos e porque os técnicos se disponibilizavam para fazê-lo assim, a pé, mas era assim naquela altura, se não não se fazia. Vestir, despir, lavar unhas que for preciso... eu era professora de trabalhos manuais, eu tinha a António Arroio, a ideia não era esta, mas se um miúdo está com as unhas assim com terra, vai ser notado, gozado, eu não deixo, protejo o miúdo... é isto que depois consegue no fundo construir a relação, são coisas que não são previsíveis, ninguém ensina, as pessoas estão disponíveis para descobrir qual é o caminho, e descobrem porque se colocam no lugar do outro. Os pais também começaram a ver que nós fazíamos tudo isso com descrição, cuidávamos, e isso foi importante para as famílias de relação de segurança e confiança.	---
11	<i>(* 11. E hoje, gosta de aqui vir? Porquê? Como caracteriza o ambiente no Bairro?</i>	Gosto, gosto de saber notícias deles, de lá ir. Tenho esperança de um dia ainda lá trabalhar qualquer coisa, relacionado com o que eu faço aqui na biblioteca... Hoje? Não tenho ido lá recentemente.	---
12	<i>(* 12. As obras no espaço público, também foram propostas pela Associação. Que importância têm para o bairro?</i>	Não sei.	---
13	<i>28. Hoje, que há casas para todos (?), o que é que a associação poderá fazer pelo ou para o futuro do bairro?</i>	Acho que deve ter objectivos diferentes, continuar a investir na educação da população que ali reside, nos idosos, as pessoas que lá moram já são muitos idosos, já deveria ter uma actividade importante com uma comunidade que provavelmente tem coisas para partilhar, se calhar arranjar formas de eles testemunharem a experiência deles de vida, que foi tão importante, deram um salto tão importante de uma geração para outra... era importante recolher testemunhos sobre aquele processo que foi bom, porque é que foi bom? o que é que correu menos bem? o que é que podemos prevenir? se calhar até de lhes dar a oportunidade de gozar uma velhice com todos os direitos, com lazer, são gente que trabalhou desde muito pequena, teve com certeza vivências dolorosíssimas nos bairros de barracas onde viveram e agora são idosos e podem testemunhar para as outras gerações o processo que viveram que foi único, e por outro lado ter o direito de fruir de uma velhice com dignidade, com prazer, com acesso à cultura, de fruição...	---

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

<p>29. Como pode ser a liderança da Associação no futuro?</p>	<p>Sei que estavam com dificuldades na gestão dos equipamentos sociais... Mas acho que deve ser para as gerações seguintes, por isso é que eu acho que o testemunho é fundamental! E tornar visível quer no bairro, quer fora do bairro... esta experiência não foi só rica para Linda-a-Velha nem para aqueles moradores do bairro, foi um processo muito especial, muito participado em termos de democracia, em termos de se conseguir concretizar um sonho que era o 'direito à habitação'... quem diz habitação pode dizer outras coisas, que hoje não serão os mesmos problemas, mas que será possível se as pessoas se mobilizarem e traçarem um caminho em que a participação vai ser determinante para a conquista e realização do seu sonho... aqui há uma raiz, um processo que devia ser mais divulgado, porque pouca gente, da sua geração e os mais novos, que acreditem que isto pode ser viável ! A maior parte das pessoas não acredita que isto é viável que é possível que as pessoas se possam associar, ter um objectivo comum, cumprir, concretizar... e mudar o rumo de uma geração para a outra, mudar completamente a condição de vida daquelas pessoas e de todos os envolventes, porque para além daquelas pessoas mas também para todos os outros à volta, o bairro tinha imensas dinâmicas... depois dos tempos livres ainda fui para os cursos de formação profissional para todos aqueles que tinham abandonado a escola, este foi de facto um processo que poderia ter sido mais continuado, tenho muita pena que não tenha sido mais continuado. Nós estávamos um bocadinho isolados e eu também senti necessidade de sair para ir conhecer outras coisas. Como técnicos nós estávamos a ficar um pocadinho limitados, em termos de formação, de crescimento, precisava de conhecer outras coisas, outras realidades, de troca de experiências, apesar de me ter custado muito sair. Foi pena porque devia ter tido ali um cuidado na substituição das pessoas, trazer outras pessoas e que essa ponte fosse feita de uma forma continua para não morrer tudo. Tal como dos primeiros técnicos para nós possa ter havido algumas quebras na comunicação, estes processos são mesmo assim... quando eu saí ficaram outros. Eu dizia a colegas "vão lá aos tempos livres da 25 de Abril aquilo não é um depósito ou uma sala de estudos, aquilo é uma coisa criativa..." e um psicólogo foi e disse-me "olha que eu não achei nada daquilo que tu disseste, há muito tempo que não vais lá, vai lá ver..." e eu fui e fiquei com um imenso desgosto, era igual um salão paroquial qualquer, tinha-se desvirtuado tudo... de facto as pessoas fazem imensa diferença. Começámos com tão poucos recursos e tínhamos tantas dinâmicas e depois que já havia o Fundo Social Europeu e apoios vários desvirtuou-se os propositos. As pessoas eram as mesmas os técnicos é que foram mudando, os técnicos têm de ser uma mais valia...</p>	
<p>30. O que se proporcionou aos moradores do bairro para além da possibilidade de viverem numa casa?</p>	<p>Foi o acesso à educação e à formação... Uma relação com as instituições como pares. Quando se considera que os meninos têm de ir para a creche, têm de ter os tempos livres, têm de estudar, quando abandonam a escola há um curso de formação profissional que pode orientar as pessoas para apostarem na sua formação profissional... penso que ao nível da educação se terá feito alguma coisa que foi interrompida. Uma das coisas pelas quais eu também quis sair foi quando nós tínhamos reparigas que tinham formação profissional, iam para as empresas com apoios do fundo social, faziam o esforço de colocar as crianças na creche, de comprar o passe de transporte, tinham de comer fora, não estavam em casa a fazer outras coisas, e depois as empresas ficavam meses sem lhes pagar, ficavam sem ordenado. E nós não tínhamos capacidade de resolver, isto tinha a ver com a conjectura geral, nós não</p>	

Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

		tinhamos capacidade de reclamar com os patrões! Eles literalmente exploravam-os, não dependia do bairro, o investimento tinha sido feito mas as consequências não eram as melhores... era muito grave.	
16	31. Este processo foi diferente da construção de muitos outros bairros. Porque acha que ele se distingue dos demais?	---	Não sei, imagino que tenham tido maior atenção ou maior cuidado com as pessoas que já cá viviam, melhorando as condições de vida mas respeitando a forma como as pessoas gostavam de viver.
17	32. Como é visto este bairro pelos bairros vizinhos e pelas pessoas de Linda-a-Velha?	Talvez numa determinada altura não vossem muito bem vistos mas acho que agora não, é um bairro integrado, perfeitamente normal disse-me uma contadora de histórias que trabalha lá no Palhaço (Jardim de Infancia) há pouco tempo, mas confesso que não tenho uma relação próxima nem actual com Linda-a-Velha e que não faço ideia disto...	---
18	18. Algum dia considerou poder viver neste bairro? Porquê?	Sim, não era uma coisa que eu à partida dissesse que não. Mas não se colocou... Se tivesse surgido a oportunidade era uma coisa que eu não excluiria.	Não, porque a minha zona é Lisboa, acho simpático mas nunca pensei nele para viver.
19	37. Se estivesse agora a construir a sua família onde e como tentaria ter casa própria?	Eu gosto muito de morar aqui em Paço-de-Arcos, estou a 8 min a pé do trabalho e portanto tenho uma qualidade de vida que eu não abro mão. Gostaria de morar aqui.	Não tenho agora... na Madre-Deus, uma zona mais tranquila, um sítio que pudesse ter um quintalzinho... É onde eu estou bem.
20	38. Se houvesse necessidade de casas para os seus netos que oportunidades haveria aqui no bairro de lhes proporcionar uma casa nova ou reabilitada? Gostaria de os ter por aqui?	Antes dos netos tenho os filhos... Eles vivem em Caxias em casas arrendadas. Com a precariedade em que vivemos não se coloca a possibilidade de ter casa própria. Por mim, pela vantagem que tenho de ir ter com eles, nasceram aqui, viveram aqui, acho que continuarão a querer estar entre Oeiras, Paço de Arcos, Santo Amaro, por aqui.	---
21	39. Na sua opinião, hoje em dia seria possível "reproduzir" esta experiência? Porquê?	Eu gostaria que dizer que sim, gostaria de dizer logo que sim... Acho que as condições são completamente diferentes, que as pessoas estão completamente desacreditadas destes processos... Acho que devemos, como técnicos, e por isso eu digo que se devia divulgar e testemunhar isto para que nós próprios, que podemos participar, não fôssemos tão descrentes... mas a realidade é completamente diferente e é preciso haver muita vontade das pessoas e esperança e convicção que isto é possível, e as pessoas estão neste momento desacreditadas, não acreditam nas instituições, não acreditam nas pessoas, acham que há sempre interesses, estamos numa conjuntura precisamente ao contrário disto, cada um se fecha, se defende, porque tem medo de perder o emprego, de perder a casa, medo de ficar sem ordenado, são condições exactamente opostas... exactamente por isto dever-nos-íamos unir no sentido de acreditar que é possível, foi possível e se cada um de nós quiser será possível. É o que eu gostaria de passar na minha atitude e naquilo que faço tento manter uma perspectiva positiva, mas acho que no geral o contexto não é nada favorável à participação, as pessoas são penalizadas à participação, são mais penalizadas do que premiadas, quando se importam mais pelo bem comum do que o individual, quando a sua prioridade é tratar de si em vez do colectivo, acho que estamos a viver uma fase triste na nossa sociedade, mais demolidora da pessoa, da democracia, da participação, as pessoas estão tristes com o que vêm, vêm desmoronar tudo o que se construiu estes anos todos a seguir ao 25 de Abril, a educação, a saúde-pública, efectivamente tudo conduz a promover o contrário e não o espaço público como um bem da cidadania, da democracia, para todos nós que pode ser melhorado, para cada fase arranjar outras riquezas, temos de ser todos nós, cidadãos, a melhorar isto. Mas para já não temos a mesma conjectura.	---
22	40. Há algum aspecto de que não tenhamos falado e que gostasse de referir?	Acho que daquilo que sou, mesmo em termos profissionais, foi um bocadinho construído a partir da experiência que tive lá, e isso é rico... aquilo que sou hoje tem muito a ver com o que vivi lá e foi bom.	---



Programas de autoconstrução assistida como mote para a emancipação de um habitat.  
Estudo de caso do Bairro 25 de Abril, Linda-a-Velha.

—